

AS NUANCES DO ATUAL PROCESSO DE
INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL: Relação de
Forças do Estado e entre os Estados

Roberto Mauro da Silva Fernandes

Adauto de Oliveira Souza

Autores

Autores

Roberto Mauro da Silva Fernandes

Mestrando em Geografia pela Universidade Federal Da Grande Dourados – UFGD - Brasil

Graduado em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Campus do Pantanal - Brasil (2009)

roberto_mauro.78@hotmail.com

Adauto de Oliveira Souza

Doutor em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2003).

Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Presidente Prudente - Brasil (1995)

Graduado em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Brasil (1986)

Graduado em Estudos Sociais pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Brasil (1983)

Professor adjunto da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD- Brasil

adautosouza@ufgd.edu.br

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
Capítulo 1 - A RELAÇÃO DE FORÇAS, A IDEOLOGIA, OS ELEMENTOS CONSTITUINTES DO ESTADO E O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL	20
1.1 UMA REFLEXÃO SOBRE O ESTADO.....	20
1.2 OS “ANOS DOURADOS” E A INTERVENÇÃO DO ESTADO: A construção de paradoxos que convergiram.....	33
1.3 A “EXPORTAÇÃO” DA CRISE ESTADUNIDENSE PARA O MUNDO.....	38
1.4 O CONTRA-SENSO ENTRE A RETÓRICA E A REALIDADE	43
Capítulo 2 - O ATUAL PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL: os liames entre o Realismo e o Idealismo	49
2.1 ALCA versus MERCOSUL NOS PRIMEIROS DEZ ANOS DO SÉCULO XXI.....	49
2.2 AS CONSTRIÇÕES NO AMBIENTE MERCOSULINO: entre a autonomia e a dependência	62
2.3 A AMÉRICA DO SUL E A “GUERRA PREVENTIVA”: uma possível troca da hegemonia mundial?	69
2.4 O TERRITÓRIO PARAGUAIO: “CABEÇA-DE-PONTE” PARA FUTURAS OPERAÇÕES GEOPOLÍTICAS?.....	83
2.5 MARISCAL ESTIGARRIBIA: UM APÊNDICE NORTE-AMERICANO NO CORAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL?.....	88

Capítulo 3 - DOIS ESTADOS E UM PROJETO: Brasil e Bolívia nos rumos da integração	107
3.1 ENTRE A GEOPOLÍTICA E A INTEGRAÇÃO: o Território Boliviano, um eterno prisioneiro Geopolítico? Qual o seu papel na América do Sul?	108
3.2 1985 O ANO QUE MUDOU A HISTÓRIA POLÍTICA E SOCIAL DA BOLÍVIA: gênese do movimento cocalero	120
3.3 O MOVIMENTO COCALERO E OS SEUS SUJEITOS	124
3.4 OS ANTAGÔNICOS “DISCURSOS”	130
3.5 MORALES VERSUS A PETROBRÁS: A nacionalização dos hidrocarbonetos na Bolívia	134
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	150

INTRODUÇÃO

Roberto Mauro da Silva Fernandes

Adauto de oliveira Souza

O cenário mundial pós-Guerra Fria encontra-se menos estável, menos previsível e mais complexo, com o desmoronamento da União Soviética findou-se o fator auto-regulador, o automatismo que tanto caracterizou a Ordem da Guerra Fria. Não existe mais a polarização multidimensional que proporcionava a definição automática entre o “bem” e o “mal”, que garantia a solução sistêmica dos conflitos, que provocava alinhamentos automáticos e que tornava a Ordem Internacional previsível.

No atual contexto internacional temos a sobrevivência de uma superpotência que exerce uma preponderância incontestada nos campos político e militar, contudo, no econômico cria espaços para a ascensão de um grupo de Estados com geometria e constituição distintas que juntas formam um pólo de oposição às políticas norte-americanas no campo econômico. É o caso da China, da Índia, da Austrália, da Rússia, da África do Sul e do Brasil. De acordo com Albuquerque (2007 (a)): “a perda da supremacia econômica absoluta restringe a capacidade dos EUA para tornarem a liderança política e militar em hegemonia” (ALBUQUERQUE, 2007(a), p.71).

Esse é o contexto da chamada Hegemonia Dissociada, na qual alguns Estados engendram mecanismos de contestação as políticas estadunidenses no contexto global a partir da esfera econômica. Dessa forma, surgem estruturas simbióticas que ensejam processos de integração e de desintegração entre os sujeitos de uma determinada estrutura. Este liame gera margem para ações nas dimensões econômica, política e militar, tornando possível a cooperação em uma, a rivalidade em outra e principalmente a confrontação na terceira (ALBUQUERQUE, 2007(a), p.77). Assim, as relações entre essas dimensões possibilitam o surgimento de mecanismos relativamente independentes de cooperação e conflito.

Na estrutura sul-americana esse processo simbiótico de aproximações e distanciamentos ocorre, sobretudo, porque esse continente passa por uma

conjuntura na qual os seus Estados tentam consolidar as ações de reciprocidade mútua nos ambientes político, social e principalmente no econômico. A tentativa de estreitamentos entre os Estados sul-americanos no século XXI está relacionada ao contexto de *despolarização* do mundo, caracterizado pela sobrevivência de uma superpotência com liderança política e militar (Estados Unidos), que nessas esferas não possui um rival. Como também ganha vida paralelamente as constrações inerentes à Ordem mundial em transição caracterizada pela Hegemonia dissociada. Até porque um dos principais protagonistas do atual processo de integração da América do Sul é o Brasil que concomitantemente com outros Estados ascende no cenário mundial devido ao seu positivo quadro econômico.

Dessa forma, a integração estatal sul-americana oscila entre as pretensões de um líder político e militar que não detém mais a primazia no campo econômico (Estados Unidos) e as pretensões do Estado brasileiro (para sermos específicos do seu governo) que tenta liderar o projeto integracionista da América do Sul entre a sua necessidade de se afirmar no cenário mundial e em ser mediador em um contexto integracionista no qual ações nacionalistas aglutinam-se com um dos principais “atores” do mundo globalizado: a transnacionalização. A importância do Brasil no processo de integração regional é observada por Raphael Padula (2010) da seguinte forma:

Se o país crescer de forma significativa e simultaneamente adotar políticas para estimular suas importações regionais - inclusive através de investimentos e créditos – certamente impulsionará o crescimento e mudanças estruturais nos países da região. Este papel de locomotiva é fundamental para afastar a penetração externa, criar identidade e confiança mútua, atar os países ao processo de integração (PADULA, 2010, p.3).

Tamanha importância, também de acordo com Padula (2010), “reforçam o temor de pretensões imperialistas regionais, assim como interesses econômicos em favor desta postura dentro do Brasil”.

Dessa forma, as celeumas foram, são e serão comuns a dialética de “inteirização” do continente, afinal, integrar não significa homogeneizar, e sim, tornar uma série de fatores distintos parte de um universo que no final venha sempre a convergir. Assim, a simbiose entre cooperação e conflito pautou e alicerçou o projeto sul-americano de integração nessa primeira década do século XXI a partir das diferenças domésticas entre os diversos Estados,

aglutinando as necessidades dos mesmos a alguns mecanismos já consolidados da esfera global.

Assim, verificaremos os aglutinativos da atual conjuntura integracionista do continente sul-americano que transitaram entre o Realismo na relação entre os Estados, inerente ao *dilema da segurança*, e o Idealismo, no qual a cooperação constitui o tema central, que no caso da América do Sul é engendrada pelo viés economicista de alguns “atores” que a partir da “ideologia da integração” fizeram uso de alguns elementos fundamentais para o projeto sul-americano. O Idealismo do processo integracionista da América do Sul pode ser exemplificado pelos projetos que visam o aperfeiçoamento da infraestrutura de transporte, como também, pelas chamadas Zonas de Fronteiras.

A perspectiva Realista a qual nos referimos é aquela em que o Estado tenta garantir a sua própria sobrevivência e, como sabemos, a guerra seria o seu principal instrumento. Alguns podem pensar que na atual conjuntura de integração sul-americana acontecimentos bélicos seriam impossíveis. Seria leviano não pensar. Mais adiante quando tratarmos especificamente das relações Brasil-Bolívia, verificaremos que alguns sujeitos defenderam uma intervenção militar em território boliviano em consequência dos acontecimentos da nacionalização do gás “brasileiro” pelo governo Evo Morales, em 2006. Como também, o *dilema da segurança*¹, está presente nas discussões sobre o movimento Cocalero na Bolívia, questão que envolve o tráfico de entorpecentes, uma das inquietações inerentes ao mundo *despolarizado*. Durante o governo do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva, o próprio MERCOSUL, um dos instrumentos de integração esteve dotado de constrições, devido à aproximação de alguns membros do bloco com “atores externos”, pautando tais estreitamentos na área econômica e, sobretudo, militar.

A integração da América do Sul ensejada a partir desse contexto está diretamente associada aos antagonismos internos dos Estados envolvidos, influenciando-os em suas relações externas, noutros termos, a política externa

¹ Segundo Albuquerque (2007) o Dilema da Segurança diz respeito à impossibilidade de um Estado garantir sua própria segurança com base na sua interação com os demais. Podendo diminuir ou aumentar seus recursos de segurança em função da ameaça representada pelos demais. Caso diminua, os adversários serão motivados a agir, na tentativa de aumentar sua vulnerabilidade, se aumentar, seus adversários que também se sentirão vulneráveis, buscarão aumentar seus recursos para reverter sua vulnerabilidade (ALBUQUERQUE, 2007, p.57). Mas, é preciso ressaltar que esta temática, no mundo hodierno, vai além das agressões entre Estados, devemos também nos ater que o tráfico de drogas, as questões ambientais, o tráfico de pessoas, as migrações em consequência de diferentes motivos, etc., também fazem parte do critério segurança.

das nações sul-americanas é função dos interesses de classe nos seus ambientes domésticos. Possibilitando dessa forma, a simbiose entre mecanismos Idealistas e Realistas, ou seja, de cooperação e conflito.

O livro constará de três capítulos de desenvolvimento acerca de algumas conjunturas referentes ao processo de integração do continente sul-americano nesses primeiros dez anos do século XXI. O primeiro capítulo abordará uma discussão teórica a respeito do Estado, sobretudo, da maneira como os seus elementos dinamizam o seu plano doméstico, emanando seus reflexos para o ambiente externo, que conseqüentemente incidirá na relação do Estado com outros. No caso do processo de integração do continente sul-americano, a discussão ensejada neste capítulo será útil para percebermos a influência da política externa norte-americana na atual conjuntura de aproximações estatais na América do Sul.

O segundo capítulo apresentará alguns fatos do contexto integracionista sul-americano durante o primeiro decênio do novo século, as discussões abordam alguns dos aspectos Realistas e Idealistas do processo de integração que estão relacionados às questões que envolveram os debates para instalação da ALCA e a sobrevivência do MERCOSUL como instrumento de integração. Dessa forma, observar-se-á que o processo de integração regional está inserido no contexto da chamada Hegemonia Dissociada, cuja característica principal é a perda do poder econômico dos Estados Unidos, fato que possibilita o aumento da influência política de alguns Estados no cenário internacional, justamente em conseqüência do crescimento econômico dos mesmos. Assim, a partir dessa discussão verificaremos o papel do Brasil no processo de integração da América do Sul.

No terceiro capítulo situaremos o papel da Bolívia no contexto integracionista, o objetivo é demonstrar que o território boliviano foi um dos grandes protagonistas do atual processo de integração (Bolívia que sempre fez parte dos projetos geopolíticos do Brasil), seja no aspecto pragmático ou como ator de extrema importância para a “ideologia da integração”. Nesse capítulo verificaremos as constrações entre alguns setores do Estado brasileiro e boliviano, que estiveram circunscritas ao movimento cocalero e a nacionalização do gás boliviano. Conjunturas que são significativas para

verificarmos os desenrolares futuros do projeto que colima a implementação de mecanismos de reciprocidades entre Brasil e Bolívia, que por ora, pautam-se pelo viés “mercadológico”, fato que enseja manifestações das partes envolvidas quando os parâmetros de regulação do comércio tentam ser modificados. Como também, verificaremos o papel da Bolívia no hodierno processo de integração do continente.

Para a realização das discussões utilizamos levantamentos bibliográficos e documentais em livros, artigos, periódicos, anais de seminários e congressos, revistas especializadas e publicações de grupos de estudos que atuam em pesquisas sobre áreas fronteiriças, fronteiras, fluxos migratórios em áreas de fronteira, infra-estrutura urbana, processos de industrialização planejada, Relações Internacionais, na Análise da Política Externa, integração econômica regional, inseridos no contexto do tema.

Capítulo 1 - A RELAÇÃO DE FORÇAS, A IDEOLOGIA, OS ELEMENTOS CONSTITUINTES DO ESTADO E O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL

Roberto Mauro da Silva Fernandes
Adauto de oliveira Souza

1.1 UMA REFLEXÃO SOBRE O ESTADO

Especificamente o Estado pode ser fundamentado em três aspectos básicos: território, população e governo. Estes seriam, no ponto de vista teórico, os seus elementos² constituintes e a partir de suas interações, define-se a condição heterogênea da entidade estatal. Tais elementos condensam-se e ganham funcionalidades mediante aos interesses dos grupos que estão aos mesmos conectados. Poulantzas (2000) nos diz que o Estado é a condensação material e específica de uma relação de forças entre classes e frações de classe:

[...] o Estado, no caso capitalista, não deve ser considerado como uma entidade intrínseca, mas [...] como uma relação, mais exatamente como a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe, tais como elas se expressam, de maneira sempre específica, no seio do Estado (POULANTZAS, 2000, p.22).

Dessa forma, o Estado é constituído-dividido pelas contradições de classe e o mesmo estaria destinado a reproduzir as divisões de classe, ou seja, seria incoerência pensá-lo como um bloco monolítico sem fissuras, cuja política se instaura de qualquer maneira e a despeito de suas contradições.

Assim, às sociedades nacionais, por exemplo, que compõem a população, que através das representações diretas, universais e/ou comunitárias, podem escolher seu governo (quando esse Estado é caracterizado por um sistema democrático), devem ser analisadas a partir de seus interesses e atividades de naturezas diversas, ligadas a diferentes classes sociais e associações, como a família, grupos profissionais, partidos

² A utilização do conceito “elemento” está relacionada à nossa proposta de deixarmos a discussão com um caráter didático, sobretudo, porque pretendemos tentar explicar com clareza as interações espaciais que se desenrolam no ambiente estatal. Ao trabalharmos com a concepção de “elementos constituintes do Estado”, de maneira alguma queremos afirmar que os mesmos estão politicamente organizados e estáticos em certo território delimitado. Dessa forma, os conceitos de população, território e governo não serão atribuídos num sentido estritamente jurídico, até porque não acreditamos que o Estado deve ser definido a partir desse viés.

políticos, etc. (AZAMBUJA, 1971, p.18/19), e que nem sempre, são convergentes com seu governo e suas alianças.

Por sua vez, é imperativo destacar que o governo seria a expressão dinâmica da ordem política, sendo assim, distinto aos demais grupos que formam o Estado, por deter a capacidade de coagir os indivíduos e os grupos que formam sua população, impondo a ordem quando necessário (MARANGONI, 1982, p.37). Como também, é fomentador das idéias, sobretudo, da ideologia que geralmente desenvolve as bases para consecução das políticas governamentais, que conseqüentemente dão margem para as contradições no ambiente estatal, principalmente quando o governo a partir de sua ideologia tenta, de alguma forma, favorecer tão somente a classe dominante.

De acordo com Poulantzas (2000): “O estabelecimento da política do Estado deve ser considerado como a resultante das contradições de classe inseridas na própria estrutura do Estado”. Assim, as políticas estatais são a resultante das contradições entre setores e aparelhos de Estado e no seio de cada um deles. Condição que produz pólos antagônicos de atuação, incidindo nas relações ideologia/práticas.

É necessário ressaltar que a ideologia pode se expressar, por exemplo, através do *slogan* das políticas governamentais que tem por objetivo engendrar o “desenvolvimento”. Esse “desenvolvimento” está relacionado ao crescimento econômico, assim os discursos que passariam a sustentá-lo tornaram-se contundentes após a Segunda Guerra Mundial (CASTORIADIS, 1987, p.135/6). A retórica defensora do “desenvolvimento” foi facilitada pela grande ascensão econômica pelo qual o mundo passou no período pós-1945, assim os governos das principais economias centrais poderiam a partir dos quadros econômicos elaborar uma série de mecanismos que incidiram sobre a esfera política e social.

Dessa forma era preciso levar aos Estados menos desenvolvidos o “progresso”, e as articulações econômicas seriam fundamentais. Surge então uma gama de elaborações discursivas de órgãos governamentais ligados a setores preponderantes desses Estados (CASTORIADIS, 1987, p.146). Tais instituições passaram a elaborar o tipo de ideologia que visa extinguir as

diferenças, que tenta ocultar as contradições e desarmar as tentativas de se questionar. Estamos nos referindo ao discurso ideológico que:

Pretende coincidir com as coisas, anular a diferença entre o pensar, o dizer e o ser e, destarte, engendrar uma lógica de identificação que unifique pensamento, linguagem e realidade para, através dessa lógica, obter a identificação de todos os sujeitos sociais com uma imagem particular universalizada, isto é, a imagem da classe dominante (CHAUÍ, 1987, p. 03).

Criou-se o que Chauí (1989, p.07) denomina de “discurso competente”, aquele que pode ser proferido, ouvido e aceito como verdadeiro, o discurso instituído, no qual os interlocutores do mesmo já foram predeterminados. Marilena Chauí, também faz uma interessante observação sobre o deslocamento espacial, social e político que a ideologia provoca nos sujeitos que compõem o elemento população do Estado, segundo a mesma, “as idéias deveriam estar nos sujeitos sociais e em suas relações, mas, na ideologia, os sujeitos sociais e suas relações é que parecem estar nas idéias” (CHAUÍ, 1989, p.04).

Dessa forma, a “ideologia” é um dos responsáveis, pela orientação que define a conduta dos indivíduos em diferentes esferas, ou seja, dependendo da propaganda realizada, a sociedade construirá seus valores, sua moral, determinará suas práticas econômicas e, acima de tudo, engendrará os seus movimentos de oposição.

No caso de nossa discussão, estamos nos referindo às “ideologias” que possuem uma orientação deliberada, com o intuito de incutir na população em geral, uma idéia que venha favorecer seus idealizadores, ou seja, ao conjunto de idéias que têm por base uma teoria política ou econômica e que vai de encontro ao modo de ver, próprio de um indivíduo, de um grupo ou classe social.

O “Consenso de Washington” é um exemplo de uma ideologia que refletiu nos quadros políticos e sociais da grande parte dos ambientes estatais do planeta. O “Consenso” se tratou de uma reunião idealizada pelo Instituto Internacional de Economia que se localiza em Washington, na qual participaram membros do governo dos Estados Unidos, do FMI, do Banco Mundial, de empresas transnacionais (SOUZA, 2008 (a), p.271), definiu as novas “leis” de atuação na economia mundial, e a partir dessa histórica reunião oficializou-se o que ficou conhecido como “modelo neoliberal”.

Dessa forma, ficava definido o objetivo do “Consenso”: os países periféricos seriam o refúgio do capital especulativo internacional num contexto de crises das políticas econômicas dos países centrais. Luis Fernando Sanná Pinto contextualiza as diretrizes do “Consenso de Washington” e o discurso que se criou a partir das mesmas:

[...] as medidas sugeridas pelo “Consenso de Washington” – valorização das moedas nacionais, abertura comercial, privatizações, desregulamentação da economia e etc.[...] beneficiaram, junto com o apoio de um aparato publicitário gigantesco, sustentado pelos veículos de comunicação em massa, as forças conservadoras que prometiam a “modernização” de nossas sociedades, isto é, nos inserir no primeiro mundo (PINTO, 2008, p 145).

Esse autor também ressalta que a proficuidade dessa conjuntura ensejou certas tendências intelectuais que passaram a ser impostas pelo chamado pensamento único, subsidiando explicações para os problemas de diversos países do chamado Terceiro Mundo, principalmente àqueles que pertenciam à estrutura Latino Americana: o subdesenvolvimento dessas regiões teria sido causado por políticas econômicas autárquicas e estatizantes (PINTO, 2008, p.146). Segundo esse discurso a culpa para o subdesenvolvimento seria a atuação, a intervenção do elemento governo na dinâmica do Estado. Tese que, associada aos graves problemas causados pelas crises sistêmicas da década de 70, facilitaria a introdução das práticas neoliberais por toda América Latina, assim como, por todo o antigo no Terceiro Mundo durante as décadas de 80 e 90.

A ideologia neoliberal, agora oficializada pelo “Consenso de Washington”, mudaria a forma de atuação do Estado que passaria, segundo os discursos, a atuar em menores proporções, com fortes tendências de descentralização na sua participação em relação ao patrocínio do avanço das forças produtivas e na adoção de novas formas de articulação e parceria (ARAÚJO, 1999, p.15). Surgia o “Estado Mínimo”, no qual a iniciativa privada e o capital estrangeiro ditariam as regras.

A “ideologia” é exteriorizada e incutida no consciente populacional mediante as conjunturas vividas e ao contexto histórico permissível para a sua materialização. Os alicerces para as práticas neoliberais, por exemplo, começam a ser construídos no contexto da crise do petróleo em 1973, conjuntura que pode ser considerada um marco final dos chamados “Anos

Dourados”, período pós-guerra de grande ascensão econômica mundial, que culminou no que ideologicamente ficou definido como a “Década Perdida”, nos anos 80, e que foi fundamental para a elaboração das diretrizes do “Consenso de Washington”, já que as economias centrais precisavam de alguma forma amenizar os efeitos da crise econômica que também atingiu suas economias.

Esta fase econômica é caracterizada por um ciclo longo de declínio econômico, que segundo Hobsbawm (1995), vai respaldar após 1974, os discursos dos defensores do livre-mercado que viriam a dominar as políticas de governo na década de 1980. Segundo o autor:

[...] o fato fundamental das Décadas de Crise não é que o capitalismo não mais funcionava tão bem quanto na Era de Ouro, mas é que suas operações haviam se tornado incontroláveis. Ninguém sabia o que fazer em relação aos caprichos da economia mundial, nem possuía instrumentos para administrá-la. O grande instrumento para fazer isso na Era de Ouro, a política de governo, coordenada nacional ou internacionalmente, não funcionava mais. As Décadas de Crise foram a era em que os Estados nacionais perderam seus poderes econômicos (HOBSBAWM, 1995, p.398).

A Era de Ouro que Hobsbawm se refere foi regulamentada pela intervenção dos governos em setores estratégicos da economia (“economias mistas”³) que deram origem ao “Estado de Bem-Estar Social”, fundamental para atrair politicamente os trabalhadores dos países capitalistas, criando mecanismos nos seus ambientes domésticos que asseguravam o pleno emprego, altos salários, seguridade social, etc., essa política de governo além de engendrar a sensação na população de que “o capitalismo era a melhor opção frente ao socialismo soviético”, criava meios para os governos policiarem o setor econômico-produtivo, evitando, assim eventualidades que deram origem a Depressão de 1929.

De acordo com Hobsbawm (1995), nas Décadas de Crise essas políticas de governo não funcionavam mais, e os ideólogos do livre mercado passam a ser contundentes na defesa do mercado irrestrito como melhor opção para a resolução da crise econômica que assolava o mundo e conseqüentemente os Estados-nacionais, instaurou-se uma disputa ideológica entre Keynesianos, que defendiam as “economias mistas”, e neoliberais:

³ As “economias mistas” representam todo sincretismo entre governo planejador e economia de mercado, entre mecanismos político-econômicos socialistas e capitalistas.

Os Keynesianos afirmavam que altos salários, pleno emprego e o Estado de bem-estar haviam criado a demanda de consumo que alimentaria a expansão, e que bombear mais demanda na economia era a melhor maneira de lidar com depressões econômicas. Os neoliberais afirmavam que a economia e a política da Era de Ouro impediam o controle da inflação e o corte de custos tanto no governo quanto das empresas privadas, assim permitindo que os lucros, verdadeiro motor do crescimento econômico numa economia capitalista, aumentassem (HOBSBAWM, 1995, p. 399).

Essa “guerra de ideologias” tem como desfecho a vitória dos defensores do livre-mercado. Na década de 80 as principais economias do planeta vão preconizar as primeiras políticas neoliberais, oficializadas, mais tarde, pelo “Consenso de Washington”, e perenizadas por toda década de 90, principalmente no interior dos Estados sul-americanos. A alternativa neoliberal vai se manifestar primeiramente de forma bem explícita nos governos de Margareth Thatcher, na Inglaterra, Ronald Reagan, nos Estados Unidos, e Helmut Kohl, na Alemanha Federal (PINTO, 2008, p.58). Entre os motivos que levam esses governos a implantarem os mecanismos neoliberais está, de um lado, o aumento da polarização entre as forças revolucionárias e progressistas e, de outro, as forças conservadoras.⁴ O objetivo da adoção dessas políticas estava, entre outros motivos, a promoção de programas de recuperação econômica, que visavam à estabilização, a queda da inflação e a garantia de condições para um forte crescimento da economia.

A emanção do discurso neoliberal para o campo político, atrelado as crises sistêmicas da década de 70 com significativos reflexos na década de 80, no início da década de 90, ensejou a perda de campo de governos trabalhistas e social-democratas que tiveram de abandonar suas políticas tradicionais, baseadas nos padrões da Era de Ouro, conjuntura que, logicamente, incidiu sobre a sociedade, principalmente sobre aqueles que vivem do trabalho (HOBSBAWM, 1995, p.406). Como em tempos de dificuldade econômica os eleitores se inclinam a culpar qualquer partido ou regime que esteja no governo, às políticas pautadas pelo intervencionismo estatal da Era de Ouro perdem o “encanto” e os partidos alinhados a nova ideologia ascendem eleitoralmente e/ou por meio da força. Temos como exemplo dessa assertiva a

⁴ Dessa forma, para superar a crise ou se aprofundavam as reformas sociais, combinando-as a introdução de novas tecnologias ao processo produtivo, diminuindo a jornada de trabalho e ampliando o Estado de Bem-Estar-Social, ou se buscava o enfraquecimento e destruição das instituições que garantiam a proteção dos trabalhadores.

ascensão por toda América do Sul de governos pró-neoliberalismo, Fernando Henrique Cardoso, no Brasil, Carlos Menem, na Argentina, Andrés Pérez, posteriormente, Rafael Caldera na Venezuela, Sanchez de Losada e subseqüentemente Carlos Mesa na Bolívia.

Contudo, as dificuldades conjunturais e estruturais surgidas com as crises no México em 1994, na Ásia em 1997, na Rússia em 1998, no Brasil em 1999 e na Argentina em 2001, colocam em “xeque” as políticas neoliberais. As mesmas abalam a credibilidade dos seus idealizadores, ensejando na América do Sul a eleição de governos progressistas ou de centro-esquerda no início do século XXI, como os de Lula, Evo Morales, os Kirchner, Hugo Chávez, condicionando os seus governos a engendrar novas orientações no plano econômico em seus respectivos países, entre as quais estava a “volta” da atuação do governo na sua relação com a economia⁵.

Dessa forma, entre as reviravoltas políticas e econômicas, um elemento aparece como um dos principais definidores na introdução dos parâmetros de relacionamento e instauração de mecanismos sócio-político-econômicos desse mundo hodierno pós- Guerra Fria: a transnacionalização.

A transnacionalização é o fenômeno definidor das políticas neoliberais, como também vem definindo o caráter dos projetos econômicos e sociais, mesmo dos governos que ascenderam na América do Sul com tendências centro-esquerda. Os processos transnacionais que além de globalizar o processo produtivo, também influenciam a formação da opinião pública, a organização dos interesses e a circulação de idéias. Não há como analisar o processo de integração da América do Sul sem o fenômeno da transnacionalização, como também, é preciso ressaltar que a conjuntura integracionista desse continente somente se materializou devido aos ensejos da mesma, e efetivar-se-á juntamente com os seus elementos.

Essa discussão, na qual estão envolvidos a ideologia, a economia, o governo, a sociedade, não tem como objetivo analisar “o certo” ou “o errado” nas conjunturas relacionadas a dissolução e reconstituição das políticas do Estado, queremos demonstrar o quanto tais elementos se aglutinam,

⁵ Mas, o retorno da atuação do elemento governo nas políticas do Estado, não os impediu, por exemplo, de se utilizarem de mecanismos neoliberais no plano econômico (não discutiremos de que forma o fizeram).

dinamizando as estruturas estatais, construindo-o a partir das diferenças e interesses que cada grupo, setores e classes sociais emanam, que mediante seus mecanismos de poder alteram ou preservam as dinâmicas nos planos doméstico ou internacional.

É preciso também ressaltar que no interior dos processos político, econômico e social, a queda ou ascensão de grupos é um processo histórico relacionado à correlação de forças, sejam os mesmos Keynesianos, neoliberais ou progressistas. As “ideologias” sofrem abalos e estão passíveis de adaptações.

A realidade efetiva enseja a destruição de uma ideologia e o nascimento de outra pode ser verificada pela ação de grupos sociais, que através das urnas, de um golpe de Estado, de manifestações populares incisivas, dos discursos elaborados pela mídia, reconstroem o ambiente político, inserindo vetores distintos de atuação política no sistema social. Castoriadis (1987) posiciona-se da seguinte forma a respeito das crises da ideologia:

Esse abalo, por sua vez, deve-se essencialmente à luta que os homens que vivem sob o sistema travam contra esse mesmo sistema – o que equivale a dizer, novamente, que as significações imaginárias das quais falamos são cada vez menos aceitas socialmente (CASTORIADIS, 1987, p.147).

“Significação Imaginária” é a representação de uma idéia, da ideologia, que surge no seio da sociedade a partir da vitória de uma determinada classe, que se difunde, ganha expansão e emerge porque se saiu vitoriosa sobre a outra idéia, outra classe ou fração de classe. Castoriadis (1987) ressaltava que às “significações imaginárias sociais”, “[...] correspondem novas atitudes, valores e normas, uma nova definição social da realidade e do ser, daquilo que conta e daquilo que não conta” (CASTORIADIS, 1987, p. 144).

Podemos assim inferir que os abalos ideológicos, decorrentes da realidade efetiva, acontecem, sobretudo, porque as classes dominantes não impõem suas idéias pura e necessariamente, as mesmas contam com o apoio, ou ganham posteriormente esse apoio daqueles que lutaram num passado remoto ou distante contra as suas idéias, seus valores, suas normas estabelecidas no antigo sistema, como também, é axiomático que, essas mesmas forças que ensejaram a ascensão das classes dominantes, poderão ser recalcitrantes, caso a ordem dos fatores mudarem de direção, ou seja, caso

as promessas feitas não forem cumpridas. O choque entre a realidade efetiva e a ideologia, ambas caracterizadas pela dinâmica contraditória dos elementos constituintes do Estado, é percebido quando os efeitos dessas contradições incidem sobre outro elemento fundamental do Estado: o território.

Dessa forma, como a nossa discussão está circunscrita a relação de forças no interior do Estado, as contradições de classe também fazem parte da dinâmica pertinente as localidades de fronteira, ou seja, do que se convencionou denominar de “borda” ou periferia do território do ambiente estatal.

Assim, as Zonas de Fronteira (que se localizam nas “bordas” do território do Estado), os municípios que as compõem, possuem sociedades diferenciadas, com sujeitos políticos e civis, que exigem e lutam por demandas distintas e que se apropriam e fazem uso do território conforme sua visão de mundo, seus interesses e sua cultura.

A Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), elaborado pelo Ministério de Integração Nacional, apresenta-nos uma definição de como devemos pensar num território:

Em vez do território reduzido exclusivamente à sua dimensão jurídico-administrativa, de áreas geográficas delimitadas e sob domínio do Estado, entende-se que o território é produto de processos de controle, dominação e/ou apropriação do espaço físico por agentes estatais e não-estatais. Os processos de controle (jurídico/político/administrativo), dominação (econômico-social) e apropriação (cultural-simbólica) do espaço geográfico nem sempre são coincidentes em seus limites e propósitos. Ademais, a territorialização desses processos se dá tanto “de cima para baixo” (a partir da ação do Estado ou das grandes empresas, por exemplo) quanto “de baixo para cima” (através das práticas e significações do espaço efetivamente vivido e representado pelas comunidades) (BRASIL, 2005 (a), p.17).

Assim, as contradições não podem acontecer se não estiverem ligadas ao território, como também, sem a participação do mesmo, a ideologia não consegue definir seu uso e posse. O Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) é um dos exemplos mais recentes do discurso governamental do Estado brasileiro para as políticas relacionadas às regiões de fronteira, tratando-se de estudo que elenca os problemas, as necessidades da faixa fronteira do território brasileiro, assim como, fornece perspectivas acerca do processo de integração do continente Sul-Americano, conjuntura na qual as Zonas de Fronteira possuem grande importância.

Nesse contexto surge à divergência entre a “ideologia da integração” e a realidade efetiva, a primeira tem como objetivo criar mecanismos de reciprocidade entre os Estados Sul-Americanos, um projeto que ganha força no início do século XXI, impulsionado pelas crises sistêmicas da década de 90 (dentre as quais a do Brasil em 1999).

O projeto integracionista tem como alavanca a tentativa de reestruturação da infra-estrutura de transporte, comunicação e energia, alicerçada num primeiro momento pela IIRSA (Iniciativa de Integração da Infra-estrutura Regional da América do Sul), ganhando uma nova orientação com a criação do COSIPLAN⁶ (Conselho de Infra-estrutura e Planejamento), e através dessa conjuntura as Zonas de Fronteira emergem como um dos grandes sujeitos da integração. Segundo o governo brasileiro, oficialmente:

[...] o meio geográfico que melhor caracteriza a Zona de Fronteira é aquele formado pelas cidades-gêmeas. Estes adensamentos populacionais cortados pela linha de fronteira – [...] apresentam grande potencial de integração econômica e cultura assim como manifestações “condensadas” dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania (BRASIL, 2005 (b), p.152).

Mediante a esse conceito podemos verificar que a Zona de Fronteira não está dotada da expressão *de jure* semelhante ao conceito utilizado para se identificar a Faixa de Fronteira, que faz alusão aos limites territoriais do poder do Estado. Essas zonas fronteiriças são espaços de porosidades, de flexibilidades espaços-temporais, em que se podem identificar, sobretudo, as citadas “manifestações condensadas dos problemas característicos da fronteira”; e principalmente os antagonismos que são inerentes a esse espaço social transitivo. Esse espaço de transitoriedade e de condensações sociais são combstânciadas pelas relações do “ser” que vai em detrimento da “ideologia da integração” (“dever Ser”).

⁶ Atualmente a IIRSA compõe a estrutura do COSIPLAN como um foro técnico para temas relacionados ao planejamento e a integração física regional sul-americana. O COSIPLAN foi criado em agosto de 2009 durante um encontro presidencial da UNASUL (União das Nações Sul-Americanas), quando foi decidida a substituição do Comitê de Direção Executiva da IIRSA por um Conselho em nível de Ministros dentro da estrutura institucional desse órgão. Segundo o Itamaraty com essa medida os países membros da UNASUL buscavam um maior suporte político às atividades desenvolvidas na área de infra-estrutura para assegurar os investimentos necessários para a realização dos projetos que são prioritários. Dessa forma, a IIRSA original do início dos anos 2000 desaparece.

O “ser” corresponde ao indivíduo, aos grupos de cunho partidário, profissional, etc., que ensejam suas dinâmicas a partir das relações de poder, como também, pode se constituir num quadro conjuntural econômico e histórico (o atual processo de integração da América do Sul é um “ser”), ou seja, a realidade efetiva. O “dever ser” é a norma, o ordenamento puramente normativo (DOEHRING, 2008, p.26). No caso dessa discussão, a norma aqui é a “ideologia da integração”. Dessa forma, o fato de um indivíduo ou grupo ser forte não garante que outros devem obedecê-lo ou que o “dever ser” será materializado sem contestações, contudo, dependendo da força de determinados grupos “pode-se formular uma norma de direito que diz: deve-se obedecer ao forte”, ressalta Karl Doehring.

Nesse último caso, a força adquiriu um conceito normativo, ou seja, a ideologia pode ser exteriorizada como verdade em uma determinada conjuntura, no caso da América do Sul, as Zonas de Fronteira constituem-se no principal elemento da “ideologia da integração” (norma). Todavia, a Zona de Fronteira é caracterizada por interações informais que vão além das concepções normativas do Estado e/ou que venham criar programas de cooperação entre Estados, sendo assim, os municípios neles localizados desenvolveram dinâmicas próprias, pautadas pelas diferenças culturais, pelos distintos interesses de suas populações, que concomitantemente usufruem do território a partir de perspectivas subjetivas e que se identificam ou não com seus respectivos governos. Assim o choque entre a ideologia (“dever ser”) e a realidade efetiva (“ser”) é inevitável.

As cidades-gêmeas, segundo o PDFF, “devem constituir-se em um dos alvos prioritários das políticas públicas para a zona de fronteira” (BRASIL, 2005 (a), p. 152). Prioridade que nos leva a pensar até que ponto a contigüidade física concomitante as permissividades abstratas desse espaço fronteiro convergem com a ideologia que as definem como “gêmeas”. Segundo o próprio PDFF, o modelo de interação, denominado *sinapse*, possui como principal característica à presença de alto grau de troca entre as populações fronteiriças, como também:

Esse tipo de interação é ativamente apoiado pelos Estados contíguos, que geralmente constroem em certos lugares de comunicação e trânsito infra-estrutura especializada e operacional de suporte, mecanismos de apoio ao intercâmbio e regulamentação de dinâmicas, principalmente mercantis (BRASIL, 2005 (a), p. 152).

Em que proporção esta definição de interação aplica-se a realidade encontrada no interior dessas zonas internacionais, dependendo da Zona de Fronteira, encontrar-se-á dois ou mais municípios, com sociedades civis e políticas distintas, que além dos contatos formais, sobretudo, construíram suas histórias a partir de laços informais, que mediante determinadas conjunturas, criam distanciamentos ao invés de aproximações. Devemos também ressaltar que os municípios fronteiriços, apesar de se localizarem numa zona de flexibilidades, acima de tudo, pertencem a Estados-Nacionais com estruturas político-administrativas distintas, que a partir dos seus recursos de poder impõem-se em contextos específicos, principalmente, quando as questões dizem respeito aos interesses nacionais e que estão relacionadas ao seu direito de autonomia num contexto internacional.

As cidades-gêmeas não estão isentas dos antagonismos inerentes a qualquer sociedade pautada pela relação de forças, mesmo que as mesmas possibilitem interações ensejadas pela contigüidade física de seus espaços citadinos, principalmente, porque a mesma flexibilidade que permite a construção de infra-estrutura especializada e operacional de comunicação e trânsito (discurso sustentado, na maioria das vezes, no plano econômico), pode engendrar mecanismos de apropriação abrupta do território que somente venham a favorecer os sujeitos e grupos específicos, transformando uma zona de interação material e imaterial em “Zonas de Desintegração”.

O governo, a população (com suas classes sociais, grupos políticos, profissionais, etc.) e o território interagem em antagonismos que definem a existência do Estado como entidade heterogênea, pautada pelas diferenças políticas, ideológicas e principalmente materiais, que fomentam as discussões e práticas (estabelecimento de políticas) a fim de mitigar tais diferenças. Sejam elas nos centros mais dinâmicos ou na faixa de fronteira. Os elementos apresentados e todas as particularidades que os caracterizam e que dinamizam a conflituosa existência no Estado, podem também definir os relacionamentos entre os Estados no plano exógeno, sobretudo, quando os mesmos estão envolvidos em conjunturas de aproximação política, econômica e social, como é o caso da América do Sul.

Vamos observar que projetos que objetivam a integração regional, apesar do discurso unificador, estão dotados de desentrosamentos, simplesmente pelo fato de existirem no seio do empreendimento integracionista, grupos, classes, setores que possuem visões e interesses diferenciados acerca do mesmo processo, que, sobretudo, orientam-se pela dinâmica contraditória dos Estados, introduzindo no plano externo as divergências que caracterizam seu ambiente doméstico.

O projeto integracionista durante essa primeira década do século XXI, por exemplo, alicerçado pelo MERCOSUL foi circunscrito pelas celeumas, sobretudo, porque a ordem mundial em transição proporcionava divergências entre o líder mundial (Estados Unidos) que nos últimos anos vem perdendo influência em determinados setores e, cada vez mais, inclina-se para o continente sul-americano e o Brasil, que desponta no cenário mundial no contexto da Hegemonia Dissociada, protagonizando no cenário regional e internacional processos antagônicos às políticas estadunidenses.

Inúmeros antagonismos também estiveram presentes entre os sujeitos que participam das materializações concernentes a COSIPLAN/IIRSA, sobretudo, aqueles relacionados às relações políticas e econômicas dos Estados boliviano e brasileiro. Tais restrições foram evidentes durante a gestão Lula (2003-2010) e o governo Morales (com início em 2006, reeleito em 2010, cujo mandato termina em 2014), principalmente em relação às questões que envolveram a nacionalização do gás boliviano, o Movimento Cocalero na Bolívia. Todas essas conjunturas incidem diretamente na Zona de Fronteira, na qual se localizam as cidades de Corumbá/MS e Ladário/MS (Brasil) e Puerto Quijarro e Puerto Suarez (Bolívia), localidade fronteiriça que é fundamental para o processo de integração, já que possui valor estratégico no escoamento de mercadorias em direção ao pacífico.

Assim, o Estado não é e nunca foi uma entidade homogênea, convergente em todas as suas representações. Fundamenta-se na pluralidade e no pluralismo que se move em distintas dimensões: política, econômica, jurídica, cultural e lingüística, na qual se identificam suas composições antagônicas, conflituosas, contraditórias, que a partir destas características engendra sua história particular como ser orgânico que necessita da interdependência dos contrários para subsistir e para dar bases à

sobrevivência dos elementos que o sustenta como Estado e que influênciam suas ações no plano internacional e doméstico.

1.2 OS “ANOS DOURADOS” E A INTERVENÇÃO DO ESTADO: A construção de paradoxos que convergiram

Em termos gerais a economia de mercado ocidental e a economia estatizada não foram forças antagônicas simplesmente, após a Segunda Guerra Mundial os países capitalistas adeptos ao livre mercado e que sofreram as mazelas da Depressão de 1929, encontraram no planejamento econômico a solução para se evitar futuras crises. O mundo pós-1945 seria de produção e comércio crescente, pleno emprego, industrialização e modernização, e essa modificação estrutural se daria por meio de um sistemático controle governamental, da administração de economias mistas e da cooperação com movimentos trabalhistas organizados (HOBSEAWM, 1995, p.268).

Assim ressaltamos que o Estado no capitalismo pós/Segunda Guerra Mundial possuiu no planejamento governamental sua principal arma de articulação política e econômica, pois atuava como regulador do mercado com planejamento público e, ao mesmo tempo, aproximou-se das classes trabalhadoras. Conjuntura política, social e econômica protagonizada pelo Estado, que encontrou grande contribuição da economia planificada Soviética, que fora pioneira no planejamento econômico (HOBSEAWM, 1995, p.265).

É preciso também lembrar que esse período da história da humanidade estava contextualizado pela previsibilidade, pelo automatismo e auto-regulação da Guerra Fria, ou seja, do jogo, sobretudo, ideológico do capitalismo *versus* socialismo. As principais economias capitalistas, atuando de forma contundente através dos seus governos solapavam as estruturas políticas, sociais e ideológicas do mundo da “esquerda”. Como atestou Hobsbawm (1995):

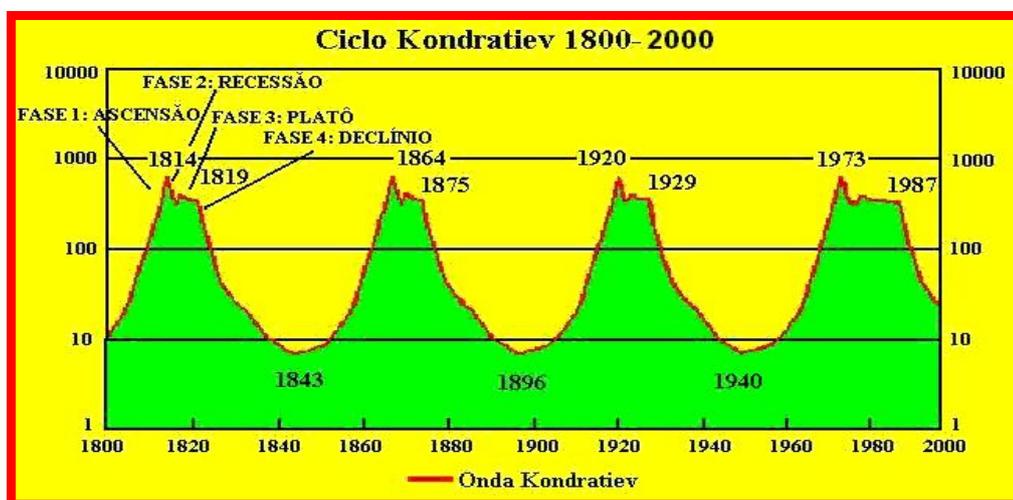
Na verdade, a esquerda concentrava-se em melhorar as condições de seus eleitorados operários e em reformas sociais para esse fim. Como não tinham soluções alternativas a não ser exigir a abolição do capitalismo, o que nenhum governo social – democrata sabia como fazer, nem tentara fazer, tinham de depender de uma economia capitalista forte e criadora de riqueza para financiar seus objetivos (HOBSEAWM, 1995, p.267).

Nos “Anos Dourados” o capitalismo passou por reformulações, e os principais articuladores dos Estados inseridos nesse sistema passaram a

reconhecer a importância da classe trabalhadora e a observar de forma diferenciada as aspirações social-democratas. Hobsbawm (1995) também ressalta, “mesmo regimes dedicados ao liberalismo econômico e político podiam agora, e precisavam dirigir suas economias de uma maneira que antes seria rejeitada como socialista” (Idem, 1995, p.267). As economias capitalistas utilizaram-se, de certa forma, de semelhantes mecanismos sociais e econômicos que se constituíam na base das políticas chamadas socialistas, ajudando a regular suas economias e também criou uma esfera ideológica favorável ao capitalismo em relação às classes trabalhadoras.

No pós-Segunda Guerra a economia mundial estava em ascensão, e é possível identificar tal processo teoricamente através dos Ciclos Kondratiev, sucessão de ondas longas de cerca de meio século de extensão, que formou o ritmo básico da história econômica mundial⁷ desde o início do século XIX, observe o gráfico nº1:

Nº 1 - As Quatro Ondas do Ciclo Kondratiev (Séculos XIX e XX).



Fonte: PASTORE (2007, p.113).

De acordo com Pastore (2007), “o ciclo econômico pode ser definido, simplesmente, como um período flutuante e alternado de expansão e retração da atividade econômica como um todo, de um país ou de um conjunto de países” (PASTORE, 2007, p.108). Nesse gráfico o ciclo ascendente com início em 1940 e término em 1973 representa os “Anos Dourados”.

⁷ Do mundo ocidental capitalista, visto que a trajetória econômica do oriente se deu de outra forma, e que não é o foco da nossa discussão.

Para Fortunato Pastore um ciclo econômico apresenta seis fases distintas: depressão absoluta, recuperação econômica, atividade econômica, com os índices atingindo o seu ponto mais elevado, de estagnação e equilíbrio aparente e breve, de crise, seguida pela contração, e a depressão (PASTORE, 2007, p.109). O autor também afirma que existem dois tipos de ciclos econômicos, os de curta e os de longa duração:

Os de curta duração, também conhecidos como Movimentos Breves possuem, basicamente, três dimensões temporais. A menor, de quarenta meses (entre três e quatro anos), conhecida como Ciclo dos Estoques ou Kitchin (do economista Joseph Kitchin. Os ciclos levam o nome do economista que o estudou primeiro ou o fez de forma mais detalhada); a segunda, com uma duração maior, em torno dos oito ou nove anos, chamada de Ciclo Juglar. De Clément Juglar, o economista francês (médico de profissão) que fez fortuna na Bolsa de Valores ao aplicar os seus conhecimentos no mercado de ações (análise ex-ante!). E, por fim, o Ciclo Labrousse, com média de onze anos. [...] Três também são os ciclos de longa duração: o Kuznets (de Simon Smith Kuznets, economista norte-americano, de origem russa), um duplo Juglar, isto é, uns vinte anos; o Kondratieff (Nikolai Dimitrievitch Kondratieff, 1892-1930, economista e estatístico russo), em torno de meio século, e o Ciclo Secular ou Tendência Secular (Trend, em inglês) (PASTORE, 2007, p.109-110).

O Ciclo Kondratiev, segundo as análises de Pastore (2007), é um ciclo de meio século, ou seja, um dos de longa duração e possui quatro ondas longas que representam os movimentos de retração e ascensão da economia, nas quais se identificam processos de alternância na hegemonia econômica e política mundial, ensejados, sobretudo, pelas mudanças tecnológicas no decorrer dos séculos XIX e XX.

Assim na “Era de Ouro”, como também a denomina Eric Hobsbawm, houve uma espantosa “explosão” da economia, período sistêmico movido pela revolução tecnológica, baseada na mais avançada pesquisa científica, e que ganhara aplicação prática em poucos anos (HOBSBAWM, 1995, p. 259/60). Nessa etapa da história do planeta uma substancial reestruturação e reforma do capitalismo acontecera, como também, ocorrera um avanço imensamente espetacular na globalização e internacionalização da economia:

A primeira produziu uma “economia mista”, que ao mesmo tempo tornou mais fácil aos Estados planejar e administrar a modernização econômica e aumentou enormemente a demanda [...] A segunda multiplicou a capacidade produtiva da economia mundial, tornando possível uma divisão de trabalho internacional muito mais elaborada (HOBSBAWM, 1995, p.264).

O surgimento de “economias mistas” está relacionado ao planejamento governamental, orientando e administrando a modernização econômica e aumentando demandas, com a criação de programas de industrialização dirigida, financiada, executada pelos governos. E como ainda atesta Hobsbawm (1995), “ao mesmo tempo, o compromisso político dos governos com o pleno emprego e, em menor medida, com redução da desigualdade econômica, isto é, um compromisso com a seguridade social e previdenciária” (HOBSBAWM, 1995, p.264).

Para Robert Kurz, a aglutinação entre o planejamento estatal através do seu governo e a economia de mercado foi viável e existiu em vários momentos da história do mundo, seja no espectro de ideologias, de políticas econômicas e mesmo na forma de reprodução político-econômicas como constituintes de um mesmo sistema de referências:

[...] o planejamento estatal mais extremado somente pode planejar nas formas do mercado, ou seja, nas categorias da mercadoria e do dinheiro, como sabidamente sempre foi o caso na economia soviética. Inversamente, contudo, também o radicalismo mais extremado, em prol do mercado, nunca consegue medrar sem o pólo estatal político (KURZ, 1998, p.93).

Dessa forma, apesar da Guerra Fria apresentar pólos distintos político-ideológicos, no campo histórico do sistema econômico mundial, esses referenciais excludentes também se condicionaram reciprocamente. No mundo ocidental complementaram-se durante os “Anos Dourados” para evitar o desemprego em massa, para disciplinar a classe trabalhadora e administrar a economia, ampliando o sistema produtivo a partir da industrialização, levando os governos capitalistas a promoverem intervenções e planejamentos no campo econômico, assim o pioneirismo planejador ou planificador da então União Soviética foi fundamental.

O Estado dos “Anos Dourados” planejava e administrava a economia, disciplinava seus trabalhadores e garantia o seu “bem-estar”. Não podemos nos esquecer que a conjuntura de reestruturação do capitalismo mundial e dos seus Estados, preconizada pelas principais economias do planeta, contribuiu para a condição transformadora do cenário político e econômico do chamado Terceiro Mundo, sobretudo, na América Latina, engendrando uma nova divisão internacional do trabalho pós-1945.

Sobre o desenvolvimento dessa nova divisão internacional da produção oportunizada pelos “Anos Dourados”, vamos recorrer mais uma vez a Hobsbawm (1995):

De início, isso se limitou em grande parte ao conjunto das chamadas “economias de mercado desenvolvidas”, ou seja, os países do campo americano. [...] e os países em desenvolvimento mais dinâmicos do Terceiro Mundo, na década de 1950, optaram pela industrialização segregada e planejada, substituindo sua própria produção pela importação de manufaturas (HOBSBAWM, 1995, p.264).

Esta conjuntura indiscutivelmente vai incidir sobre os Estados Sul-Americanos, que passaram a adotar mecanismos de industrialização planejada a partir de políticas governamentais, pautada pela ideologia desenvolvimentista e regulada por sujeitos externos, construtores do contexto político-econômico do cenário mundial. É preciso também destacar que na Era de Ouro o principal fator de estabilidade provinha da economia estadunidense, suficientemente respaldada pelo dólar (HOBSBAWM, 1995, p.266).

Dessa forma, os mecanismos elaborados pelos governos dos Estados durante os “Anos Dourados” ensejaram um surto surpreendente de prosperidades econômicas e tecnológicas, proporcionaram um bojo de transformações sociais de seguridades ao trabalhador, com a garantia do pleno emprego, etc. O Estado, atuou como regulador, disciplinador e orientador das atividades concernentes a sua esfera de influência num ambiente regulado pela economia de mercado e pelas políticas planejadoras da antiga URSS. Um sincretismo que vai de encontro à concepção de bipolaridade inexorável da Guerra Fria, apesar do aspecto Realista das relações entre os Estados durante este contexto histórico, as aglutinações entre os sistemas socialistas e capitalistas foram evidentes (mesmo que alguns mecanismos da economia planificada tenham sido utilizados como arma ideológica contra as concepções da esquerda) e fundamentais para a elaboração da estrutura econômica dos Estados Sul-Americanos.

1.3 A “EXPORTAÇÃO” DA CRISE ESTADUNIDENSE PARA O MUNDO

Nos “Anos dourados” a economia estadunidense foi de fundamental importância para a realização do processo que reestruturou os pilares políticos, infra-estruturais e econômicos do mundo após a Segunda Guerra. O poder financeiro do dólar, garantido pelas reservas em ouro acumuladas pelos Estados Unidos durante a Guerra, possibilitou a reativação da economia mundial. Segundo Luiz Fernando Sanná Pinto, “Essa reativação se deu, em grande parte, a partir da expansão das atividades internacionais monopólicas daquele país” (PINTO, 2008, p.30).

Essa expansão das atividades internacionais penetrou nas economias européias e japonesa, assim, estes Estados se utilizaram da ajuda financeira norte-americana, já que nessas áreas a guerra causou a destruição das suas forças produtivas, e ensejou a desvalorização do capital fixo e do trabalho, o que em contrapartida possibilitou o aumento na taxa de lucro. Sobre tal processo, Theotônio dos Santos, afirma que foram as corporações multinacionais, as principais unidades produtivas do sistema capitalista que contribuíram para a criação de uma extensa rede comercial, financeira e administrativa no mundo pós-guerra.

Essa conjuntura impulsionou um relevante crescimento da economia mundial, deflagrado pela integração monopolista mundial encabeçada pelos Estados Unidos e que contribuiu imensamente para o fortalecimento deste país. Como observou Theotônio dos Santos (1977 (a)):

A princípio, isto, [a nova divisão internacional do trabalho] levou a um fortalecimento do país de onde se originava a inversão. As filiais montadas no exterior compravam seus equipamentos e matérias-primas elaboradas da empresa matriz ou de outras empresas do mesmo grupo econômico, levando à criação de novas unidades produtivas (SANTOS (a), 1977, p. 28).

Esse período que foi marcado pela absoluta hegemonia estadunidense, e sustentada por fatores como a supervalorização do dólar, a liderança ideológica estadunidense (ensejada pela fragilidade das classes dominantes da Europa e da Ásia que incomodadas pela crescente influência das forças socialistas se apoiaram nesta ideologia), no seu poderio militar, e acima de tudo, na falta de rivais do mesmo porte econômico, afinal as principais economias da Europa e o Japão estavam destruídas pela guerra.

Mas, logo se percebeu uma crise na conjuntura que garantia a nova divisão internacional do trabalho do pós-guerra, articulada em torno do poderio econômico, militar e político dos Estados Unidos. Verificou-se um contraditório processo de desintegração do sistema mundial capitalista. Isso se deu em consequência da recuperação das economias avançadas da Europa e do processo de integração econômica desses Estados. De acordo com as observações de Luiz Fernando Sanná Pinto:

A necessidade de mercados cada vez maiores , em função das grandes escalas de produção que as novas tecnologias exigiam, fez com que a Europa iniciasse um amplo processo integração econômica, algo que também deveria evitar o aumento do conflito entre as unidades nacionais européias, bem como garantir as condições para uma maior competitividade frente as Estados Unidos (PINTO, 2008, p. 40).

Tais necessidades surgiram pela enorme transferência de tecnologia e recursos econômicos e financeiros dos Estados Unidos para os países avançados depois da Segunda Guerra Mundial. Tal conjuntura criou uma contradição no mundo capitalista, pois a recuperação das principais economias européias baseadas na introdução de tecnologia de ponta ao processo produtivo, em condições que garantiram uma alta taxa de lucro, agora para esses Estados, contrastou com a condição dos Estados Unidos, na qual a inovação tecnológica era bem mais cara, visto que o seu aparato produtivo estava intacto, já que seu território não fora atingido pela guerra.

Uma vez recuperadas as economias centrais:

[...] as filiais das corporações estadunidenses nelas instaladas não podiam mais se dar ao luxo de comprar máquinas e equipamentos ou produtos elaborados de suas casas matrizes, nem mesmo de transferir seus lucros ao país de origem (o que também não compensava, já que a taxa de lucro era maior na Europa do que nos Estados Unidos), sob a pena de sucumbirem à condição local (PINTO, 2008, p.41).

Isso significou a perda de competitividade da economia estadunidense no mercado mundial, e já no segundo semestre de 1966 e no primeiro de 1967, esta economia passou por um processo de desaquecimento (PINTO, 2008, p.43). O governo norte-americano na tentativa de amenizar o processo recessivo que poderia se instalar no seu ambiente doméstico iniciou, nos fins da década de 1960, políticas que ampliavam a produção na “Indústria de Guerra”. Pensavam seus idealizadores que dessa forma poderiam evitar uma estagnação e depressão no nível da atividade econômica.

Mas, os gastos militares proporcionaram um efeito inverso na economia norte-americana, gerou-se um processo conhecido como “reprodução negativa ampliada” (BUJARIN, 1972), já que os gastos com o setor militar nos Estados Unidos, não serviram para ampliar nem os meios de produção nem da força de trabalho, fato que causou uma crescente subprodução de valores, acelerando fortemente as pressões inflacionárias.

O processo de “reprodução negativa ampliada” que atingiu a economia norte-americana deu-se, segundo Fernando Sanná Pinto, devido:

A manutenção de um enorme aparato técnico e científico para o desenvolvimento, a manutenção e o manuseio de equipamentos bélicos altamente sofisticados, bem como o grande número de trabalhadores menos qualificados que operavam em fábricas que produziam esses materiais, sem falar na grande quantidade de soldados que trabalhavam em milhares de bases militares espalhadas por todo planeta, junto com muitos outros profissionais das mais diversas áreas que estavam direta e indiretamente ligados a esse gigantesco complexo econômico. (PINTO, 2008, p.43/44).

Associado a esse contexto, estava o fato das reservas de ouro norte-americanas estarem se esgotando, situação que limitava as operações de guerra como instrumento para a contenção da recessão que atingia o país, já que esse foi o motivo para se ampliar as atividades da indústria bélica. O objetivo era criar a partir desse setor, campo para as exportações relacionadas ao setor militar, mas o que se viu na realidade foi uma enorme pressão a balança de pagamento.

Com a crise instalada no seu ambiente doméstico, a solução era “exportar” a crise. Assim, o governo comandado por Richard Nixon, na tentativa de resolver os problemas relativos à sua balança de pagamentos não restringiu o consumo interno do país e nem paralisou a inflação que afetava a exportação e desvalorizava o dólar. Segundo Santos (1978 (b)):

Para paralisar a inflação dentro dos marcos do sistema, o governo teria que entrar em um enfrentamento muito forte com a classe operária no sentido de baixar seus salários, pois esta é a única forma imediata do capitalismo de paralisar o aumento de preços sem a taxa de lucro, o que provocaria uma depressão. Portanto, a saída menos crítica é “exportar” sua crise (SANTOS, 1978 (b), p.199).

Por “exportação” da crise se entendia “uma política econômica que forçasse um aumento das exportações estadunidenses e uma diminuição de suas importações, o que deveria ser feita mediante a desvalorização do dólar e políticas externas protecionistas” (PINTO, 2008, p.46). Dessa forma Nixon

declarou o fim da paridade e da livre-conversibilidade entre o dólar e o ouro no ano de 1971.

Ação que incidiu sobre as economias que possuíam grande quantidade de reservas financeiras em dólares, Nilson Araujo de Souza observou assim a situação:

Quem possuía dólar pelo mundo inteiro, além de ver-se repentinamente na contingência de não mais poder trocá-lo por ouro, passou a ter em mãos uma moeda de menor valor. Era uma apropriação indireta da economia norte-americana (SOUZA, 2008 (b), p.69).

A “exportação” da crise norte-americana, que tinha como pilar a desvalorização de sua moeda nacional, reorientou o processo produtivo, as principais economias do mundo teriam que se readaptar a essa nova conjuntura, contexto que ensejou políticas econômicas orientadas desses centros desenvolvidas em direção as suas “zonas” de influência. Os Estados Unidos, as principais economias européias, o Japão, passaram a criar mecanismos de controle e intervenção interna nos principais setores dos seus Estados e em contrapartida engendraram outros para abrirem o setor econômico de outros.

Como bem observou Luiz Fernando Sanná Pinto, a melhor alternativa de longo prazo para Europa e Japão, na tentativa enfrentar essa nova política norte-americana era criar ou fortalecer os processos de integração. Assim, para Europa o desafio era fortalecer as bases Comunidade Econômica Européia (CEE), criada em 1957, ao Japão coube iniciar um sistema próprio de integração, que ficaria conhecido como o “modelo do ganso voador”, processo que originou os NICs (Novos países Industrializados) ou Tigres Asiáticos (PINTO, 2008, p.47)

Os dois processos foram possíveis, pois a desvalorização do dólar ao mesmo tempo em que prejudicou os países que tinham reservas na moeda norte-americana, aumentou o poder de suas moedas nacionais. Dessa forma, o incentivo a integração de determinadas regiões e o fortalecimento das que já existiam, tornou-se a grande alternativa, visto que reorganizaria as economias atingidas pela desvalorização do dólar, reestruturando seus aparatos produtivos que estavam voltados à exportação.

Surgiam assim plataformas produtivas dos países avançados no chamado Terceiro Mundo, que com menores custos voltariam a exportar na mesma proporção ou em maiores quantidades, mas agora respaldados por suas moedas nacionais. Evidencia-se assim, uma ativa participação do governo das principais economias desenvolvidas orientando as economias de suas plataformas.

É importante a contextualização dessa conjuntura sistêmica ensejada pelos Estados Unidos, pois, da mesma forma que a sua economia contribuiu para economia mundial no período conhecido como “Anos Dourados”, a mesma engendrou as bases para as “Décadas de Crise” (iniciada com a crise do petróleo, intensificada por toda década de oitenta culminando nos anos 90) e a disseminação das políticas neoliberais.

Acontecera uma reação em cadeia, o governo norte-americano na tentativa de evitar enfrentamentos com as classes trabalhadoras proporcionou a exportação de sua crise, que conseqüentemente ensejou políticas de um mesmo nível aos Estados europeus e ao Japão que da mesma forma não queriam celeumas com as suas respectivas classes trabalhadoras, visto o reflexo que se dá no campo político.

Essa reorientação na divisão internacional do trabalho e da produção, a partir da década de 70, vai influenciar diretamente o campo político, social e econômico de toda a América do Sul, pois as economias centrais enquanto aumentavam a participação dos seus governos na economia, empregavam a retórica de abertura da economia nos países periféricos, processo intensificado com o “Consenso de Washington”. Mas, é preciso ressaltar que o desencadeamento das políticas neoliberais não foi de um todo negativo para o antigo Terceiro Mundo, já que o modelo neoliberal, na fase pós-crise sistêmicas da década de 90, desencadeou políticas que passariam a mesclar o controle e a intervenção estatal com a economia de mercado (neoliberal), práticas regidas conforme as particularidades de cada um dos Estados, sendo utilizadas em prol dos interesses nacionais, mas atreladas as condutas transnacionais.

1.4 O CONTRA-SENSO ENTRE A RETÓRICA E A REALIDADE

Na tentativa de resolver seus problemas internos os Estados Unidos realizaram uma manobra política e econômica que consistiu em exportar sua crise, ação que ensejou uma nova divisão internacional do trabalho. A crise norte-americana caminha paralela ao contexto de crises econômicas que passam a desenhar os caminhos do mundo a partir da década de 70.

Depois de 1973 a pobreza, o desemprego em massa, a miséria, a instabilidade, reapareceram em grandes proporções em várias partes do planeta, conjuntura inimaginável para as populações, governos e economistas, que desfrutavam das benesses políticas, econômicas e sociais surgidas na “Era de Ouro”. Como demonstrou Hobsbawm (1995), no mundo pós-“Era de Ouro”:

O crescimento foi, mais uma vez, interrompido por várias depressões sérias, distintas das “recessões menores”, em 1974-7, 1980-2 e no fim da década de 80. O desemprego na Europa Ocidental subiu de uma média de 1,5% na década de 1960 para 4,2% na de 1970. No auge do *boom* em fins da década de 1980, estava numa média de 9,2% na Comunidade Européia, em 1993, 11%. [...] Quanto a pobreza e a miséria, na década de 1980 muitos dos países mais ricos e desenvolvidos se viram outra vez acostumando-se com a visão diária de mendigos nas ruas, e mesmo com o espetáculo mais chocante de desabrigados protegendo-se em vãos de portas de caixas de papelão, quando não eram recolhidos pela polícia. Em qualquer noite de 1993 em Nova York, 23 mil homens e mulheres dormiam na rua ou em abrigos públicos, uma pequena parte dos 3% da população da cidade que não tinha tido, num ou outro momento dos últimos cinco anos, um teto sobre a cabeça (HOBSBAWM, 1995, p.396).

O contexto de crise social era absoluto, atingindo, sobretudo, as principais economias do planeta, essa conjuntura logicamente incidiu sobre os países da periferia que passariam a vivenciar a partir da década de 80, uma realidade caracterizada por uma grande quantidade de políticas monetárias e cambiais que acentuariam os problemas domésticos dos Estados.

Na América Latina, por exemplo, a crise mundial corroborada pelos choques do petróleo em 1973 e 1979 ensejou práticas econômicas que incidiram no campo político, transformando o contexto de “governos de exceção” (em alguns casos, que ascenderam nos anos anteriores aos períodos de crise). Práticas que foram precursoras das primeiras ações no âmbito neoliberal que mais tarde viriam a se transformar nas principais regras de conduta econômica da América do Sul no final da década de 80 e início de 90.

Segundo Luiz Fernando Sanná Pinto foi o governo de Ronald Reagan, o centro desencadeador do projeto neoliberal. A economia norte-americana preconizou esse papel pela importância que possuía na economia mundial. Em 1981 o governo Reagan criou uma política que diminuiu os impostos e aumentou os gastos militares, gerando grande déficit fiscal. Assim, com esses déficits a administração daquele governo optou por aumentar ainda mais as taxas de juros, dessa forma, atraindo capitais de outras partes do mundo, financiando sua dívida:

Para garantir as condições para o crescimento econômico que advogava, Reagan diminuiu enormemente os impostos sobre as rendas mais altas e cortou muito dos gastos sociais do Estado, o que foi combinado com um aumento colossal dos gastos militares baseados na mais alta tecnologia, justificados pelo clima da Segunda Guerra fria. Isso aumentou ainda mais o déficit fiscal dos Estados Unidos, o que se manifestou em função da enorme quantidade de recursos aplicados nos setores improdutivos e indiretamente produtivos ligados ao Pentágono e suas economias externas, em uma elevação da renda da mão-de-obra altamente qualificada que tal expansão exigia, com seus efeitos secundários aquecendo a demanda externa de certos produtos e serviços (PINTO, 2008, p.60).

Não vamos discutir porque tal política foi possível, mas é importante verificar que o programa neoliberal dos Estados Unidos, implantado no início da década de 80, caracterizou-se por políticas de juros elevados e de quebra de direitos trabalhistas. Pinto (2008) também ressalta que o Estado não diminuiu seu papel na economia, “apenas substituiu gastos sociais por gastos militares e financeiros. Ao mesmo tempo, não houve redução do protecionismo [...] medidas tarifárias foram substituídas por medidas não-tarifárias” (PINTO, 2008, p.58). Observação convergente as análises de Eric Hobsbawm:

O maior dos regimes neoliberais, os EUA do presidente Reagan, embora oficialmente dedicado ao conservadorismo fiscal (isto é, orçamentos equilibrados) e ao “monetarismo” de Milton Friedman, na verdade usou métodos Keynesianos para sair da depressão de 1979-82, entrando num déficit gigantesco e empenhando-se de modo igualmente gigantesco a aumentar seus armamentos (HOBBSAWM, 1995, p.402).

Percebemos partir dessas observações que ocorria um contra-senso entre a retórica e a realidade. Segundo as palavras do presidente Reagan, “o governo não era a solução, mas problema” (Hobsbawm, 1995, p.401). Tal retórica defendia a tese de que a intervenção do governo, havia se tornado ineficiente, mas, em contrapartida, esse mesmo governo atuava diretamente em alguns setores do Estado norte-americano, enquanto pregava a não-

intervenção no plano internacional. Theotônio dos Santos analisou essa conjuntura da seguinte forma:

Estávamos, assim, diante de um aparente contra-senso: um governo anti-socialista aumentava drasticamente o planejamento centralizado da economia, embutido dentro dos gastos militares. Ao mesmo tempo um governo ultra-liberal, para sustentar essa política, gerava o maior déficit do tesouro, jamais imaginando pelos audazes neokeynesianos (SANTOS, 2004 (c), p.170).

Mas, esse contra-senso entre a defesa de políticas neoliberais no plano exterior e a prática de políticas econômicas planejadas pelo governo no ambiente interno, não se resumia somente aos Estados Unidos, os regimes mais comprometidos com a economia de *laissez-faire* eram também “profundamente nacionalistas e desconfiados com o mundo externo” (HOBSBAWM, 1995, p.402).

A implantação das políticas neoliberais, apesar da retórica do “Estado Mínimo” que as apoiou, não diminuiu a participação do governo dos países centrais em relação à intervenção econômica e ao planejamento. Pelo contrário, aumentou cada vez mais sua participação na medida em que os juros altos pesaram sobre as dívidas públicas:

Entre os 7 grandes países [Estados Unidos , Reino Unido, Japão, Alemanha, França, Itália e Canadá], a participação da dívida pública bruta no PIB aumenta de uma média de 36,8% em 1973 para 43,2% em 1980, 55,5% em 1985, 59,5% em 1990 e 67,3% em 1994. Em aparente paradoxo, este foi o período sob hegemonia conservadora. Foram os anos de triunfo do pensamento neoliberal quando se cortaram drasticamente os gastos sociais na maior parte desses países (SANTOS, 2004 (c), p.104).

O paradoxo citado, pautado pela transferência dos recursos destinados aos gastos sociais para o pagamento das dívidas públicas das principais economias do mundo e pelas práticas do modelo neoliberal de abertura econômica para os países periféricos, atingiu o segundo bloco incidindo sobre os seus ambientes domésticos, principalmente, no campo político.

A reviravolta econômica do planeta a partir da década de 1970 e que levou a instalação das políticas neoliberais nos anos 80, foi impactante para a América Latina, principalmente, do ponto de vista da política externa hemisférica do governo Reagan, que como consequência “endureceu” os regimes políticos na América Central e no Caribe e abrandou os regimes de exceção na América do Sul.

Segundo Pinto (2008, p.125), “a administração Reagan⁸ passou a atuar de maneira muito dura com relação à América Central e o Caribe”. A década de 80, essas áreas ficaram marcadas pelo jogo de forças entre movimentos que almejavam a sua desvinculação política e econômica em relação aos Estados Unidos e este último na tentativa de manter suas posições nestas:

Reagan ordenou a invasão de Granada, em 1983, lançou uma “guerra de baixa intensidade” contra o governo revolucionário da Nicarágua e as guerrilhas de El Salvador e pressionou fortemente o governo de Michel Manley, da Jamaica, bem como o governo panamenho, sobretudo por conta da questão do Canal do Panamá, que em poucos anos não deveria mais ser controlado pelos EUA (PINTO, 2008, p.126).

As forças progressistas e revolucionárias foram impulsionadas pela crise econômica de 1979-83 que atingiu a região, alavancando os processos que tinham por objetivo as reorientações políticas para os Estados envolvidos. A América do Sul, assim como a América Central, vivia naquele período de crise econômica e da implantação das primeiras políticas neoliberais, um contexto conturbado, paralelo a um momento de redemocratização.

A crise econômica mundial que desencadeou retóricas e práticas neoliberais, na década 80, reorientaram o quadro político sul-americano, os “Estados de exceção”, as ditaduras militares, vão ser extintas gradualmente, desdobramento das intensas pressões populares e dos grupos ligados as mesmas, que enxergavam na redemocratização a criação de reformas sociais amplas, como também, a democracia passava a ser importante para os Estados Unidos e as demais economias centrais, pois viam na mesma um instrumento para fortalecer os partidos e as forças políticas defensoras dos projetos econômicos mais liberais, ou seja, neoliberais (PINTO, 2008, p.128).

Em meio à conjuntura, caracterizada pelos interesses daqueles que compunham os diferentes aparelhos dos Estados orientados por governos ditatoriais (ansiosos pela resolução dos problemas econômicos e sociais ensejados pela “crise da dívida”) e pelas necessidades políticas e econômicas

⁸ É preciso ressaltar que esses acontecimentos foram respaldados pela análise conservadora do Comitê de Santa Fé, que via uma suposta penetração soviética no interior da região durante o governo liberal Carter. Esse Comitê originou quatro relatórios na década de 80 (por isso é também conhecido como Documentos de Santa Fé), que apresentavam a necessidade de reforçar a segurança na América Latina, aparecendo pela primeira vez o conceito de *conflicto de baixa intensidade*, críticas ao estatismo Latino-Americano, como também, as primeiras análises que afirmavam a relação de alguns países Americanos com o narcotráfico (Nicarágua, Cuba e Colômbia). O Comitê de Santa Fé, também influenciou a política externa dos governos Bush pai e filho (SILVA, 2010 (a), p.7)

das economias centrais (principalmente dos Estados Unidos) em expandir o projeto neoliberal, desenrolou-se o processo de redemocratização na América do Sul.

As crises do sistema econômico mundial, que conseqüentemente enfraqueceu as estruturas políticas e econômicas dos regimes autoritários, levaram os Estados Sul-Americanos a crises no plano doméstico e externo. Assim, os governos civis no continente foram ocorrendo em efeito cascata, com a Argentina (1983), Uruguai (1985), Brasil (1986), Paraguai (1989), Bolívia (1989), todos esses países no ano de 1989 passaram por eleições presidenciais, o Chile retornou à democracia em 1990.

Todos esses Estados estavam atrelados as mazelas da “crise da dívida”, como também sentiam os efeitos da chamada “Década Perdida”, embora, sentidos de forma diferenciada. A conjuntura desastrosa pautada por crises fiscais e problemas econômicos conduz os países Sul-Americanos para o caminho da integração, sendo o MERCOSUL o primeiro ensejo integracionista. De acordo com Silva (2010) o entendimento entre Brasil e Argentina, surge a partir da decisão dos presidentes Alfonsín e Sarney em 1985, de formar um mercado comum entre os dois países num prazo de dez anos. O autor também afirma que: “[...] O Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento foi firmado em 1988 e, em 1990, através da Ata de Buenos Aires, o prazo para a formação do Mercado Comum foi reduzido para quatro anos” (SILVA, 2010 (b), p.318).

O governo Collor (1990-1992) acelerou o processo de integração entre Brasil e Argentina, processo que culminou com a assinatura do Tratado de Assunção em maio de 1991, e incluiu Paraguai e Uruguai, criando o MERCOSUL. O objetivo dos governos Collor e Menem era fazer o novo bloco ingressar rapidamente no mundo globalizado. Assim, liderados por Brasil e Argentina, o demais países inclinaram-se as práticas neoliberais, concomitantemente ao processo de integração.

O projeto de integração da América do Sul possui sua gênese a partir das crises ocorridas na estrutura econômica internacional, sobretudo, da crise estadunidense, que mudaram as orientações políticas e alavancaram novas diretrizes para o plano econômico mundial e, subitamente para a América do Sul. Dessa forma, os processos transnacionais foram importantes (como ainda

são) para o estabelecimento dos novos rumos do continente. A crise norte-americana ao ser exportada preconizou o estabelecimento das retóricas e das práticas neoliberais, que, em parte, colaborou para a institucionalização do processo de integração da América do Sul, via MERCOSUL, que apesar de um início meramente “comercialista”, cujo objetivo foi remover barreiras tarifárias e não-tarifárias, tornou-se no pós-crise da década de 90 o principal pilar da integração sul-americana.

A América do Sul que no início do século XXI passou por processos políticos, sociais e econômicos, impulsionados pelas conjunturas de um contexto global *despolarizado*, extremamente influenciado pela globalização e nuances dos movimentos de transnacionalização da economia. O continente sul-americano nos dez primeiros do novo século sentiu inexoravelmente as influências de uma Ordem Mundial em transição, que indefinida, enseja a alguns sujeitos novos papéis e, acima de tudo, práticas contundentes.

Capítulo 2 - O ATUAL PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL: os liames entre o Realismo e o Idealismo

*Roberto Mauro da Silva Fernandes
Adauto de oliveira Souza*

2.1 ALCA versus MERCOSUL NOS PRIMEIROS DEZ ANOS DO SÉCULO XXI

A postura intransigente do governo estadunidense para a implantação da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) ajudou a reforçar os laços entre as nações sul-americanas, promovendo um estreitamento nas articulações que buscam uma maior integração continental. A dialética na qual estão envolvidos os Estados Unidos e os governos sul-americanos, principalmente aqueles que pertencem ao MERCOSUL, produz sinuosas trajetórias que dão base a esta conjuntura.

Em 1997, a então secretária de Estado do governo Bill Clinton, Madeleine K. Albright, declarou perante o Comitê de Relações Exteriores do Senado estadunidense que “o Mercosul é nocivo aos interesses dos Estados Unidos” (SOUZA, 2001 (b), p.108), discurso que demonstrava o incômodo daquele governo com a idéia de ter que dividir o mercado sul-americano com outro bloco que não fosse aquele criado e gerenciado pelo mesmo, e que não estivesse regulamentado conforme suas leis de mercado.

É preciso ressaltar que a partir de 1997 com a crise asiática e com a instabilidade financeira internacional ocorrera um processo de fragilização das economias emergentes, ocasionando no início de 1999, uma fuga de capitais do Brasil levando o governo a adotar medidas de desvalorização do Real (SILVA, 2010 (b), p.351). Este fato atingiu as economias dos Estados-membros do MERCOSUL, e concomitantemente deu início a chamada: “crise do MERCOSUL”.

Tratava-se do desmoronamento de um modelo econômico (o neoliberal aos moldes do “Consenso de Washington”) na América do Sul, devido a uma conjuntura internacional caracterizada por uma instabilidade financeira global, paralela a lentidão no crescimento econômico e as crises sociais que

provocaram desconfianças nos países do continente acerca da legitimidade em relação às políticas neoliberais. De acordo com Silva (2010):

A crise do Mercosul começou com a desvalorização do real diante o dólar, em janeiro de 1999. Com o peso atrelado ao dólar, a Argentina viu suas vendas para o Brasil caírem. Pediu medidas do governo brasileiro para compensar o desequilíbrio e não foi atendida. Daí em diante, criou empecilhos às exportações brasileiras. Em meados do ano, o governo argentino chegou a publicar uma medida criando salvaguardas gerais, foi o momento de maior risco ao Mercosul, mas não entrou em vigor (SILVA, 2010 (b), p.352).

Esta conjuntura é decorrência da fuga de capitais que atingiu o Brasil, em meio a uma crescente desvalorização cambial, que de forma contundente “balançou” a economia argentina que tinha superávit em relação ao Brasil. A crise do MERCOSUL foi vista por alguns analistas como o seu fim, e tudo isso paralelo as pressões norte-americanas para a implantação da ALCA. Somente no final de 1999, Felipe Lampreia, até então ministro das Relações Exteriores do governo Fernando Henrique Cardoso, sinalizou a idéia de relançar o MERCOSUL no ano de 2000, sobretudo, ampliando-o para toda América do Sul.

Nesse contexto de incertezas realiza-se a primeira cúpula de presidentes sul-americanos, com o objetivo de aprofundar a cooperação já existente entre os Estados Sul-Americanos, construindo um projeto de cooperação nos campos de combate as drogas ilícitas, de ciência e tecnologia e principalmente que visava à integração física do continente (SILVA, 2010 (b), p.353).

Mas, a partir do governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), ao iniciar uma política externa conflitante aos moldes impostos pelos Estados Unidos para implantação da ALCA, as ações integracionistas no continente foram impulsionadas. Devemos registrar que já em sua campanha eleitoral para presidência, havia declarado que área de livre comércio idealizada pelos Estados Unidos, não era uma proposta de integração, “mas uma política de anexação, e nosso país não será anexado” (BANDEIRA, 2004 (a), p.287).

Segundo Souza (2008 (a), p.296), o governo Lula não suspendeu as negociações da ALCA, como dava a entender no discurso da campanha, simplesmente, deu continuidade as mesmas, não seguindo a agenda dos Estados Unidos de implantar o projeto sem aprofundar algumas questões que

se mostravam unilaterais e vantajosas somente aos setores norte-americanos, era necessário explicitar as controvérsias existentes e que davam desvantagens ao bloco sul-americano.

Devemos ressaltar que o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), apesar de ensejar iniciativas para o projeto de integração da América do Sul, esteve alinhado à política exterior dos Estados Unidos, praticando uma política aos moldes do “Consenso de Washington”, e que tinha a abertura da economia como um de seus postulados básicos, prosseguiu com as discussões a respeito da instalação da ALCA, incluindo na agenda temas que consideravam importantes para o Brasil (subsídio agrícola nos Estados Unidos e suas barreiras não-tarifárias e medidas *antidumping*), mas ao mesmo tempo, incluíam os temas que somente interessavam aos estadunidenses (BANDEIRA, 2004 (a), p.141).

Souza (2008 (b)) afirma que “O governo Fernando Henrique Cardoso dizia que a ALCA era uma ‘possibilidade’ e que o Brasil poderia não assinar o acordo se concluísse que não atendia ao ‘interesse nacional’”. Enquanto isso concordava com que as negociações seguissem avançando (SOUZA, 2008 (a), p. 294).

Tal assertiva destaca uma suposta dubiedade de ações daquele governo em relação ao assunto ALCA, levando-nos a intuir que na retórica o governo FHC se chocava com as idéias estadunidenses, mas na prática ensejava que a agenda e o cronograma do governo dos Estados Unidos prosseguissem. Somente para vias de esclarecimento na primeira cúpula dos presidentes sul-americanos, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso em seu discurso demonstrara resistência a ALCA, criticara também o protecionismo do Primeiro Mundo e “pregou a necessidade de associação entre Mercosul e Comunidade Andina” (SILVA, 2010 (b), p.353).

Contudo, apesar do discurso do ex-presidente Fernando Henrique ser em prol da América do Sul e das iniciativas para a sua integração, Celso Amorim ministro das Relações Exteriores dos governos Itamar Franco (1993-1994) e Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), ao assumir suas funções no início de 2003 teceu críticas a postura do governo anterior ao de Lula em relação a ALCA, segundo ele, na lógica das negociações internacionais, não há espaço para que ao final de um longo processo de negociação de que tenha

participado um país, o mesmo deixe de aderir ao acordo daí resultante, na medida em que os interesses e compromissos vão se cristalizando (AMORIM, 2003 (a), p.122). Isso significava que a instalação do projeto do governo norte-americano viria sem maiores contestações por parte do Brasil, como havia sido idealizado.

Dessa forma, o governo Lula tentava mudar as orientações sobre a instalação da ALCA, as propostas norte-americanas para implantação da mesma se apresentavam de forma unilateral, indo de encontro aos interesses do Brasil. Podemos resumir esta posição através das palavras do ex-ministro Celso Amorim em entrevista à revista *Veja* em janeiro de 2004:

[...] não aceitamos perder a dignidade. Não vamos aceitar modelos que vêm prontos; tudo tem que ser negociado. O que acontecia antes era uma falsa negociação. As coisas vinham vindo e, no máximo, eram postergadas. A principal barreira, os subsídios, os Estados Unidos não discutiam (*Veja*, 28, 01, 2004 *apud* SOUZA (b), 2008, p. 299).

Ao se posicionar desta maneira, o Brasil assumia uma postura de liderança na América do Sul, em prol de um processo de integração continental que possibilitasse melhores vantagens econômicas aos Estados sul-americanos frente às articulações norte-americanas, refutando, pelo menos durante o governo Lula, as idéias dos Estados Unidos. Observava-se assim, a estratégia que seria utilizada a partir de então pelo governo brasileiro: a negociação.

Notou-se tal postura, ao negociar com os argentinos no episódio da sobretaxação dos produtos brasileiros da linha branca, no ano de 2003, além do que permitiam os acordos de desgravação do MERCOSUL, e no caso da nacionalização das bases da PETROBRÁS pelo governo boliviano em 2006. Nesses dois casos, alguns setores do empresariado e imprensa nacional pregavam retaliações, que não foram realizadas pelo governo Lula (SOUZA, 2008 (a), p.308-312).

A conduta por parte do governo brasileiro nesses episódios optando pela “conversação” demonstrou o quanto o governo Lula estava empenhado no esforço pela integração regional. Não agir dessa forma seria percorrer o caminho oposto, fomentando a desintegração, abrindo caminho para intervenções exógenas. Nilson Araújo de Souza ainda ressalta, “conflitos

sempre há em qualquer processo de integração, mas o processo só avança quando a disposição de negociar prevalece”.

O papel de protagonista do Estado brasileiro, como o animador, o facilitador e líder do processo de aproximações estatais é ensejado devido aos quantitativos da sua população, a dimensão do seu território, do seu mercado e da sua capacidade econômica (SAMPAIO, 2008, p.233-34). Em decorrência, o Brasil, acima de tudo, assumia tal posição, porque seus interesses ao serem defendidos, resguardavam também os interesses do MERCOSUL e dos países sul-americanos que, supostamente, seriam prejudicados pela instalação da ALCA.

Mamigonian (2006) observou que a integração sul-americana estava na ordem do dia, e dependente do crescimento econômico do Brasil. Não estamos afirmando que a integração dependa somente desse país, mas é necessária uma liderança que conduza as ações, que assuma as conseqüências e o governo Lula assim se comprometia a fazer. Segundo Souza (2008), a posição do Brasil em contestar o projeto ALCA, elaborado conforme a agenda norte-americana impossibilitou a instalação desse projeto como previsto para janeiro de 2005, negociações que ora estão paralisadas. Batista Jr (2008), também nos lembra que “com o impasse na negociação da ALCA, em 2003-2004, Washington voltou-se para tratados bilaterais de livre comércio”.

As discussões sobre a instalação da ALCA são dotadas de controvérsias, para Luisa Maria Nunes de Moura e Silva:

Esta fórmula estadunidense se consubstancia na mais nova tentativa dos EEUU de manter a hegemonia sobre todo o continente, a “Iniciativa para as Américas” proposta pelo Presidente Bush em junho de 90, mais tarde convertida em Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). A IPA-ALCA propõe um novo relacionamento econômico hemisférico com a criação de uma zona de livre comércio que alcançaria do Alasca à Patagônia. Com essa iniciativa ficou, clara a nova estratégia imperialista: abrir os mercados regionais, atribuir aos Estados meras funções burocráticas e de relações exteriores, reduzir, enfim, os territórios Latino-Americanos à meros satélites da economia dos EEUU, através de um bloco econômico (SILVA, 2008 (c), p.245).

Souza (2008 (a)), também aponta que os Estados Unidos não pretendiam com a ALCA, um processo de integração econômica mais completa, na qual garantiria a proteção externa comum, ou mobilidade interna de fatores, o que inclui a força de trabalho, unificação de políticas

macroeconômicas, adoção de moeda única, “eles pretendem a criação de um bloco que permaneça no primeiro estágio de integração, ou seja, querem a criação de uma Área de Livre Comércio que fortaleça a ocupação do mercado regional por suas corporações transnacionais” (SOUZA, 2008 (a), p.273).

Já para Albuquerque (2007) a retórica de que a “ALCA é impossível, se fosse possível seria danosa, portanto deve ser protelada” (ALBUQUERQUE, 2007 (a), p.139), tinha como objetivo enviar uma mensagem inequívoca para a sociedade. Essa mensagem consistia em afirmar que como a indústria brasileira não estava preparada para competir com a estadunidense, seria vital retardar indefinidamente uma integração indesejável em maiores níveis entre as duas economias. Ainda para o mencionado autor, na realidade por parte do governo brasileiro evitava-se encarar as questões concretas que realmente envolviam as negociações:

[...] quais setores da economia brasileira são suficientemente competitivos para demandar a abertura dos demais mercados de terceiros países? Quais setores precisam se ajustar a uma eventual abertura solicitada por nossos parceiros; quais necessitam de um prazo para ajustes (e quais políticas para apoiar esses ajustes); quais estão fadados a marginalização, necessitando de eventuais políticas compensatórias. Nos velhos temas - *antidumping*, salvaguardas, barreiras técnicas - o que pedir? [...] que concessões estamos dispostos a fazer e a exigir? (ALBUQUERQUE, 2007 (a), p.139).

Albuquerque (2007 (a)) também afirma que essas questões não eram discutidas, pois o governo brasileiro até a Terceira Cúpula presidencial das Américas em Quebec no ano de 2001 apresentara um elenco de temas objetivos ou métodos alternativos ao que era considerado como proposta americana, “[...] mediante um conjunto sofisticado de táticas, tais como desqualificação do tema, a formação de coalizões de veto, as manobras diversionistas e a obstrução pura e simples”.

O posicionamento desses autores, apesar de distintos, reflete o ambiente circunscrito as discussões relacionadas à instalação da ALCA. De um lado um pragmatismo necessário, pois caso o projeto estadunidense for possível, deve-se pensar que o mesmo pode ser proveitoso ou danoso, dessa forma, é preciso que países sul-americanos se preparem, é papel dos governos desses Estados proporcionarem o ambiente interno e externo compatível. Por outro lado é preciso entender que a ALCA, sobretudo, é um projeto político do

governo norte-americano, fato que vai de encontro ao projeto político sul-americano que é o MERCOSUL.

Segundo Silva (2010 (b)) “o Mercosul é um dos grandes projetos de Estado do Brasil, maturado desde os anos de 1980” (SILVA, 2010 (b), p.355). Convém lembrar que é através do MERCOSUL que se vem buscando a integração da América do Sul, inclusive esse bloco está conectado a UNASUL que também se sustenta na ALBA. Durante a Cúpula realizada em Mar del Plata, em novembro de 2005, consolidou-se três visões acerca da integração hemisférica:

A abertura total dos mercados era defendida pelos Estados Unidos, Canadá, México, Chile, Colômbia, Guatemala, Honduras, Panamá, Peru, Equador e El Salvador. A segunda visão, contrária a Alca, era a da Venezuela. A terceira era a do Mercosul, que defendia uma Alca mais modesta e a eliminação dos subsídios agrícolas dos Estados Unidos (SILVA, 2010 (b), p. 355).

Nesse contexto fora apresentada a ALBA como mais uma proposta para a integração hemisférica que juntamente com o MERCOSUL passou a encabeçar oposições a ALCA, interrompendo as investidas do governo norte-americano para sua instalação. A aproximação entre Brasil e Venezuela é de extrema importância para o projeto de integração continental. A entrada da Venezuela no MERCOSUL vem fortalecer as articulações que objetivam os estreitamentos estatais no continente, tanto do ponto de vista econômico quanto político.

No ponto de vista econômico a inserção da Venezuela no MERCOSUL tem como principal objetivo criar condições de abertura de um novo mercado para as economias menos dinâmicas do bloco e posteriormente ao continente:

Em se tratando de um país importante em termos econômicos, comerciais e energéticos, a adesão da Venezuela aumenta o peso do Mercosul e fortalece o seu poder de barganha em relação a outros países ou blocos comerciais. Fortalece também o seu potencial econômico, representando, antes de tudo, uma ampliação considerável do mercado [...] A Venezuela dispõe de imensas reservas de petróleo e de recursos financeiros. O seu governo aposta pesadamente na integração latino-americana e tem feito empréstimos a outros países sul-americanos, como por exemplo, à Argentina (BATISTA Jr. 2008, p.232).

Dessa forma, mecanismos poderiam ser criados para tentar amenizar algumas assimetrias, sua adesão visava, sobretudo, privilegiar o Paraguai e o Uruguai. Segundo Batista Jr. (2008, p.234), os mesmos estavam insatisfeitos com o MERCOSUL e ameaçavam abandoná-lo, o que seria prejudicial não

somente para o bloco econômico, mas para o processo de estreitamento de relações do continente.

Mas, é no ponto de vista político que se encontra a importância desse país, mesmo antes de Hugo Chávez formalizar o pedido para que a Venezuela ingressasse no bloco, a mesma já engrossava as críticas do governo brasileiro em relação à ALCA, sendo no interior do Bloco Andino o contraponto do Brasil na resistência à implantação do projeto norte-americano. Fato que incomodava o governo Bush (filho), pois, além da resistência a ALCA, Chávez também ensejava uma política de aproximação com Fidel Castro, com o governo de Saddam Hussein, como também com o governo da Líbia, de Muammar Kadafi (SILVA, 2010 (b), p.340).

Essa aproximação política entre MERCOSUL e Venezuela, politicamente foi benéfica, pois o Brasil construía mais um alicerce para o projeto de integração e de refutação de alguns mecanismos contraditórios ao país, como também, trazendo a Chávez para a esfera de influência brasileira era possível frear os seus ânimos, e fundamentalmente, surgia uma “ponte” para os Estados Unidos dialogarem com os governos de esquerda na América do Sul.

De acordo com Silva (2010 (b)) “o Brasil é considerado como país chave para a estabilidade da América do Sul, seja pelo de sua economia como de sua atuação diplomática”. Enfatizamos que aproximação do Brasil com Hugo Chávez foi estratégica, sobretudo, porque, os mecanismos pautados pela conversação, pela diplomacia, no seu sentido racional na tentativa de entrar o projeto ALCA, poderiam ser suplantados por ações de cunho Realista por parte do governo Bush, já que as intervenções militares foram comuns no seu governo devido as políticas de combate ao terrorismo, logo depois do 11 de setembro.

É preciso destacar que tal conjuntura é uma das conseqüências das crises sistêmicas ocorridas durante a década de 90 no plano global que afetaram o MERCOSUL e principalmente os Estados Unidos, colocando em xeque o modelo neoliberal, abrindo as portas para os partidos de esquerda (ou reformista) na América Latina, conduzindo ao enfraquecimento político os partidos e governos neoliberais hegemônicos.

Assim, é de extrema importância ressaltar que essa maior aproximação entre os Estados sul-americanos (a partir do seu elemento governo), com

objetivo de aglutinar esforços, é resultado do processo de crescimento desigual que se instalou no continente nos últimos vinte anos em decorrência do modelo neoliberal. Batista Jr. (2008) afirma:

De uma maneira geral, as economias cresceram pouco e a geração de empregos foi insuficiente. Agravaram-se os desequilíbrios de balanço de pagamentos e a vulnerabilidade externa. A renda continuou extremamente concentrada e persistiu um quadro de pobreza ou miséria para grande parte da população (BATISTA JR., 2008, p.228).

No continente sul-americano as eleições presidenciais nos primeiros anos do século XXI, possibilitaram a ascensão de candidatos de centro-esquerda ao Executivo, acontecimento que ensejou articulações políticas visando maior aproximação entre os Estados do continente (como o caso da ALBA articulado ao MERCOSUL), cenário que demonstra, pelo menos no discurso, a disposição de diminuir a influência política norte-americana na América do Sul:

Veio então a reação. Nas ruas e nas urnas. Forças políticas alinhadas a Washington perderam as eleições em diversos países. Alguns presidentes, como Fernando de la Rúa, na Argentina, e Sánchez de Losada, na Bolívia, foram levados à renúncia por rebeliões populares. Hoje, na maior parte da América do Sul os governos se situam do centro para a esquerda do espectro político. Em alguns casos, as mudanças têm sido tímidas e graduais. Mas prevalece um certo distanciamento em relação às políticas econômicas e internacionais dos anos 90 (BATISTA Jr., 2008, p.228).

Mamigonian (2006) analisa a nova conjuntura sul-americana da seguinte forma:

Depois de duas décadas perdidas para a América Latina, o modelo neoliberal imposto pelos EUA esgotou-se num grande desastre econômico-social. Nos anos de 1998-2003 as mobilizações, os protestos e as revoltas populares se traduziram em resultados eleitorais, que levaram à ascensão de governos nacionalistas na Venezuela e na Argentina, em nítida ruptura com o imperialismo (MAMIGONIAN, 2006, p.120).

Mas, apesar dessa reviravolta e das articulações que se realizam no continente nos últimos anos em busca de uma integração política, econômica e social que acarrete benefícios para todos os envolvidos, as aproximações estatais podem ser comprometidas pelas “descontinuidades políticas” que são inerentes aos processos democráticos, sobretudo, no Terceiro Mundo. No cerne da questão está o fato de que nem todos os futuros governos possuirão a linha centro-esquerda ou reformista, um fato que pode acarretar mudanças em relação ao MERCOSUL como modelo e base da integração sul-americana.

O Brasil, principal protagonista do processo de integração regional, pode ser considerado um exemplo desse provável futuro impasse. Numa entrevista ao *valoronline*, em abril de 2010, o então candidato à Presidência da República pelo PSDB, José Serra, declarou que a união aduaneira do MERCOSUL era uma farsa, posicionando-se contra as condições atuais do bloco econômico:

Em relação à questão externa, nós temos reservas, mas os investidores olham para o estoque e o fluxo. Nós temos que nos antecipar aos acontecimentos [...] o Mercosul é uma barreira para o Brasil fazer acordos comerciais [...] Ficar carregando esse Mercosul não faz sentido [...] a união aduaneira é uma farsa, exceto quando serve para atrapalhar (www.valoronline.com.br, acesso em 03/06/2010).

Esta declaração está relacionada à sua proposta de por fim ao MERCOSUL da forma como opera atualmente, como alternativa para fomentar as exportações dos Estados-membros. José Serra não disse qual seria em seu governo o destino do bloco após a completa reformulação que proporia. Segundo a matéria, “Serra relembrou que, quando Ministro da Saúde, não pode celebrar um acordo comercial entre Brasil e Índia porque teriam que ser estabelecidas compensações para Argentina, Uruguai e Paraguai”.

A declaração de José Serra pode ser um indicativo de que as relações tangenciadas no atual processo de integração modificar-se-ão com a ascensão de um setor Executivo que não tenha as mesmas tendências políticas e/ou ideológicas do governo Lula, pelo menos, no que se refere a uma política externa que tenha como objetivo as aproximações estatais no continente. Ao declarar, "Ficar carregando esse Mercosul não faz sentido", José Serra estava assumindo uma postura de oposição ao contexto atual de estreitamentos estatais sul-americanos, que acontecem, principalmente, a partir do MERCOSUL.

É mister ressaltar que na Constituição brasileira os responsáveis pelas questões internacionais são o Executivo, o Presidente da República e o Ministério das Relações Exteriores, subordinado à Presidência. Nos Estados Unidos, por exemplo, existe uma divisão de atribuições entre o Executivo e o Legislativo. Tratados comerciais, declarações de guerra são atribuições exclusivas do Legislativo, somente por meios de mandatos especiais, o Executivo tem liberdade e autonomia para agir, o *Fast Track* (via rápida) é um dos exemplos deste mandato especial, direcionado à área econômica, através

desse dispositivo o Legislativo concede ao Executivo poderes extraordinários para negociar acordos comerciais sem a interferência do Congresso (PECEQUILO, 2010, p.49).

No caso do Brasil, o artigo 84 de sua Constituição deixa explícito que são atribuições do Presidente da República “VIII - celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso”, ou seja, o Executivo pode dar iniciativa sobre determinadas questões internacionais e posteriormente buscar o aval do Legislativo. Esse fato corrobora com as preocupações acerca das “descontinuidades políticas” que podem alterar, de alguma forma, o processo integracionista sul-americano.

O Estado do Brasil sendo a “locomotiva” do contexto integracionista, uma mudança de orientação política advinda do seu Executivo, pode acarretar mudanças desse contexto e, sobretudo, se a integração do continente, via MERCOSUL, não passar por um processo de institucionalização das políticas domésticas dos Estados-membros, sem a consecução de mecanismos para fomentar uma integração a partir do fortalecimento dos ambientes domésticos as susceptibilidades tendem somente a aumentar. Institucionalizar políticas domésticas significa contribuir positivamente para o processo de reciprocidades estatais, já que haveria um fortalecimento das *dimensões política, defensiva e congelamento de processos domésticos* de integração.

Obviamente não podemos nos esquecer que durante as campanhas eleitorais algumas retóricas partidárias exacerbam-se, e na maioria das vezes as práticas governamentais podem mudar de direção de acordo com as conjunturas. José Serra, por exemplo, pertence ao mesmo grupo político do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o PSDB, que defendia a implantação da ALCA nos moldes idealizados pelos Estados Unidos, mas a com a crise financeira de 1999, que desestabilizou a economia mercosulina, no seu segundo mandato ensejou novos rumos para a política externa brasileira e passou a criticar contundentemente a estruturação do sistema internacional, redefinindo o papel do MERCOSUL e da América do Sul para o Brasil, tudo isso, em meio às intenções do governo norte-americano de instalar a ALCA (SILVA, 2010 (b), p.342).

Assim, como na campanha eleitoral do ex-presidente Lula, seus discursos davam a entender que de forma alguma a ALCA seria instalada,

mas, o que se notou ao assumir o Executivo era de que as conversas relacionadas ao projeto norte-americano seguiriam com a construção de outra agenda. Tal contexto pode ser observado com aproximação entre a posição da Venezuela e os países do MERCOSUL que oportunizou uma recusa dos mesmos de retomarem as negociações a respeito da ALCA enquanto os subsídios agrícolas norte-americanos não fossem suspensos (SILVA, 2010 (b), p. 355).

Em relação a tais subsídios, o Brasil conseguiu uma vitória na OMC que permitiu uma retaliação de cerca de R\$ 1,5 bilhão aos produtos e serviços dos Estados Unidos. O ex-ministro Celso Amorim em entrevista a Revista Desafios do Desenvolvimento – Ipea, nº 61, edição maio/junho de 2010 ressaltou:

Com o resultado do contencioso do algodão, o Órgão de Solução de Controle (OSC) da Organização Mundial do Comércio autorizou o Brasil a aplicar contramedidas contra os Estados Unidos que chegam a US\$ 829 milhões, com base em 2008, e que podem passar de US\$ 1 bilhão com os dados de 2009 [...] Essa vitória foi obtida após quase oito anos de litígio em que os subsídios norte-americanos ao algodão foram condenados de modo reiterado em quatro etapas [...] Nós demonstramos que tanto os subsídios à exportação como os programas de apoio doméstico favorecem artificialmente os agricultores norte-americanos e distorcem a competitividade do produto brasileiro – e de outros países – no mercado internacional (PORTARI & GARCIA, 2010, p.19).

Tudo indica que esse acontecimento proporcionará um ambiente mais favorável para as futuras negociações do Brasil, concomitantemente com os outros membros do MERCOSUL em relação a ALCA, principalmente porque a vitória do Brasil sobre os Estados Unidos, derrubando o seu protecionismo que afetava diretamente a economia brasileira e dos Estados-membros do MERCOSUL, fortalece a *dimensão política* do processo de integração do continente sul-americano, sobretudo, porque conduz os países desse Bloco econômico (como também de todo continente) a discussões mais incisivas para a chamada *dimensão defensiva* desse processo integracionista, cujo objetivo seria proteger o setor produtivo dos Estados sul-americanos dos processos transnacionais.

A convergência nessa dimensão pode levar a projetos intergovernamentais no próprio setor agrícola, que nesse momento, é a área de maior rentabilidade para as nações desse continente. Daí, a importância da vitória brasileira na Organização Mundial do Comércio, um fato que também

expressa cada vez mais à condição de líder do Brasil no processo de integração e que contribui para a consolidação das bases integracionistas.

As discussões relativas aos subsídios agrícolas são fundamentais, pois grande parte dos países da América do Sul, inclusive aqueles que pertencem ao MERCOSUL são historicamente exportadores de produtos de baixo valor agregado. Dessa forma, a *dimensão defensiva* do atual processo de integração, deve criar mecanismos que convirjam, primeiramente, nesse setor, e que venham a mitigar os efeitos aos Estados Sul-Americanos ao disputarem mercados numa mesma área.

Particularmente no caso do Brasil, Lamoso (2010) afirma que o comércio exterior brasileiro nos anos noventa “apresentou uma redução da participação de produtos manufaturados nas exportações, concomitantemente ao aumento das exportações de produtos básicos, de origem agrícola e mineral” (LAMOSO, 2010, p.1). A autora também afirma que respectivamente nos anos de 2006, 2007 e 2008 as exportações de manufaturados atingiram os percentuais de 54,4%, 52,2% e 46,8%, ou seja, ocorrera um declínio das exportações do setor de manufaturas. Tal tendência relaciona-se ao movimento de “reprimarização” que influencia a estrutura de exportação do Brasil.

Dessa forma, assim como o Brasil, a maior economia do continente sul-americano, possui na sua estrutura de exportação uma grande participação de produtos primários, outros países do continente encontram-se na mesma situação (vide o exemplo da Venezuela com o Petróleo, Bolívia com gás, Paraguai com a soja, etc.). Levando-os, por ora, a se articularem politicamente a partir dessa esfera econômica.

A dimensão defensiva deve estar relacionada ao *congelamento de processos doméstico*, isso poderia ser feito através de um acordo entre os participantes do processo integracionista, principalmente do MERCOSUL, ou seja, ocorreria uma *constitucionalização das políticas domésticas* Sul-Americanas na qual retirar-se-ia da agenda interna o debate sobre processos de ajustes, de liberalização e outros temas análogos. Tais procedimentos poderiam evitar futuros protecionismos, sobretudo, por parte do Brasil que é a maior economia do continente, impedindo também que o mesmo “engolisse” economicamente seus vizinhos sul-americanos, evitando assim, contenciosos entre os Estados do continente.

Dessa forma, a integração Sul-Americana partiria da *coordenação de políticas estatais*, primeiramente do setor agrícola (que é atualmente o setor que atrai divisas para os Estados Sul-Americanos e enseja atritos), criando, posteriormente mecanismos possíveis para o fortalecimento dos setores produtivos de valor agregado, ensejando mudanças na estrutura de exportação desses países. Acreditamos que o projeto norte-americano (ALCA) será futuramente materializado na América do Sul mediante outras bases, e pensamos que o fortalecimento das dimensões citadas seria de extrema importância, pois a relação com os Estados Unidos dar-se-ia em melhores condições de igualdade. Caso contrário, sem o fortalecimento de políticas estatais para a integração, a mesma ocorrerá, somente, a partir de acordos com o objetivo de estabelecer normas homogeneização e nivelamento do terreno.

Para Albuquerque (2007), esse nivelamento do terreno, ao contrário de ações de coordenação de políticas estatais, seja na ordem industrial, fiscal, cambial e outras daria oportunidade para “ao invés de haver legislações e instituições comuns e coordenação de políticas domésticas, adotam-se regras claras e confiáveis para garantir o relacionamento econômico entre esses países” (ALBUQUERQUE, 2007 (a), p.131).

2.2 AS CONSTRIÇÕES NO AMBIENTE MERCOSULINO: entre a autonomia e a dependência

A inexistência no MERCOSUL de um processo de integração pautado pela coordenação de políticas estatais no início desse século XXI ensejou a interferências dos Estados Unidos no Bloco na tentativa de desarticulá-lo. É preciso ressaltar que a forma como o Bloco fora criado, com o viés somente “comercialista”, conferiu-lhe alguns fatores de alto risco, visto que a integração entre nações somente pelo comércio, sem coordenar políticas no plano doméstico para então criar processos de integração, pode causar fluxos ainda maiores de dependência. No caso dos Estados Sul-Americanos, ficariam cada vez mais dependentes do mercado norte-americano.

Dessa forma, acordos bilaterais por parte de um Estado economicamente mais forte pode ser um grande atrativo para as nações que dependem do mercado consumidor do mesmo, sobretudo, se forem membros de um Bloco econômico que lhes proporciona desvantagens comerciais. Por exemplo, durante a gestão Bush (2001-2008) as assimetrias econômicas dos Estados-membros do MERCOSUL deram margem para algumas constrições no interior do bloco, fato que deu ensejo para maiores aproximações do governo norte-americano com o Paraguai, Uruguai, como também, na conjuntura anterior aos engajamentos Sul-Americanos para protelar a ALCA, na ocasião da chamada “Crise do MERCOSUL”, com a Argentina.

Conjunturas que por pouco encaminhou esses Estados para a esfera de influência norte-americana de forma mais concisa. Durante o governo Bush (2001-2008) os Estados Unidos adotaram uma política de acordos bilaterais de livre-comércio, revertendo uma longa tradição de negociações multilaterais. De acordo com Silva (2010):

Com o fracasso da ALCA, evidenciado na Cúpula de Mar Del Plata em 2005, os Estados Unidos intensificaram a estratégia de minar o projeto de integração Latino-Americana, oferecendo tratados de livre-comércio bilaterais. Na América do Sul, esta estratégia seduziu alguns países, como Chile, Colômbia e Peru (SILVA, 2010 (b), p.379).

Entretanto, é preciso frisar que os três Estados citados já há algum tempo possuíam certo grau de relacionamento com os Estados Unidos, principalmente, ao que se referia às políticas neoliberais e militares, não sendo uma surpresa tal estreitamento.

A grande tensão estava circunscrita à esfera mercosulina. Paraguai e Uruguai nesses primeiros anos de século XXI expressaram seu descontentamento com as políticas do MERCOSUL aproximando-se dos Estados Unidos em detrimento aos mecanismos ensejados por Brasil e Argentina na tentativa de intensificar os estreitamentos estatais no continente sul-americano, Batista Jr. (2008) afirma:

Washington tem acenando com a possibilidade de assinar tratados bilaterais de livre comércio com Assunção e Montevideu. Esses acenos encontram receptividade, particularmente no Uruguai. Evidentemente, se assinarem acordos bilaterais de livre comércio com os Estados Unidos, Paraguai e Uruguai terão que se retirar da união aduaneira do Mercosul (Batista Jr., 2008, p.234).

O que realmente preocupava em relação a essas medidas por parte dos Estados Unidos em promover acordos bilaterais com o Uruguai e Paraguai era a possibilidade do MERCOSUL perder esses Estados-membros. Para o ambiente político da integração tal acontecimento poderia acarretar alguns prejuízos, sobretudo, para o Brasil que pautava seus discursos oposicionistas à ALCA utilizando a propaganda do Bloco Platino como o melhor produto para o continente. É preciso esclarecer que nesta conjuntura não existia o lado “certo” e/ou “errado”, tratava-se de uma situação em que os Estados envolvidos tentavam garantir sua soberania e autonomia num determinado contexto, levados a agir conforme a agenda de seus interesses, a partir de suas necessidades e capacidades.

Dessa forma, vamos abrir um parêntese, apesar dos Estados paraguaio e uruguaio pertencerem a uma organização intergovernamental, no caso o MERCOSUL, os mesmos possuíam todo o direito de fazerem uso de justificativas de interesse nacional para não seguirem as regras da Organização a que pertencem, mesmo que isso significasse a diminuição de sua autonomia no interior do bloco e de parte de sua soberania. As Organizações Intergovernamentais abrigam uma realidade ambígua de autonomia *versus* dependência, principalmente porque os Estados que as compõem atuam em busca dos interesses da organização e dos próprios interesses, ou seja, os mesmos transitam entre sua ação no contexto macro em que está inserido e a necessidade de atender as forças sociais internas que representa.

A busca por melhoras do plano econômico dos Estados Paraguai e Uruguai orientava-os para uma provável inclinação à esfera de influência norte-americana, o que ensejaria o desligamento dos mesmos do MERCOSUL (ou provavelmente não). As ações do governo norte-americano ensejando tratados bilaterais possuíam a deliberada intenção bloquear o processo de integração dos países sul-americanos? É evidente que sim. Entretanto, o que também estava em jogo era saber o que o governo brasileiro tinha (e tem) a oferecer ao Paraguai e ao Uruguai, afinal as retóricas políticas sobre a integração, na qual o MERCOSUL possui papel fundamental, tinham como objetivo (e ainda tem), acima de tudo, favorecer o Estado brasileiro, por isso o engajamento político do mesmo, como liderança do continente.

Mas, é fato que assim como os Estados platinos buscavam seus interesses, temos que compreender que o mesmo acontecia por parte dos Estados Unidos, os temores de adesão dos sócios menores as políticas norte-americanas são explicáveis, afinal o peso político dos Estados Unidos é maior, e a sua economia, ainda que abalada, era um grande atrativo para os Estados paraguaio e uruguaio (descontentes com o MERCOSUL) e, sobretudo, a não existência da coordenação de políticas estatais no Bloco Sul-Americano facilitava tal avanço do governo norte-americano.

De acordo com o Silva (2010), nesse início de século XXI, a política internacional do Uruguai oscila entre a integração regional via MERCOSUL e a busca de uma posição privilegiada frente aos Estados Unidos, e segundo alguns setores do seu governo, o MERCOSUL tem sido governado bilateralmente pelos seus sócios majoritários (Brasil e Argentina) em detrimento dos sócios menores. Esse contexto ensejou nos últimos anos diversos contenciosos com Brasil e Argentina, assim “[...] o Uruguai vem buscando parcerias com os Estados Unidos, como forma de aumentar sua capacidade de barganha dentro do Mercosul” (SILVA, 2010 (b), p.345).

O estreitamento de relações do Paraguai com os Estados Unidos ocorria concomitantemente ao evento que circundou o plano político e econômico de Brasil e Paraguai nas discussões sobre Itaipu. Segundo Blanco (2009), as queixas paraguayas surgem com o discurso de não usufruírem de maneira justa a exploração dos recursos hidroelétricos produzidos em Itaipu. Laino (1979) apresenta-nos algumas cláusulas do primeiro acordo entre Brasil e Paraguai, nota-se algumas desvantagens para o governo paraguaio:

Na cláusula 3º do contrato é estabelecido que Itaipu pagará a Eletrobrás pela abertura do crédito, 2% sobre a quantia total do empréstimo, equivalente a 3.5000.000.000 de dólares. Isto significa que serão pagos 2% sobre 2.139.550.000 de dólares e também 2% sobre os juros que somam 1.360.450.000 de dólares. De fato, Itaipu estará abonando juros sobre juros e este total sobe a 70 milhões de dólares (LAINO, 1979, p.33-34).

Essas quantias eram consideradas exorbitantes para o governo paraguaio, Domingo Laino ainda menciona que a Eletrobrás, cobraria a Itaipu Binacional toda e qualquer despesa que fizesse para o amparo em juízo de seus direitos creditícios, estabeleceu-se também que o contrato havia sido regido de acordo com a legislação brasileira, sendo jurisdição e língua oficial do

Brasil. E mais: “por cada dólar de empréstimo real a Itaipu deverá devolver a Eletrobrás cerca de 8 dólares” (Laino, 1979,p.34). Verificam-se realmente algumas imposições unilaterais por parte do governo brasileiro na época, e que tinham que ser revistas.

Não queremos nos aprofundar na questão da utilização da energia de Itaipu, mas o novo acordo entre os governos brasileiro e paraguaio serviu para revigorar as relações entre os pares. Uma não renegociação do acordo por parte governo brasileiro poderia causar alguns transtornos para as relações no MERCOSUL, nas palavras de Blanco (2009):

[...] o novo acordo, assinado em 25 de julho de 2009 (após a realização da Cúpula de Presidentes dos Estados Partes do Mercosul e Estados Associados, um dia antes, também em Assunção) demonstra a importância da usina de Itaipu como um elemento fundamental das relações bilaterais Brasil-Paraguai que novamente é instrumentalizado como solução para a discordância entre as partes (BLANCO, 2009, p.3).

Para o ex-ministro Celso Amorim o impacto do aumento da remuneração paga pela compra de energia paraguaia de Itaipu será mínimo, “é preciso compreender que Itaipu é uma das principais fontes de receita daquele país” (PORTARI & GARCIA, 2010, p.19).

Blanco (2009) ressalta que “a insatisfação paraguaia com o Brasil, e também com o processo de integração mercosulino, não é recente” (alusão aos acordos com os Estados Unidos), além do descontentamento com o antigo Tratado de Itaipu havia a insatisfação com as ações ineficazes dos sócios maiores (Brasil e Argentina) para diminuir as assimetrias econômicas do Paraguai em relação aos outros países da Bacia Platina: “Essas iniciativas não foram suficientes, contudo, para que os sócios ‘menores’ pudessem estar satisfeitos com os resultados obtidos com o projeto de integração mercosulino”.

Em relação a essa atuação mais contundente dos Estados Unidos no seio do MERCOSUL, é preciso ressaltar que a mesma não se resumiu a tratados bilaterais de comércio. Mamigonian (2006) afirma que os Estados Unidos, entre outras coisas, nos últimos anos aumentaram o número de seus agentes secretos (FBI e CIA) na América do Sul de maneira descomunal e implantaram bases militares, mesmo sem autorização, como as que existem no Paraguai.

Segundo Blanco (2009) é nesse contexto que o Uruguai anunciou em 2005 negociações de um tratado que viabilizava a proteção de seus investimentos com os Estados Unidos e que o governo paraguaio assinou um acordo de cooperação militar e ameaçou iniciar negociações de um tratado de livre-comércio com os mesmos, iniciativas que divergiam do ideal de integração no âmbito do MERCOSUL (BLANCO, 2009, p.4).

Em 2001, sob os efeitos da chamada “Crise do MERCOSUL” e ante aos impasses nas negociações da ALCA, o Ministro argentino Domingo Cavallo cogitou a possibilidade de seu país se afastar do MERCOSUL para estabelecer negociação comercial bilateral com os Estados Unidos e também com a União Européia. De acordo com Silva (2010 (b)): “Para o ministro, todas as alternativas de negociação deviam ser utilizadas, inclusive a multilateral, envolvendo o Mercosul, mas não poderia ser descartada uma relação direta com os Estados Unidos” (SILVA, 2010 (b), p. 353).

Todas essas conjunturas que dizem respeito às relações MERCOSUL/Estados Unidos são desdobramentos do contexto de instabilidade financeira global durante a década de 90, sendo o Brasil um dos protagonistas desse quadro sistêmico em 1999, que no início do século XXI leva o governo brasileiro a estabelecer novas diretrizes para sua política externa e para a América do Sul. Dessa forma, o cenário intra-regional, especialmente no que diz respeito às relações bilaterais Brasil-Argentina, ganha novos rumos. Assim, a desvalorização do Real condiciona um grau de interdependência crescente entre as economias do MERCOSUL que passou a aumentar a vulnerabilidade de toda região aos choques externos, ou seja, o contexto global que afetou o ambiente interno dos Estados mercosulinos também afeta o ambiente estatal norte-americano, levando o seu governo a tomar iniciativas para materializar a ALCA (idealizada no governo Bush (sênior)).

Não há como dissociar os acontecimentos intra-regionais, como a “Crise do MERCOSUL”, a ascensão de governos de esquerda na América do Sul, os projetos de integração via MERCOSUL e ALBA, das políticas governamentais norte-americanas. Por exemplo, a preocupação do governo Bush (filho) com o Oriente Médio após o *11 de setembro*, gerou margem para maiores manobras aos países da América do Sul que nesse período vivenciou a ascensão de governos de esquerda. Como também é fato que a gestão Bush (2001-2008)

possuía em sua agenda a integração continental (América Latina) como prioridade, que concomitantemente a “Crise do MERCOSUL”, levou os principais parceiros do Bloco platino, Brasil e Argentina a reverem suas prioridades em relação à integração sul-americana (ALBUQUERQUE, 2007 (a), p.133).

Assim, mediante a esse contexto, durante a gestão Lula (2003-2010), concomitante ao governo Bush (filho), os Estados Unidos vão alterando a sua estratégia para a América do Sul, que tinha “como pontos fundamentais o Plano Colômbia e, com a crise das negociações da Alca, o estabelecimento de tratados de livre-comércio bilaterais com os países da região” (SILVA, 2010 (a), p. 362).

A rápida análise que ensejamos sobre as relações MERCOSUL/ALCA nessa primeira década do século XXI, envolvendo Brasil, Venezuela, ALBA, Estados Unidos, e os Estados-membros do MERCOSUL, não é somente para evidenciar que o processo de integração do continente sul-americano está sendo construído em contradições. Acima de tudo, estamos querendo enfatizar que, da mesma forma, que o contexto global está passando por um processo de transição, a estrutura sul-americana também se encontra na mesma situação.

Assim, no projeto integracionista daqui em diante estarão inseridos elementos inerentes ao processo de transnacionalização, até porque o atual contexto integracionista do continente ganha força a partir dos eventos desse fenômeno. E mediante a aglutinação de fatores externos as necessidades internas dos Estados sul-americanos é que devemos, também, passar a analisar o quadro conjuntural no qual as reciprocidades estatais sul-americanas estão em pauta.

As contradições políticas, ideológicas, econômicas num contexto integracionista sempre estarão presentes, assim como as celeumas com os Estados Unidos, por parte das nações Sul-Americanas serão comuns, como já afirmamos, é impossível a dissociação das políticas intra-regionais em relação a esse sujeito. Assim, é necessário o fortalecimento dos vetores que contribuam para a convergência dos Estados da região, somente dessa forma ensejarão mecanismos que favoreçam os últimos nas relações como o seu parceiro de maior recurso de poder (Estados Unidos). Os contenciosos internos

e externos somente apresentam periculosidade se não forem discutidos, se forem relegados, e pautadas pelas relevâncias históricas, que na maioria das vezes são alicerçadas por retóricas anacrônicas.

2.3 A AMÉRICA DO SUL E A “GUERRA PREVENTIVA”: uma possível troca da hegemonia mundial?

Segundo Harvey (2008, p.211), os Estados Unidos perderam o domínio da produção global nas décadas de 1970 a 1990, o que faz sua liderança tecnológica e sua hegemonia com respeito à sua cultura, e sua liderança moral ficarem ameaçadas, deixando como única arma de domínio global, o seu poderio militar.

Devemos ressaltar que a sua crise, no ponto de vista econômico e financeiro e que reflete em ameaça a sua liderança global, vem sendo notada desde a década de 70, quando o ex-presidente norte-americano Richard Nixon declarou o fim da paridade e da livre-conversibilidade entre dólar e o ouro (PINTO, 2008, p.46). Era uma tentativa de desvalorizar o dólar, para aumentar as exportações estadunidenses e diminuir suas importações, plano econômico que teve reflexos negativos em economias que possuíam grandes reservas financeiras em moeda norte-americana.

Na década de 80, as políticas neoliberais são iniciadas no governo Reagan que diminui os impostos sobre rendas mais altas, cortando gastos sociais do Estado, que combinadas com o aumento de gastos militares baseados na mais alta tecnologia, contribuem para o aumento do seu déficit fiscal (PINTO, 2008, p.59). Situação não muito confortável, e que tem como desfecho as práticas do “Consenso de Washington”, marco das políticas neoliberais na década de 90, que promoveu o fim das restrições aos investimentos estrangeiros, a liberação do comércio, as privatizações das empresas públicas, etc., tais medidas tinham o explícito objetivo de facilitar o “desafogamento” da maior economia do mundo.

Práticas que passariam a ser seguidas de forma incontestada por inúmeros Estados, principalmente daqueles com o quadro econômico menos desenvolvido. Os desdobramentos dessa “reação em cadeia”, segundo Mamigonian (2006), foram catastróficos para a América Latina: “A brutalidade

das medidas neoliberais na América Latina levou ao aumento da pobreza e da miséria, até atingir níveis insuportáveis”.

Os déficits orçamentários norte-americanos chegaram ao seu ápice no governo Bush (2001-2009). Harvey (2008) destaca o fato dos Estados Unidos estarem convivendo com uma onda de desequilíbrios generalizados, com déficits orçamentários gigantescos, na qual quase um terço das ações de Wall Street já esta nas mãos de estrangeiros:

Quase um terço das ações de Wall Street e quase metade dos títulos do Tesouro dos Estados Unidos já estão nas mãos de estrangeiros, e os dividendos e juros que são remetidos a proprietários estrangeiros aproximam-se hoje, se não superam, o tributo de corporações e operações financeiras norte-americanas extraem do exterior [...] Os Estados Unidos logo estarão pagando bem mais pelo serviço da dívida com o resto do mundo do que estará entrando no país. Essa extração de riqueza dos Estados Unidos não vai ser bem-aceita no plano interno. As perpétuas elevações do consumismo financiado por dívida, que tem sido o fundamento da paz social no país desde 1945, terão de parar (HARVEY, 2008, p.204).

Este quadro de crise dos Estados Unidos se arrasta desde a década de 70, e reflete atualmente em ameaça a sua condição de hegemonia, principalmente, no quesito econômico, contexto que depois do 11 de setembro, ensejou algumas ações militares que tiveram como justificativa de “prevenção”. Dessa forma, a política da “guerra preventiva” ganha força durante a gestão Bush (filho) e está, pelo nosso ponto de vista, paralela e convergente as dificuldades econômicas e financeiras, pelo qual o país passava durante esse governo, demonstrando as fragilidades no seu sistema produtivo, principalmente pelo déficit em dívidas, que proporcionou políticas de resguardo a determinados recursos, entre eles o petróleo, a água, e principalmente a busca de áreas agrícolas.

A respeito da “guerra preventiva”, Paul-Marie de La Gorce (2002), em seu artigo “Nuevo concepto: guerra preventiva” apresenta-nos a declaração do Secretário de Defesa norte-americano do governo Bush (2001-2008), Donald Rumsfeld:

La defensa de Estados Unidos requiere prevención, autodefensa y em ciertos casos la iniciativa en la acción. Defenderse contra el terrorismo y otras amenazas emergentes del siglo XXI puede perfectamente exigir que se lleve adelante una guerra en territorio enemigo. En cierto casos, la única defensa es una buena ofensiva (LA GORSE, 2002, p.11).

Esta declaração de que “a melhor defesa é o ataque”, têm como exemplos mais recentes: no Afeganistão (2002) e no Iraque (2004). Devemos nos lembrar que um dos motivos que levam a invasão ao Iraque seria o fato de, supostamente, o governo Saddam Hussein possuir armas de destruição em massa (DAVID & AYOUBY, 2004, p.47). Assim com esse pressuposto numa operação militar “relâmpago”, a ocupação do território iraquiano se deu em poucas semanas, na qual rapidamente Bagdá foi dominada pelas tropas norte-americanas. Já a ação militar no Afeganistão está relacionada com o combate ao terrorismo, e principalmente, com a caça a Bin Laden.

Devemos frisar que discursos semelhantes àqueles utilizados para justificar a invasão ao Iraque, foram contundentemente direcionados contra o Irã, que supostamente está desenvolvendo tecnologia nuclear para fins não-pacíficos. Em setembro de 2009 o “estadão.com. br/internacional”, trouxe a seguinte notícia:

[...] Israel afirmou neste sábado que a descoberta de uma usina de enriquecimento nuclear no Irã prova que o país busca desenvolver armas nucleares, e exigiu uma resposta clara do Ocidente. "As revelações desta segunda instalação de enriquecimento nuclear no Irã provam sem dúvida nenhuma que esse país quer se equipar com armas nucleares" declarou o ministro de Relações Exteriores, Avigdor Lieberman, à rádio pública (www.valoronline.com.br. Acesso em 04 jun 2010).

As discussões sobre um possível enriquecimento de urânio do Irã para produzir armas de guerra se acirravam à medida que outros países, como Brasil, e a Turquia, que ocupam assentos não permanentes no Conselho de Segurança da ONU, não apoiaram sanções ao país, proposta que estava sendo defendida irredutivelmente pelo governo norte-americano e que foi aprovada em junho de 2010 pelo Conselho de Segurança (PEIXOTO, 2010, p.1).

É mister ressaltar que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou “contrariado” o decreto que regulamentava uma nova rodada de sanções econômicas contra o Irã, já que as mesmas foram aprovadas com o argumento de que o Irã estaria desenvolvendo um programa nuclear com fins militares (PEIXOTO, 2010, p.1). Segundo o ex-ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, “O Brasil faz isso contrariado, porque votamos contra esta resolução, não acreditamos que (a medida) contribua para resolver o problema do programa nuclear iraniano” (AMORIM *apud* PEIXOTO, 2010, p.01).

Este recente choque entre os Estados Unidos e o Brasil é mais um capítulo do duelo que esses Estados vêm travando já algum tempo no plano internacional, contexto que está relacionado aos questionamentos do segundo aos parâmetros definidores das atribuições do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em decorrência do caráter unilateral em que algumas questões são convencionadas. Celso Luís Nunes Amorim explicita a posição do Brasil:

Não desejamos nem um multipolarismo sem lastro no direito internacional, nem um multilateralismo colocado a serviço da unipolaridade. A rigor, o que se almeja é uma crescente multipolaridade com o sustentáculo jurídico-parlamentar do multilateralismo (AMORIM, 1999 (b), p.93).

O multilateralismo é a chave-mestra para a consolidação das pretensões do Brasil em se tornar membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas e, sobretudo, no que diz respeito à execução de ações unilaterais que venham entravar sua projeção do cenário internacional. A retórica do corpo diplomático brasileiro acerca das políticas de segurança internacional pauta-se na defesa de que alguns termos jurídicos que dão base a atuação do Conselho de Segurança, apresentam certas arbitrariedades.

Segundo Amorim (1999 (b), p.97), é controverso o *reverse veto*, dispositivo que permite a um único membro permanente do Conselho de Segurança impedir que um regime de sanções seja levantado, com base na interpretação unilateral de que constitui cumprimento satisfatório das exigências para tal, ainda que os outros membros permanentes se revelarem insatisfeitos com tal prerrogativa. É axiomático que o posicionamento antagônico aos parâmetros orientadores desse Conselho se refere às ações norte-americanas no plano global, aplicando sanções e engendrando manobras militares.

Esse contexto também é relativo à transição da ordem da Guerra Fria para uma nova ordem mundial, que *despolarizada*, gera margem para a chamada Hegemonia Dissociada, que consiste na perda da supremacia econômica dos Estados Unidos frente a um bloco específico de outros Estados, restringindo a sua capacidade de atuação em algumas áreas no plano global (ALBUQUERQUE, 2007 (a), p. 106). Essa conjuntura possibilita, no plano político internacional, algumas ações por parte desses países (mesmo que essas ações permaneçam no campo retórico de oposição às políticas norte-

americanas, ainda são válidas). No caso de Brasil e Estados Unidos, algumas celeumas envolvem diretamente a América do Sul.

Mas, como enfatizávamos a política do governo Bush (filho) para o Oriente Médio estava inserida no contexto das “guerras preventivas” colocada em prática após os ataques de *11 de setembro*. Para este primeiro quartel do século XXI, a política exterior dos Estados Unidos, prevê ostensivamente formas de intervenções para isolar diplomática, militar, econômica e tecnologicamente os chamados Estados não-confiáveis (governos não-democráticos e que executam programas para adquirir armas em destruição em massa e vetores balísticos de longo alcance), evitar o terrorismo, crime internacional, tráfico de drogas, defender democracias, empreender apoio humanitário, defender seus interesses econômicos capitais, agir preventivamente para evitar a propagação de armas de destruição em massa, etc. (PEREIRA, 2007, p.295).

Medeiros (2004, p.248/9) afirma que esta nova estratégia de “guerra assimétrica” tem como base a avaliação de como um adversário potencial poderá atacar, e o núcleo desta estratégia é adquirir um permanente controle do espaço e a sua exclusão aos seus adversários. As materializações deste tipo de estratégia militar já há algum tempo podem ser visualizadas na América do Sul.

Existem bases militares norte-americanas espalhadas por todo o continente sul-americano, além da existência das mesmas por pontos estratégicos na América Central. Segundo Pereira (2007, p.301/2) existem bases estadunidenses na Colômbia para combate ao narcotráfico e as guerrilhas da FARC; no Equador há uma base aeronaval em Manta⁹; e existe a

⁹ Em de 2009 existiam negociações entre os governos dos Estados Unidos e da Colômbia referentes a instalação de três bases militares, em Malambo, Palanquero e Apiay. As mesmas substituiriam a base de Manta, no Equador. As conversas entre os dois governos aconteciam, pois o prazo para a renovação do acordo de cooperação militar com relação à base equatoriana havia caducado e não seria renovado pelo governo de Rafael Correa, de tendências políticas nacionalistas e anti-estadunidense. De fato o General Fredy Padilha de León, então Ministro da Defesa da Colômbia, anunciou em rede nacional a existência do acordo relativos às Bases. A grande preocupação se dava, sobretudo do governo brasileiro, com a base de Apiay que permitiria o acesso a região próxima a chamada “Cabeça de Cachorro” (território brasileiro, região norte – o mapa do Brasil possui esse formato), como também, cobre o curso do rio Orinoco na Venezuela, que corta uma área de extração de petróleo. De acordo o presidente Barak Obama, tratava-se de uma atualização dos acordos de segurança entre Estados Unidos e Colômbia no combate ao narcotráfico, mas a especial desconfiança do Brasil acontecia, pois tomou conhecimento de um documento da Força Aérea

possibilidade de se instalar uma base do mesmo porte ao do Equador em Iquitos no Peru; ambas com o mesmo fim, combater os narcotraficantes. No Suriname; na Guiana Francesa; na Bolívia também existem bases militares norte-americanas; e no coração da Bacia Platina; o Paraguai encontra-se a Base Aérea em Mariscal Estigarribia; sem falar na existência da maior antena de rastreamento da América do Sul, instalada em Assunção, capital do país.

A instalação de bases militares no exterior teve início nos anos 90, a fim de reduzir custos e pessoal militar. Bandeira (2005 (b)) apresenta-nos os possíveis objetivos dessa política de segurança:

Desde o início dos anos 90, a fim de reduzir custos e pessoal militar, o Pentágono delineou nova estratégia para a instalação de bases militares no exterior. Buscou construir em outros países pistas de aviação, quartéis, estoques de combustível e equipamento etc., mas sem ocupar permanentemente essas bases com as Special Operations Forces (SOF). O que interessa ao Pentágono é que estejam em condições de uso instantâneo, no momento em que alguma intervenção militar direta se afigure necessária. [...] Essas bases também são periodicamente usadas como ponto de partida e apoio para exercícios (a) de treino de tropas americanas e (b) de treino de tropas dos países-clientes, bem como familiarizá-las com equipamentos militares americanos, criando condições para futuras vendas. Além de servir também para a coleta de inteligência, constitui assim um meio de promoção de venda de material bélico, um comércio dirigido pelo Pentágono. Bases desse tipo foram instaladas na Mauritânia, no Mali e provavelmente em outros países da África (BANDEIRA, 2005 (b), p.2).

Observa-se que interesses diversificados aglutinam-se nesta estratégia dos Estados Unidos, exercícios conjuntos, treino das tropas em território que as mesmas não conhecem, cuja finalidade seria a de se familiarizar com o terreno. A tática de antecipação a um provável inimigo surge, entre outros fatores, das experiências norte-americanas em território estrangeiro, não serem das melhores. No Vietnã, a alta tecnologia militar do país, foi insuficiente para a tenacidade do inimigo norte-vietnamita. Perderam a guerra, e tiveram gastos estimados em 30 bilhões de dólares anuais durante o conflito (MEDEIROS, 2004, p.247).

A derrota veio em parte, pois não conheciam o território, não conseguindo associar a sua superioridade militar a conquista desse território:

norte-americana que informava que os aviões previstos para a base de Palanquero, no centro da Colômbia, possuíam um raio de ação bem superior ao necessário para o combate ao narcotráfico.

“A escalada de guerra mostrou dois importantes dilemas técnicos e políticos associados à estratégia da arma tecnologicamente superior, em conflitos locais e de conquista do território”, ressalta ainda Medeiros (2004).

Podemos citar novamente, os casos mais recentes de ocupação norte-americana, o Iraque e Afeganistão, as tropas estadunidenses também encontraram grande resistência, apesar de toda tecnologia militar empregada, as mesmas já se encontram nos respectivos países há quase uma década, “o Iraque tem demonstrado os limites dos Estados Unidos no solo”, explica Harvey (2008).

Pereira (2007, p.302) divide da mesma opinião de Moniz Bandeira, de que com bases estrategicamente espalhadas pela América Latina, os Estados Unidos têm condições de realizar ações de curto prazo caso seja necessário: “Com essas fontes de informação (inteligência), os EUA têm capacidade de empregar tropas dotadas de grande poder de combate em qualquer ponto da América Latina em prazos relativamente curtos”. Bandeira (2005), também ressalta um panorama importante, “Os objetivos dos EUA, na América do Sul, sempre foram assegurar as fontes de materiais estratégicos, tais como os campos de petróleo na Colômbia, Equador e Venezuela, as minas de estanho na Bolívia, as minas de cobre no Chile, e manter abertas as linhas de acesso.”

Em um artigo publicado na Folha de S. Paulo, edição de 9/08/2009, Moniz Bandeira, discorria sobre o recente acordo firmado entre a Colômbia e os Estados Unidos. Segundo o autor a presença militar dos Estados Unidos naquele país, apesar da justificativa de combater o narcotráfico e o terrorismo, tinha como um dos principais objetivos, proteger oleodutos, sobretudo, o de Caño Limón, a fim de assegurar os suprimentos futuros de petróleo e atrair investidores estrangeiros:

O projeto de instalar e ampliar as instalações militares dos EUA no território da Colômbia foi elaborado durante o governo do presidente George W. Bush, diante da perspectiva de fechamento da Forward Operating Location (FOL), isto é, da base militar instalada em Manta, no Equador, previsto para 2009. Desde que o presidente Rafael Correa anunciou que não renovaria o acordo com os EUA, o Comando Sul das Forças Armadas americanas passou a excogitar a transferência da FOL, instalada em Manta, para a base aérea de Palanquero, em Puerto Salgar, cerca de 190 km ao norte de Bogotá. [...] Os EUA terão assim um ponto de apoio, no centro da Colômbia, ainda melhor que o de Manta, com o Forward Operating Location, com a instalação de três bases militares nas localidades de Malambo, na costa do Caribe, Palanquero, próxima a Bogotá, e de Apiay, na Amazônia, na região fronteira com o Brasil e conhecida como

Cabeça de Cachorro [...] Embora o governo dos EUA apresente o combate ao narcotráfico e ao terrorismo para justificar a concessão anual de US\$ 700 milhões à Colômbia, a maior parte como assistência militar, um dos seus principais objetivos é proteger os oleodutos, sobretudo o de Caño Limón, já explodido cerca de 79 vezes, a fim de assegurar os suprimentos futuros de petróleo e inspirar confiança aos investidores estrangeiros (BANDEIRA, 2009 (c), p.1).

Esta e as afirmações anteriores que aqui levantamos acerca de uma infra-estrutura militar adequada ao contexto da “guerra preventiva” podem estar relacionadas ao quadro conjuntural global na qual se identificam transformações de ordem político-econômicas que afetam os Estados Unidos. A ascensão econômica da China, o processo de unificação da Europa, o fracasso das políticas neoliberais na América Latina, as dificuldades de instalação da ALCA. O cenário mundial nos dez primeiros anos que se seguiram no século XXI parecia estar cada vez mais desvantajoso para os norte-americanos, passando assim a assumir cada vez mais sua posição de potência regional (PINTO, 2008, p.202).

Esta análise nos faz recorrer a Arrighi (2008), ao levantar as possibilidades da China ser assimilada no contexto internacional de forma pacífica, sem um confronto militar com os Estados Unidos. Segundo esse autor a China atual possui líderes flexíveis, que fazem uma leitura diferenciada do processo que possivelmente levará o país ao controle da hegemonia mundial, suplantando os Estados Unidos, sem intervenções beligerantes.

Arrighi (2008) ao analisar os vieses teóricos, que defendem um choque militar inevitável entre as potências em questão (assim como a corrente que ressalta a inserção chinesa no mercado mundial sem ações de guerra), levanta algumas hipóteses, vislumbrando a possibilidade do emergente asiático, atingir o topo dessa corrida pela liderança do planeta, aproveitando-se das incoerências da política militar e financeira do governo norte-americano:

Não seria do máximo interesse da China, em primeiro lugar, deixar os Estados Unidos se exaurirem em termos militares e financeiros numa guerra interminável ao terror; em segundo lugar, enriquecer com o fornecimento de bens e de crédito a uma superpotência norte-americana cada vez mais incoerente; e, em terceiro lugar, usar a expansão de seu mercado nacional e de sua riqueza para conquistar aliados (inclusive algumas grandes empresas norte-americanas) na criação de uma nova ordem mundial centrada na China, mas não necessariamente dominada por ela? (ARRIGHI, 2008, p.320).

O ponto de vista de Giovanni Arrighi é interessante se considerarmos os fatores econômicos. Afinal, o comércio chinês atinge praticamente as todas as regiões do globo, em diferentes áreas, desde a indústria de tecnologia à fabricação de vestuário e calçados em geral. O grande motor da economia chinesa tem sido setor exportador, dinamizando outras aéreas de influxo de capital, o que resulta em superávits vultosos nas transações em conta-corrente (VALADÃO & SILVA, 2009, p.48).

A tese de Arrighi (2008) seria uma das grandes exceções no histórico de análises dos ciclos sistêmicos da economia que sempre evidenciaram o choque militar de grandes potências na disputa pela hegemonia mundial.

Fortunato Pastore observa que ciclos sistêmicos da economia mundial, principalmente, o ciclo Kondratiev, estão relacionados aos ciclos de guerra, e sempre que a economia mundial está em fase de ascensão (o que é a situação atual), as grandes potências promovem atividades bélicas de intensa proporção pela disputa de matérias-primas e novos mercados:

[...] tanto o fenômeno da guerra, como a abertura de um novo mercado e a conquista de uma nova fonte de matéria-prima coincidem com os períodos de alta na economia. Ocorre um grande aumento da atividade bélica nos períodos iniciais de ascensão econômica, e antes deste movimento ascendente atingir o seu clímax, há uma explosão na intensidade dos conflitos ou um embate militar de grande proporção, geralmente chamado de Guerra Global, Sistêmica ou de choque das Grandes Potências. (PASTORE, 2007, p.116).

Pastore (2007, p.118) se utiliza do ciclo Kondratiev, para evidenciar as guerras de “fase A”, no período de ascensão da economia-mundo, e que são chamadas de guerras de pico e global, e de “fase B”, na qual a condição sistêmica demonstra-se em baixa. No caso da América do Sul, a “guerra preventiva” engendrada pelo governo norte-americano está inserida no contexto das guerras de “fase A” e caminha paralelamente com a ascensão da economia mundial, neste início de século XXI.

Segundo Martins (2005, p. 08) um novo ciclo de Kondratieff surgiu na economia mundial em 1994, fase ascensional de desenvolvimento que desloca para a taxa de lucro a prioridade dos investimentos na economia mundial, impulsionando um novo período de crescimento de longo prazo do capitalismo, com grandes vantagens para a economia de alguns países até 2015/2020.

Conjuntura que sugere, pelo ponto de vista da teoria, um possível confronto militar entre China e os Estados Unidos.

Dessa forma pode ser provável um choque entre uma potência em emergência com aquela que ainda detém a liderança política e militar no ambiente global. De acordo com Martins (2005), apesar de um novo ciclo de ascensão mundial da economia mundial se desenhar, a mesma “aprofunda a decadência da hegemonia estadunidense”.

Levando em consideração os últimos dados correspondentes ao orçamento militar das principais potências nos últimos anos, as teorias concernentes a um conflito militar entre as mesmas não podem ser descartadas. Segundo Albuquerque (2010) o Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (IISS), sediado em Londres, ao lançar o seu tradicional relatório anual, “The Military Balance 2010”, constatou:

[...] que os gastos com defesa passaram de US\$ 1,3 trilhão em 2006 (2,56% do produto global) para US\$ 1,55 trilhão em 2008 (2,6%), um recorde histórico ocorrido em meio a quase dois anos de crise econômica global (ALBUQUERQUE (b), 2010, p.73).

São dados significativos, e que ensejam um questionamento: Por que os gastos militares com defesa aumentaram no planeta, se é quase improvável, segundo algumas teorias, que um choque militar entre grandes potências não ocorra? Fortunato Pastore faz uma análise um pouco mais detalhada da conjuntura circunscrita a esses gastos das principais potências:

Em 2003, o orçamento militar dos EUA chegou a 404,9 bilhões de dólares, enquanto que o mundo gastou 890 bilhões de dólares neste mesmo ano. Os outros países estão bem abaixo disto. A Rússia e China estão empatadas tecnicamente em segundo lugar, com gastos em torno de 56 bilhões de dólares, ou seja, sete vezes menor. Contudo, a China tem um Produto Interno Bruto (PIB) maior e em crescimento contínuo. Em poucos anos isoladamente, será a segunda potência militar do planeta. Apesar de estar reduzindo os efetivos de suas forças armadas, com o intento de modernizar os meios de guerra, apresenta os maiores efetivos militares do mundo: dois milhões e duzentos e cinquenta mil militares contra um milhão e quatrocentos e vinte e sete mil dos EUA e novecentos e setenta mil da Rússia.

Em termos de ogivas nucleares, a China ocupa a terceira posição, com 410 cabeças armadas, ficando atrás somente das, até então superpotências nucleares; Rússia (com 9.196 ogivas) e EUA (8.876). O grande país possui, atualmente, a segunda marinha do mundo com sessenta e três navios de primeira linha e sessenta e nove submarinos, o que representa 11% dos navios militares do globo. A Rússia tem trinta e dois grandes navios e cinquenta e três submarinos (7%), enquanto que os EUA possuem cento e dezoito navios de grande classe e setenta e dois submarinos (18%).

A tendência é a mesma no tocante aos modernos aviões de combate: China, com 2800 aparelhos (10% do total mundial), Rússia com 2520 (9%) e os EUA com 6120 (22%). No número de Tanques a Rússia ainda leva vantagem, com quatorze mil unidades (13% do total planetário) contra oito mil e quinhentos para a China (8%) e um número muito próximo disto para os EUA (também com 8%).

Está claro que o material dos EUA é tecnologicamente mais avançado, muito mais moderno, e, sobretudo, com uma manutenção muito melhor. Contudo, esta diferença deve cair nas próximas décadas, uma vez que as projeções para os PIBs, se forem mantidas as atuais taxas de crescimento, indicam que a superação dos EUA pela China, poderá ocorrer entre os anos de 2025 e 2040. Nos últimos dois anos a China superou os PIBs da França e da Grã-Bretanha [...] Talvez supere a Alemanha e o Japão antes de 2020, quando teria, aproximadamente a metade do PIB dos EUA (PASTORE, 2007, p. 159).

Constata-se uma simbiose entre economia e setor militar, pelas análises de Pastore (2007). A China há algum tempo já havia superado economicamente Grã-Bretanha e França e estava por superar Japão e Alemanha, ressaltamos que estas são observações de sua tese defendida em 2007, e no ano de 2010, todos sabemos que a China alcançou a posição de segunda economia do planeta. E como a economia de um país está relacionada as suas potencialidades militares, e esse autor fazia prognósticos de crescimento econômico para a China, nas quais superaria as principais potências européias e o Japão se aproximando em números, ao que diz respeito à economia e ao quadro militar dos Estados Unidos, é necessário apresentar a outra possibilidade levantada por Pastore (2007):

Se este grupo conseguir realizar o seu intento e todas as outras tendências forem confirmadas, o grande conflito EUA x China deve ocorrer antes de 2020. E isto não é novidade, desde o fim da Guerra Fria que existem especulações a respeito de quem seria o próximo inimigo dos norte-americanos. Vários livros, romances, jogos e estudos de simulação estratégica foram realizados neste sentido (PASTORE, 2007, p. 160).

O aspecto messiânico e estóico dessa perspectiva cria, em certa medida, uma esfera de medo, mas esta visão Realista é inerente a todo Estado que se mobiliza no contexto internacional mediante os seus recursos de poder, devendo ser levada em consideração. A China vem numa ascensão impressionante, principalmente ao que se refere ao seu quadro econômico, o que nos leva novamente a enfatizar, a economia de um país sempre está ligada ao seu potencial militar.

Enquanto a tese de Arrighi (2008), de um não-confronto entre essas duas potências, na qual a China será inserida no contexto mundial como nação

hegemônica sem mobilização militar, também é viável. Até porque os Estados Unidos passam por uma onda de déficits públicos que preocupam o seu governo e o mundo, já que inúmeros países dependem do seu mercado, inclusive a China, que juntamente com o Japão, possui a maioria das ações de bens públicos norte-americanos, e seria catastrófico para ambos a retirada de apoio aos Estados Unidos, pois ainda é o melhor mercado para suas exportações (HARVEY, 2008, p.204).

As duas correntes, o viés pacífico que supostamente levará a China à hegemonia do Mundo e o choque militar entre chineses e norte-americanos, leva-nos a pensar da seguinte forma: A China pode até desejar conquistar a hegemonia do mundo pelo viés pacífico, mas e os Estados Unidos será que vão aceitar tal posicionamento por parte dos chineses?

Não podemos nos esquecer que o complexo industrial-militar é uma das principais fontes de riqueza para os países centrais e um dos principais mecanismos da perpetuação das relações centro-periferia, que ocorre através da compra de armas dos países periféricos em relação às economias mais centrais (ALBUQUERQUE, 2010 (b), p.73). Assim, esse tipo de indústria e de “negócio” precisa de conflitos, sejam eles de pequena ou grande proporção.

Harvey (2008, p.211), ressalta o fato de o capitalismo global apresentar algumas escolhas aos Estados Unidos nesse processo de transição para uma nova estrutura hegemônica, ou administram a transição pacificamente ou por meio da catástrofe, e pelo que se notou na mobilização norte-americana pelo mundo nesse início de século, a primeira opção parece estar no mínimo em segundo plano. Levando em consideração a história do capitalismo, as palavras de Harvey (2008), não são muito confortantes:

Infelizmente, regimes de acumulação raramente se dissolvem pacificamente, se é que algum dia o fazem. O liberalismo embutido nasceu das cinzas da Segunda Guerra Mundial e da Grande Depressão. A neoliberalização nasceu em meio à crise de acumulação dos anos 1970 [...] O violento ataque ao Iraque no plano externo e as políticas e as políticas de encarceramento no plano doméstico indicam uma recém-descoberta determinação da elite dirigente norte-americana de redefinir a ordem global e doméstica em seu próprio benefício. (HARVEY, 2008, p.203).

O Realismo desse autor está associado ao fato de nos últimos anos, como já em vários momentos ressaltamos, os Estados Unidos se encontrarem com dificuldades no setor econômico, contexto que possibilita a ação de forças

de oposição as suas políticas, ou seja, existe no atual mundo *despolarizado* e em transição, um ambiente hostil as dimensões estrutural, institucional e situacional que, ainda, sustentam a hegemonia (ou liderança) norte-americana.

Segundo a Teoria da Estabilidade Hegemônica (TEH), a hegemonia deve ser sustentada por recursos de poder que podem ser divididos nessas três categorias: estrutural, institucional e situacional.

A dimensão estrutural está relacionada ao chamado *hard power* (poder duro) da nação, isto é, os recursos de poder que abrangem as dimensões territoriais localização geográfica, controle mercados, capitais e matérias-primas, capacidade industrial instalada e, sobretudo, domínio militar. No setor institucional da Hegemonia encontram-se a criação de normas e práticas que introduzem os parâmetros de relacionamento, assim como instauram os mecanismos de cooperação, como a exemplo das organizações internacionais e regimes. Já no que se refere ao situacional, o Estado hegemônico projeta idéias e princípios, fazendo uso dessas projeções com o objetivo de tornar seus valores e propósitos comuns a todo o sistema (PECEQUILO, 2010, p. 148).

Expostos tais dados, verifica-se que o plano global caracterizado por uma Hegemonia dissociada permite a um grupo de Estados contestarem as ações norte-americanas nas dimensões institucional e situacional. Para Albuquerque (2007 (a)): “A capacidade decisória do sistema político americano não aumentou, e sim diminuiu com o fim da polarização”. Isso pode demonstrar o quanto o Executivo norte-americano está sendo ineficaz no sentido obter externamente a cooperação necessária de antigos parceiros.

No campo financeiro, vários acontecimentos deixaram evidentes os limites da capacidade de ação dos Estados Unidos no ambiente internacional. Seria o caso da criação do Euro na União Européia, com o propósito de criar uma zona monetária independente do dólar norte-americano, outro exemplo, são às mal sucedidas pressões norte-americanas ao Japão, durante toda década de noventa, para que o mesmo adotasse medidas que abrissem mais efetivamente o seu mercado às exportações estrangeiras, as próprias crises financeiras do México da Ásia, da Rússia, do Brasil, que criaram uma série de dúvidas sobre a capacidade dos Estados Unidos exercerem o papel de governança financeira (ALBUQUERQUE, 1999 (c), p.188). Temos também um

exemplo de grande contundência que é a resistência do Brasil e do MERCOSUL que protela há mais de dez anos o projeto ALCA.

Esses casos demonstram algumas das resistências e desconfianças que existem em relação à posição norte-americana. Mas, é preciso ressaltar que os Estados Unidos ainda possuem imensa preponderância em várias instâncias decisórias no ambiente político e militar devido à manutenção de alguns mecanismos de poder. Para Albuquerque (2007 (a)) as limitações norte-americanas no atual contexto global em transição também é sinal de que não existe mais uma nação hegemônica:

[...] a ordem mundial em transição não caminhou na direção de uma nova ordem hegemônica, seja porque os EUA não detêm a capacidade unilateral exclusiva de afetar o equilíbrio do sistema, seja porque não perdeu sua posição relativa de poder num grau tal que determinasse uma disputa hegemônica bem-sucedida por parte de outra potência (ALBUQUERQUE, 2007(a), p.188).

Tal análise refutaria as teorias Realistas que prevêm um choque militar entre China e Estados Unidos num futuro próximo, e nos dá um panorama da perda de credibilidade, por parte dos outros Estados, acerca do caráter institucional e situacional inerente a atuação norte-americana no contexto internacional, o que impede os Estados Unidos de se imporem em algumas conjunturas.

Mas, com ou sem a existência de uma nação hegemônica é preciso evidenciar que o declínio estrutural de uma liderança, de acordo com TEH, é natural devido às pressões do sistema e a ascensão de novas forças (PECEQUILO, 2010, p. 148). A ordem existente pode manter-se conforme os processos de socialização dela emanadas, a grande preocupação está no fato de que a mesma possui seu valor por si só e, geralmente, os sujeitos que a desenham não se permitem abrir mão dos padrões e regras de condutas já consolidados. Neste ponto residiria o perigo porque cada Estado está liberado e destinado a garantir sua sobrevivência em qualquer sistema, perseguindo o interesse nacional e tentando preservar sua segurança caso o ambiente seja hostil.

A história do capitalismo mundial foi, e sempre estará permeada por oscilações conjunturais, ensejadas pelos sujeitos que dela fazem parte. No atual momento, a ordem em transição se encaminha para um possível desfecho, não podemos ainda afirmar se a China ou outro Estado suplantará o

poder dos Estados Unidos. Mas, é fato que uma possível troca da liderança mundial interessa diretamente a América Latina, sobretudo, o continente Sul-Americano. Pastore (2007) afirma:

E isto interessa à América Latina diretamente porque o atual Líder (ou Hegemonia) está no continente americano e sempre procurou, nos grandes conflitos, manter o continente definido ao seu lado, ou pelo menos, neutro. Assim foi nas duas guerras mundiais e durante a Guerra Fria. As concepções estratégicas de Defesa Hemisférica (das guerras mundiais até hoje) e de Lei de Segurança Nacional contra o Comunismo, criadas nos EUA, incorporam-se às políticas militares de todo o continente. Atualmente, as preocupações estratégicas dos EUA para o subcontinente estão focadas no combate ao Narcotráfico e ao Terrorismo (PASTORE, 2007, p.154).

Dessa forma: Será que a política de segurança dos Estados Unidos nesses últimos anos, elaborada conforme o contexto da “Guerra Preventiva”, principalmente na América do Sul, está relacionada à posição desse Estado no contexto global hodierno? Tudo leva a crer que sim, sobretudo, pelo fato desse Estado pertencer a um sistema internacional regido pela anarquia, que o possibilita, assim como aos outros, a partir de seus recursos de poder criar mecanismos de cooperação ou que garantam sua sobrevivência.

2.4 O TERRITÓRIO PARAGUAIO: “CABEÇA-DE-PONTE” PARA FUTURAS OPERAÇÕES GEOPOLÍTICAS ?

Primeiramente é preciso contextualizar o papel estratégico, no ponto de vista militar, do território paraguaio e da Bacia Platina ao longo da história recente da América do Sul. Ao término da Guerra do Paraguai (1864-1870), o Paraguai garantiu sua sobrevivência como nação independente porque a única forma de se evitar um confronto direto entre Brasil e Argentina, era mantê-lo como Estado-Tampão (PASTORE, 2007, p.260). Dessa forma, esse território foi fundamental para a contenção de prováveis investidas militares tanto do Estado brasileiro quanto da Argentina em um confronto bélico naquela época.

Tais tensões vinham de longa data, durante todo o século XIX, Brasil e Argentina já se hostilizavam pelo controle da Bacia do Prata, situação que perpassou praticamente todo século seguinte. Sobre essa conjuntura, Spykman (1944) afirma que a Bacia Platina é o epicentro de rivalidade brasileiro-argentina:

Mais importante, entretanto, para o futuro da América do Sul é a luta de poder entabulada na outra zona de conflito do continente meridional: a bacia do rio da Prata. Aqui os protagonistas são os dois Estados mais poderosos da América Latina e a recompensa seria a caudilhagem e o império do continente sul. De um lado está a Argentina, quase toda em zona temperada, com as mais ricas terras agrícolas do continente e uma população branca, energética, dinâmica e com sonhos imperiais; do outro lado está o Brasil, o maior estado da América Latina, com uma população superior em mais de três vezes à do vizinho sul, mas rica também em recursos minerais. Esta rivalidade tem para a constelação política do continente sul a mesma importância e sentido que a rivalidade França-Alemanha na Europa Ocidental ou a antiga rivalidade Áustria-Russa na Europa Oriental (SPYKMAN, 1944, p. 337).

A rivalidade entre esses Estados platinos acirra-se ainda mais no século XX, sobretudo, depois que os acordos para construção de Itaipu aparecem na pauta das discussões entre os governos de Brasil e Paraguai na década de setenta. Dessa forma, o controle da Bacia Platina passou a compor cada vez mais a agenda da política externa dos Estados da região.

Para a geógrafa Theresinha de Castro, a Bacia do Prata, em consequência do seu grande potencial hidroelétrico e para a navegação, sempre despertou interesses geopolíticos aos países fronteiriços: Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Ressaltando que seus “rios servem como verdadeiros corredores para circulação de mercadorias em direção ao Oceano Atlântico” (CASTRO, 1983). E o domínio do Brasil por esta área seria de suma importância para o seu controle.

Segundo Davila (2007), “A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu é apenas um exemplo de estratégia utilizada pelo governo brasileiro no período militar, para consolidação do país como uma potência regional na América do Sul” (DAVILA, 2007, p.3). Terezinha Castro também sugeriu a hipótese de que numa suposta crise entre o Brasil e a Argentina, o governo brasileiro poderia subitamente abrir as comportas da Usina de Itaipu, o que possivelmente levaria ao alagamento de sua capital, Buenos Aires, uma vez que está se localiza a jusante do rio Paraná (CASTRO, 1983).

Podemos assim observar que a conjuntura geopolítica da América do Sul, tinha como principal engrenagem a disputa entre as duas potências do continente, que sempre estiveram à espreita do território paraguaio (como também da Bacia Platina), em consequência da potencialidade energética, de logística de transporte e, sobretudo, para manobras militares, condicionando-o

como setor importantíssimo para a contenção de uma possível expansão das fronteiras tanto do Brasil quanto da Argentina.

Assim, “o empreendimento Itaipu” consistia em dar uma função estratégica para hidroelétrica, apoiando-se na idéia de que o Brasil necessitaria estabelecer uma infra-estrutura básica de geração de energia e dinamização da circulação de mercadorias para a região de maior potencialidade industrial que se localiza nas bordas da Bacia Platina, com forte concentração de serviços e produção industrial.

Nesta breve contextualização sobre as conjunturas geopolíticas que envolveram os Estados brasileiro e argentino, como também, daquela que levou a materialização da usina Hidroelétrica de Itaipu, nota-se que, de alguma forma, as duas grandes potências do continente sul-americano, sempre tiveram o objetivo de “utilizar” o Estado paraguaio e o seu território, tanto como “barreira” quanto como “ponto-de-partida” para as suas ações geopolíticas na Bacia Platina e conseqüentemente na América do Sul. No caso das conjunturas envolvendo a Bacia Platina no século XX, as disputas entre Brasil e Argentina estavam aglutinadas ao contexto da Guerra Fria e a sua previsibilidade, isso significa que nos bastidores dessas construções estavam os Estados Unidos.

Contudo, a atual conjuntura mundial de *despolarização*, de forma alguma destitui o continente sul-americano e, muito menos, a Bacia Platina das tensões inerentes ao *dilema da segurança*. Até porque, apesar de alguns atores do mundo globalizado pregarem o princípio da cooperação entre os Estados, na atual ordem mundial os últimos ainda precisam garantir a sua segurança, para então criar as bases de interações nessa ordem *despolarizada* e em processo de transição.

O *dilema da segurança* consiste no fato de que a vulnerabilidade de um Estado tende sempre a aumentar (Albuquerque, 2007, p.22), e frente aos novos dilemas concernentes a segurança internacional, aumentam as dificuldades dos Estados de se verem livres de conjunturas hostis.

Sobre a questão circunscrita ao *dilema de segurança* é preciso abrir um parêntese. A Carta da ONU atribui ao Conselho de Segurança o monopólio sobre a autorização da coerção militar, e não militar, excetuando o direito individual ou coletivo à autodefesa das nações (AMORIM, 1999, p.93). Esta

decisão foi inspirada nos dispositivos do Capítulo VII, que abrange desde o embargo de armas à autorização de intervenção armada.

Mas, os mecanismos que tinham como objetivo a manutenção da paz mundial foram criados para a prevenção da guerra clássica, ou seja, para se evitar a repetição de conflitos do porte da Primeira e Segunda Guerra Mundial. Segundo Ronaldo Mota Sanderberg:

A guerra clássica tem longa trajetória histórica – Guerra Greco-persa; Guerra do Peloponeso (século V a.C.); Guerras Púnicas (século III a.C.); Guerra dos Trinta Anos (1618-1648); Guerras Napoleônicas etc. Não é, contudo, nem de longe a única forma de conflito contemporâneo (SARDENBERG, 1999, p.167).

Assim, na trajetória de construções e desconstruções do mundo, a guerra clássica sempre teve uma grande e fundamental participação. Contudo, não sendo na contemporaneidade a única forma de conflito, é mister enfatizar que existem no mundo hodierno outras inquietações ou ameaças que implicam em vulnerabilidades crescentes para a segurança internacional (SARDENBERG, 1999, p.168).

Seriam o caso de questões relacionadas aos problemas ambientais, às mudanças climáticas, a escassez e deterioração das reservas de água doce, o desmatamento e redução da biodiversidade (de interesse do Brasil, em consequência da Amazônia e do Pantanal), as questões demográficas (crescimento da população mundial), sanitárias (fome, novos e resistentes vírus, doenças ocupacionais), sociais (subemprego, desemprego, pobreza, etc.), criminais (narcotráfico, lavagem de dinheiro, contrabando de armas, crime organizado, corrupção) e o terrorismo.

Todos esses temas ganham força no cenário mundial *despolarizado*, menos estável e previsível com o desmoronamento do fator auto-regulador da Guerra Fria. Findou-se a polarização que proporcionava a definição automática que garantia a solução sistêmica dos conflitos. Dessa forma, são necessárias ações diferenciadas e complexas por parte dos atores que atuam no atual contexto internacional, na tentativa de conter hostilidades.

A existência de tal complexidade para a resolução das constrações circunscritas ao *dilema da segurança*, acima de tudo, proporciona também um bojo de novas possibilidades para que políticas de Estado sejam iniciadas com

o intuito de dominar outros Estados, sobretudo, se forem desprovidos de recursos de poder (*hard e soft powers*).

Assim, o Estado paraguaio que sempre fora detentor de uma grande vulnerabilidade frente aos principais atores que atuaram no contexto sul-americano, na atual Ordem Internacional *despolarizada*, parece manter perene a sua condição de ator suscetível as investidas de outros Estados. Sobre a condição “pendular” da política externa paraguaio recorreremos a Rolon (2010):

A localização do Paraguai no subcontinente o coloca numa posição geoestratégica que despertou interesses já no período colonial por parte de Espanha e Portugal, quanto na fase posterior – em plena independência – por parte de Brasil e Argentina com vistas à hegemonia na Bacia do Prata. Isso fez com que sua política externa, suas estratégias sempre estivessem vinculadas a esses países, no sentido de salvaguardar seus interesses. Como efeito ou resultante dessa situação, é recorrente, no campo das análises de política externa paraguaia, a discussão a respeito da elaboração de um certo tipo de política chamada “pendular” – na qual em dado momento e circunstância aproximava-se ora do Brasil, ora da Argentina – com indícios no período colonial, porém plenamente desenvolvida e posta em prática na ditadura do general Alfredo Stroessner, a partir de 1954 até 1989 (ROLON, 2010, p. 27).

No início desse século XXI as discussões sobre a existência de uma infra-estrutura militar no território paraguaio engendrada por atores externos ganham vozes, sobretudo, porque a condição pendular do Estado Paraguai nunca deixou de existir e se acentuou com as celeumas entre os Estados Unidos e o Brasil, na conjuntura que envolveu as discussões sobre as assimetrias no interior do MERCOSUL e sobre a instalação ou não da ALCA. Pensando pelo viés Realista das relações entre os Estados, tal infra-estrutura nesse território possibilitaria àquele que a gerencia realizar eficientes operações nas fronteiras sul-americanas.

O que estamos insinuando está relacionado às reais possibilidades de “utilização” dos territórios dos Estados sul-americanos, como “cabeça-de-ponte” para a realização de manobras militares em outros. No caso da América do Sul, o Paraguai possivelmente também pode ter essa função.

A provável conjuntura ensejada a partir do território paraguaio está relacionada ao contexto das tensas relações diplomáticas entre o Paraguai e Brasil nos últimos anos, com grande descontentamento do primeiro, principalmente ao que concernem as políticas comerciais existentes no MERCOSUL, fato que propiciou uma maior aproximação de alguns setores do

Estado paraguaio com o governo norte-americano. Esse estreitamento, de forma alguma é impossível, visto a histórica característica pendular das relações exteriores paraguaia no contexto regional. Como também, pode estar relacionado ao contexto de disputas pela hegemonia mundial, ou seja, de um possível choque futuro entre grandes potências.

Dessa forma, os processos atuais concernentes a conjuntura econômica e política na América do Sul e da Ordem internacional, provavelmente desencadearam manobras que colocam o Paraguai como o “ponto de partida” para a manutenção da hegemonia norte-americana, assim como, para uma possível desarticulação do processo de estreitamento de relações entre os Estados sul-americanos, e destes com parceiros externos.

2.5 MARISCAL ESTIGARRIBIA: UM APÊNDICE NORTE-AMERICANO NO CORAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL?

Os métodos do governo Bush (2001-2008) oscilaram entre o otimismo neoliberal da globalização e o combate ao terrorismo, sendo convergentes com o contexto da “Nova Guerra”. Para Robinsón Salazar Pérez, a “Nova Guerra”, foi inaugurada na década de oitenta do século passado, como uma nova forma de confrontação bélica caracterizada por fatores de interesse econômico, que não enfrentam a um inimigo em particular, mas que busca apropriar-se dos recursos estratégicos e necessários para o capitalismo (PEREZ, 2005, p.69). O autor ainda ressalta, “sua orientação está em confrontar todos aqueles que se opõem ou resistem à privatização e usurpação dos recursos previamente focalizados (gás, petróleo, água e biodiversidade)”.

Ressaltamos que a “Nova Guerra”, sobretudo, está associada à criação de novos paradigmas para o planejamento de defesa dos Estados Unidos. Uma “revolução nos assuntos militares” aconteceu com o *11 de setembro*, a Revisão Quadrienal de Defesa de 2001, publicada 21 dias após os atentados incorporou políticas que redefiniram novos recortes baseados em capacidades para o planejamento da força (JORGE, 2009, p. 26).

Todavia, no final de dezembro do ano 2000, George W. Bush ao anunciar que selecionara Donald Rumsfeld para ser seu secretário de Defesa, expressava suas intenções sobre uma “transformação militar” nos Estados

Unidos, em seu pronunciamento Bush repetiu as principais idéias de seu futuro secretário. Segundo Jorge (2009):

[...] Rumsfeld acreditava que o controle civil sobre os militares havia erodido durante os anos Clinton. Para Rumsfeld, os serviços armados ainda estavam lutando a Guerra Fria. Eram menores do que aqueles que haviam combatido na Guerra do Golfo, mas ainda não tinham mudado sua estrutura de forma substancial. Rumsfeld sentia-se bem em advogar o uso do poder militar, especialmente o poder aéreo. Rumsfeld se opunha à utilização de tropas terrestres como mantenedoras da paz, assim como era um entusiasta da inteligência, armas especiais e mísseis (JORGE, 2009, p.28).

Esta nova arquitetura para a defesa dos Estados Unidos e seus aliados seria implantada por Rumsfeld durante a gestão Bush (2001- 2008), em terra as forças pesadas seriam mais leves e letais, no ar o poder militar norte-americano estaria apto para atacar seus inimigos com precisão, fazendo uso tanto de sistemas tripulados quanto não-tripulados (JORGE, 2009, p. 29).

A visão estratégica do então Secretário de Defesa norte-americano pautava-se na idéia de que a guerra do futuro se encontrava no espaço, no uso da alta tecnologia e, sobretudo, na utilização da ciência. Para Lunardi (2004) as operações militares desse novo século serão dotadas de interações entre a informação, o poder de combate e o ambiente operacional (LUNARDI, 2004, p.105). Assim, esta nova tendência estaria circunscrita a “transformação militar” que o governo Bush (2001-2008) viria implantar no sistema militar norte-americano nos primeiros anos do século XXI.

A “transformação militar” proposta por Donald Rumsfeld consistia no uso de brigadas e divisões mais leves e móveis. Era clara a visão de que os campos de batalha do futuro seriam celulares e não lineares (como foram da Segunda Guerra Mundial e da Guerra da Coréia, cujo teatros de operações foram constituídos por linhas de frente). Segundo Jorge (2009):

Ninguém queria um Exército que levasse semanas ou meses para ser deslocado, como aconteceu na Guerra do Golfo. Diferentemente, a Marinha e a Força Aérea já eram bem servidos de alta tecnologia, enquanto os *Marines* eram extremamente móveis [...] os inimigos estariam misturados com as forças dos Estados Unidos. Eles poderiam estar na frente ou atrás dos soldados norte-americanos e seriam um novo tipo de inimigo (JORGE, 2009, p. 29).

Assim, a Força aérea e o Comando de Operações Especiais passariam a ter grande importância nessa revisão da projeção de poder dos Estados Unidos. Nova estratégia de guerra, é preciso destacar, que já havia sido pensada na gestão Bill Clinton (1993-2001), o Secretário de Defesa desse

governo, Leslie Aspin, ficou encarregado de definir os novos parâmetros estratégicos para o contexto do pós-Guerra Fria. Surge então um processo denominado “Revisão de Baixo para Cima” (*Bottoms-Up Review* ou BUR) com o objetivo de repensar inúmeros aspectos da política militar americana. Dessa forma:

A Força Aérea dos Estados Unidos desenvolveu um conceito chamado “Alcance Global” (*Global Reach*), que significava que a força poderia atacar alvos a partir de bases localizadas nos próprios EUA, usando bombardeiros de longa distância. Isso economizaria tempo, já que não seria necessário enviar, em um primeiro momento, aviões táticos ao teatro envolvido ou manter navios ao redor do mundo. O conceito de “Alcance Global” colocou a Força Aérea dos Estados Unidos da América no centro da emergente nova estratégia norte-americana. Simultaneamente, o Comando de Operações Especiais e as Forças Especiais do Exército americano apresentavam soluções para o deslocamento mais rápido de tropas e efetivo do que as unidades convencionais do Exército.

As Forças de Operações Especiais viam a sua missão da seguinte maneira: deveriam levar a letalidade rapidamente. Dessa forma, elas propuseram três maneiras de fazer isto. Primeiro, as suas próprias forças poderiam entrar rapidamente em um país hostil e executar operações encobertas precisamente. Segundo, as Forças Especiais do Exército poderiam penetrar as fronteiras de determinado país, juntar-se à forças locais que eventualmente compartilhassem dos interesses dos Estados Unidos e guiá-las nas batalhas. Finalmente, na terceira maneira, os operadores especiais poderiam localizar alvos e chamar ataques aéreos contra tais alvos (e poderiam fazer isto em dias em vez de meses). Particularmente nos pequenos conflitos dos anos 1990, o Comando de Operações Especiais se percebia lutando a guerra até que o Exército convencional pudesse chegar para ocupar o país (JORGE, 2009, p. 22).

Nesse novo modelo de guerra que emergia, as forças de combate em solo seriam mais leves e sofisticadas tecnologicamente e, sobretudo, organizadas pelo Comando das Forças Especiais. Caso as forças terrestres maiores fossem necessárias, “elas poderiam ser recrutadas, treinadas e guiadas pelas Forças Especiais do Exército dentro da nação inimiga. Isto resolveria o problema de levar as forças pesadas do Exército ao conflito” (JORGE, 2009, p.23). Dessa forma, com a “Revisão de Baixo para Cima” e com o conceito de “guerra centrada em rede” (*network centric warfare* – NCW), o governo Bush, a partir de janeiro de 2001, levou adiante a sua “transformação militar”, que ganhou muita força com os atentados de *11 de setembro*, estando inexoravelmente conectada ao contexto sul-americano.

As novas orientações do governo Bush (2001-2008) e a conjuntura de contra-ataque aos autores dos atentados do *11 de setembro* ensejaram a materialização dos métodos que colocariam as Forças Armadas norte-americanas preparadas para os desafios do século XXI, já que segundo

Rumsfeld, as mesmas estavam mais organizadas para as ameaças da Guerra Fria, ou seja, da “era industrial”. Assim, além da utilização do Comando das Operações Especiais (“profissionais silenciosos”) e da Força aérea, sobretudo, era preciso que os Estados Unidos estivessem preparados para as batalhas da “era da informação”.

As batalhas da “era da informação” consistem principalmente no posicionamento de forças no terreno para proteger uma zona de ação, ou seja, uma medida de defesa ativa, assim como, a utilização de medidas passivas através da obtenção da informação (contexto da guerra do conhecimento). Sobre o segundo método Lunardi (2004) afirma:

Numa era de crescente intangibilidade na guerra, torna-se importante monitorar comportamentos e atividades, como as opiniões religiosas dos combatentes inimigos, sua cultura, perspectivas, nível de instrução e adestramento, fonte de informações, opções de lazer nas horas de folga e outros. Em suma, dominar o campo do conhecimento será tão importante quanto estar familiarizado com a área de operações (LUNARDI, 2004, p. 107).

A guerra de conhecimento (e seus métodos) esteve presente na estrutura sul-americana nessa primeira década do século XXI, sobretudo, em decorrência das operações conjuntas das forças norte-americanas com as Forças Armadas de alguns Estados sul-americanos. Como primeiro exemplo podemos citar o Plano Colômbia com o objetivo de combater o narcotráfico na Colômbia, lançado as vésperas da Reunião de Presidentes da América do Sul em setembro de 2000. Segundo Luís Alberto Aldana no ano de 2001 a conjuntura em território colombiano era a seguinte:

[...] hacen presencia permanentemente em territorio colombiano al menos 400 “asesores” norteamericanos, y para nadie es um secreto que decenas de ellos son mercenarios, entrenados em conflictos padecidos por África, El golfo Pérsico y los Balcanes.

No obstante la nueva modalidad de intervención gringa, no contempla em principio el desembarco directo de sus tropas. A cambio, el ejército y la policía colombianos se transforman aceleradamente em una poderosa máquina de guerra. El 80 % de la primera parte de ayuda norteamericana (unos 1300 millones de dólares) está representada em sofisticados radares, aviones espía, 30 helicópteros de guerra Black Hawk y 75 Huey UH1H reartillados, entrenamiento y financiación e 5 nuevos batallones hasta alcanzar 52.000 soldados profesionales que se sumarán a más de 150.000 personas vinculadas a cuestiones militares, de inteligencia y seguridad (ALDANA, 2001, p.87).

Essa sintética descrição do estreitamento militar Estados Unidos - Colômbia está relacionado aos acontecimentos do *11 de setembro* que

provocaram uma intensificação da pressão dos Estados Unidos sobre a Colômbia ensejando uma crescente ao combate ao narcotráfico e, sobretudo, faz parte do contexto da “transformação militar” do governo Bush (2001-2008), na qual se insere a “guerra de conhecimento”. Esta em que o Comando de Operações Especiais e a Força Aérea norte-americana têm papel estratégico.

Enfatizamos que o governo brasileiro desde o início da implantação do Plano Colômbia estava preocupado com do seu impacto regional (sobretudo em relação às questões de segurança amazônica), que incluía o território brasileiro nos conflitos internos da Colômbia, as agressões ecológicas a Amazônia brasileira em consequência da utilização dos agentes químicos para destruir as plantações de coca e, acima de tudo, a posição ambígua do governo norte-americano que negava informações estratégicas. Silva (2010) afirma:

Militares brasileiros asseguravam que a posição de Washington estava diretamente ligada ao fato de a Força Aérea dos Estados Unidos realizar sistematicamente vôos secretos de *stealth* (furtiva) e pesados sistemas eletrônicos para esquadrihar detalhadamente áreas que consideravam estratégicas ou de acesso complexo para os satélites de alta resolução, como a Amazônia (SILVA, 2010 (b), p. 361).

Assim, estava (como ainda está) claro que o Plano Colômbia não circunscrevia somente as ações militares em território colombiano, há uma inexorável relação com contexto da “Nova Guerra”, da “Guerra Preventiva”, da “transformação militar” norte-americana que envolve medidas de defesa ativa (resguardar e proteger uma zona de ação) e passivas (guerra da informação). Silva (2010) também enfatiza “a região da Amazônia constitui tema central, como desafio e oportunidade, tanto nas questões de integração, como de segurança regional” (SILVA, 2010 (b), p. 361).

Mas, não é somente a região amazônica que causa preocupações, o processo de militarização da América do Sul nesses primeiros dez anos do século XXI também atingiu a Bacia Platina. Para muitos analistas o território paraguaio foi palco (como pode ainda manter tal papel) para os mecanismos da guerra celular, das táticas passivas e ativas de combate engendradas pela nova política militar dos Estados Unidos. As discussões que estão circunscritas a esse território envolvem uma “possível” dominação do núcleo geopolítico central da América do Sul, sobretudo, porque o controle sobre o mesmo daria

ao detentor desta zona grandes possibilidades de explorar suas riquezas naturais. Para Millán (2005):

[...] Paraguay constituye la punta de lanza que permitirá el control regional de los EE.UU. sobre los recursos naturales como el Acuífero Guarani y como aliado estratégico para la contención de procesos de luchas y conflictos sociales causados por la injusticias del modelo de acumulación actual [...] Este nuevo interés de consolidar alianzas em países como Paraguay están encaminados a fortalecer la hegemonía de los Estados Unidos em detrimento de la integración latinoamericana” (Millán, 2005, p.113).

A afirmação de Santiago Millán, a priori, possui um caráter conspiratório, mas, não podemos nos esquecer que durante o governo Bush (2001-2008) a agenda norte-americana gerou uma série de problemas internacionais: as guerras do Iraque e no Afeganistão, a intensificação dos choques entre israelenses e palestinos, as relações tensas com Moscou, o programa nuclear iraniano, os impasses na relação com a Coréia do Norte e as dificuldades de relacionamento com o mundo islâmico são alguns exemplos (Silva, 2010, p. 363). Todas essas conjunturas se desenrolaram concomitante as constrições entre o Brasil e os Estados Unidos durante o governo Lula. Dessa forma, a assertiva de Millán (2005) deve ser levada em consideração.

Devemos também levar em consideração uma série de conjunturas circunscritas ao cenário sul-americano nesse primeiro decênio do século XXI que demonstraram o interesse dos Estados Unidos em aprofundar o seu movimento de integração total com continente sul-americano, deixando bem evidente sua linha Realista e belicosa de relações internacionais. Como destacou Pastore (2007):

A Área de Livre Comércio das Américas (ALCA ou FTAA, em inglês) ainda não foi estabelecida e a resistência do Brasil neste sentido foi fundamental. Todavia, o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA, em inglês) já é uma realidade desde 1995 [...] Acordos econômicos bilaterais foram estabelecidos com o Chile (de Livre Comércio, em 2003), país já bastante integrado na política dita “neoliberal” graças aos “Chigaco’s Boys”, governantes e empresários favoráveis a uma maior aproximação com os EUA; com o Equador, que dolarizou a sua economia em 2000; e com o Uruguai. Estes acordos não só aumentam a penetração econômica e política dos EUA na América do Sul, como também ameaçam a integridade do Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL) (PASTORE, 2007, p. 161).

A intensificação dos acordos econômicos ocorre, acima de tudo, devido aos movimentos antagônicos que adotaram posturas divergentes aos Estados Unidos:

Com o espaço aberto surgiram, mais uma vez, movimentos e governantes que adotam uma postura contrária aos EUA, como o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, que vem apoiando Cuba nos últimos anos, principalmente com petróleo e dinheiro, em troca de médicos e vagas para estudantes venezuelanos nas universidades cubanas.

Além disso, as eleições mais recentes aumentaram o número de governos latino-americanos mais esquerdizantes, o que pode provocar um afastamento político e econômico destes países com os EUA. Na Nicarágua os Sandinistas estão de volta com a vitória de Daniel Ortega nas eleições presidenciais de 2006, na qual os EUA, claramente, tomaram partido realizando campanha contra Ortega. A eleição de Rafael Corrêa no Equador, apoiado por Chávez, pode comprometer a concessão que os governos equatorianos anteriores deram aos EUA para o uso da base aérea de Manta, onde os militares norte-americanos investiram muito dinheiro. Além do mais, ele pretende renegociar a dívida externa e os contratos de exploração de petróleo no país.

Evo Morales foi outro eleito, na Bolívia em 2005, que contou com apoio de Chávez. Coerente com as aspirações populares que o elegeram, e para evitar a queda, como os dois presidentes, desde 2003, Morales nacionalizou as jazidas de gás natural e as refinarias. Medidas desta natureza são a tônica do presidente argentino Nestor Kirchner, eleito em 2003, e que ao renegociar a dívida argentina, sem concessões, conseguiu implementar um acelerado crescimento econômico.

Podendo ser considerados também como de “esquerda” aparecem, ainda, o presidente do Brasil, Luís Inácio “Lula” da Silva (eleito em 2002 e reeleito em 2006); Tabaré Vasquez (Uruguai, 2004) e Michelle Bachelet (Chile, 2006) (PASTORE, 2007, p. 162/3).

Estes eventos conjunturais desfavoráveis, num curto espaço de tempo, foram ensejo para a adoção de mecanismos por parte dos Estados Unidos que foram além das aproximações no âmbito econômico, gerando margem para as ações militares que se inserem nos seus novos métodos de combate para o século XXI.

Métodos para um novo tipo de conflito que alcançaram o Paraguai como território estratégico para operações militares ativas e passivas no coração da Bacia Platina e do MERCOSUL. Devemos ressaltar que um posicionamento de tropas militares ou o posicionamento de qualquer outro ator exógeno com uma forte influência política, em qualquer setor do interior do núcleo geopolítico da América do Sul, no qual o Paraguai está inserido, viabilizaria ao mesmo o acesso aos principais recursos naturais do continente, como também, em caso de um conflito de grande magnitude, forçaria um alinhamento com esse ator.

A obtenção de recursos naturais por parte de uma força exógena é secundária (apesar da importância dessa questão) em vista do que pode acontecer com os povos da América do Sul (assim como de toda América

Latina) caso um choque entre grandes potências que disputam a hegemonia mundial venha a acontecer. Não podemos esquecer que os Estados sul-americanos sempre estiveram na esfera de influência norte-americana, auxiliando-o nos grandes conflitos.

Assim, de acordo com Freytas (2005) no dia 1º de julho de 2005 desembarcaram no Paraguai 400 marines norte-americanos, com o propósito de estabelecer uma base militar no país, o que daria ao Pentágono o controle estratégico do Cone Sul e, supostamente, dos importantes recursos que se encontram no setor sul-americano citado.

Em um artigo intitulado “Nueva base Del comando Sur de EE.UU em el corazón de Sudamérica”, Carlos A. Pereyra Mele (2005), apresentam-nos a informação da existência de uma Base militar norte-americana em Mariscal Estigarribia, localizada no Chaco paraguaio, na qual vivem apenas 3000 habitantes, que se localiza a 250 km da Bolívia, cercada pelas províncias argentinas de Salta e Formosa, e que possui uma pista de pouso com 3.800 metros comprimento, que permitiria a aterrissagem de aviões como o Galaxy e o B-52 norte-americanos, o objetivo seria poder abrigar 16.000 em efetivo (MELE, 2005, p.119).

Para Mele (2005), essa mobilização ocorre mediante a posição estratégica que o Chaco paraguaio possui para obtenção de recursos naturais, dessa base as tropas norte-americanas poderiam controlar as reservas petrolíferas e gasificas de Tajira (Bolívia), que segundo informações é uma das maiores reservas de gás do mundo, poderiam monitorar as reservas do Aquífero do Guarani, e teriam a possibilidade de mobilizar efetivos para Tríplice Fronteira (Brasil-Paraguai-Argentina), onde residem importantes comunidades árabes.

As supostas insinuações dos Estados Unidos a esse território teriam o respaldo do poder legislativo do Estado Paraguai, como ressalta Esquivel (2005):

[...] Com mucha preocupación vemos la creciente militarización de América Latina y hechos gravísimos como los del Congreso Nacional Paraguayo que há sancionado el ingreso de tropas de los Estados Unidos por um lapso de 18 meses desde 1º de junio del corriente año, hasta el 31 de diciembre de 2006 (ESQUIVEL, 2005, p.114).

Um estreitamento militar entre Estados Unidos e Paraguai não seria nenhuma surpresa no continente sul-americano nesse início de século, o Plano Colômbia é o exemplo mais recente, como também, é fato que a potência dominante na região (Estados Unidos) no passado já obteve o apoio das elites locais, que seguramente foram colocadas no poder, através de sistemas ditatoriais. E apesar de Esquivel (2005) afirmar o término dessas manobras conjuntas para dezembro de 2006, existe a informação de que o acordo entre os dois países foi além do tempo previsto, como também as instalações militares no Paraguai já existiam mesmo antes dos acordos de 2005.

Igor Ojeda (2010), por exemplo, nos trás a informação das origens da Base de Mariscal Estigarribia e ressalta a condição da mesma e sua pista de pouso:

Na cidade de Mariscal Estigarribia, no Departamento de Boquerón, região do Chaco, uma missão internacional visitou o aeroporto Luis María Argaña, construído com dinheiro dos Estados Unidos em 1986, durante a ditadura paraguaia (1954-1989). Inicialmente uma instalação militar, hoje o local está sob o controle da Dirección Nacional de Aeronáutica Civil do Paraguai (Dinac). As medidas da pista de pouso, em excelentes condições de conservação, impressionam, principalmente levando-se em conta o tráfego aéreo quase nulo na área: 70 metros de largura por 3.800 metros de extensão (OJEDA, 2010, p. 01).

Segundo Fabio Serna, defensor de direitos humanos na Colômbia e integrante do Movimento Continental de Cristãos pela Paz com Justiça e Dignidade, integrante da missão que esteve no aeroporto:

[...] as dimensões ultrapassam definitivamente qualquer necessidade da aviação civil, comercial, ou inclusive da Força Aérea paraguaia [...] Está claro que é uma pista estrategicamente localizada. Está no coração da América do Sul. Sua área de influência inclui as principais cidades da região, toda a Bolívia, o Norte do Chile, o Oeste do Peru, o Norte da Argentina, Uruguai e o Sul do Brasil. Em cinco minutos de vôo, se está em qualquer lugar (CERNA *apud* OJEDA, 2010, p.01).

Uma base militar encravada no Chaco Paraguaio, viabilizaria aos Estados Unidos, patrocinador do empreendimento, acesso direto aos recursos naturais do núcleo geopolítico central sul-americano, o que inclui acesso direto as fronteiras do Brasil, Argentina e Paraguai, ao triângulo geopolítico da Bolívia, tão cogitado pelas potências regionais no passado e alvo de inúmeras teorias, e principalmente, dá aos militares estadunidenses, o acesso direto das vias de transporte do continente, principalmente a hidrovia Paraguai-Paraná.

Pereira (2007, p.17), afirma que o núcleo geopolítico central (figura nº 1) do continente sul-americano envolve o Centro-Oeste brasileiro, nele inserido o Pantanal, a Amazônia Ocidental, o Paraguai, a Bolívia e partes significativas da Argentina, do Peru, da Colômbia e da Venezuela.

Figura nº1 – Núcleo Geopolítico central da América do Sul



Fonte: PEREIRA (2007, p.17).

A importância desse núcleo geopolítico está no fato de que:

Inexistem desertos ou regiões semi-áridas, e constata-se uma extensa larga faixa subandina, comprovadamente petrolífera, que se estende em um grande arco, desde o Chaco paraguaio até o Maciço Guianense, este rico em minerais, como ferro, manganês, cassiterita, etc., e planícies, em grande parte localizadas no Brasil, com um dos maiores potenciais agrícolas do mundo, pela natureza das terras e pela abundância das águas (PEREIRA, 2007, p.18).

Acerca de um possível controle do núcleo geopolítico da América do Sul a partir de uma base militar localizada no Chaco paraguaio, temos também que destacar a tese de doutoramento de Fortunato Pastore (2007) que faz uma alusão ao acordo militar Paraguai/ Estados Unidos e a provável utilização do território paraguaio por tropas norte-americanas:

Um acordo militar firmado entre os EUA e o Paraguai , em julho de 2005, permitiu a permanência de um batalhão do exército dos EUA na região do *Gran Chaco*. Eles lá ficaram até o fim do ano passado. O autor teve a oportunidade de conversar com oficiais paraguaios a respeito disto. Eles, mais que prontamente, negaram qualquer ação maior dos EUA no país, dizendo apenas que era um grupo de engenharia militar. Não foram convincentes, as forçadas evasivas criaram, inclusive, uma sensação de que, realmente, havia algo que não poderia ser revelado. Afinal, o que um batalhão de engenharia do exército dos EUA iria querer no *Chaco* paraguaio? (PASTORE, 2007, p.162).

A respeito do questionamento de Pastore (2007), “o que um batalhão de engenharia do exército dos EUA iria querer no *Chaco* paraguaio?” Podemos ensejar algumas respostas, e prováveis possibilidades.

Um acordo militar entre governo Paraguai e norte-americano e a existência de um batalhão de engenharia do segundo, possibilitaria aos Estados Unidos um acesso a Bacia Amazônica a partir do território paraguaio, visto as reais possibilidades das Bacias do Prata, Amazônica e do Orinoco (Venezuela) se interligarem via rota fluvial, eixo central (norte-sul) de integração do continente, chamado de “A Grande Hidrovia” (LINO, et al, 2008, p.55). Em relação a isso é necessário ressaltar que projetos dessa magnitude existem desde da segunda metade do século XIX, o “Plano Moraes” de 1869 já apresentava tal possibilidade.

Devemos destacar, também, o sólido interesse pelo Aqüífero do Guarani, que se estende pelas Bacias dos rios Paraná, Uruguai e Paraguai, com uma superfície de aproximadamente 1.194.000 Km², que corresponde ao Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, e que na sua extremidade norte toma contato com Pantanal que por sua vez se conecta com a Amazônia, rica também em água potável, ouro, urânio, titânio e, sobretudo, nióbio,

fundamental para a fabricação dos mísseis intercontinentais e que se encontram somente na Amazônia (BRUZZONE, 2005, p.141-143).

Assim, um contato direto dos Estados Unidos com o território paraguaio possibilita aos mesmos um estudo minucioso de todas as potencialidades citadas, como também, a consecução de ações circunscritas a preparação de um provável Teatro de Operações contra um inimigo futuro.

Sobre a questão dos Estados Unidos resguardarem posições estratégicas para um enfrentamento com futuro inimigo, é necessário levar em consideração as pretensões do governo chinês que nesse início de século coloca em prática o seu plano de expansão da sua frota naval pelos oceanos Índico e Pacífico, para provavelmente estabelecer bases em território sul-americano. Segundo Zajec (2008):

Em 2007, num esforço de diplomacia naval sem precedentes, os navios chineses não apenas efetuaram visitas oficiais a portos franceses, australianos, japoneses, russos, cingapurenses, espanhóis e norte-americanos, como participaram de manobras internacionais de luta contra a pirataria marítima, que está recrudescendo. A ambição que visa priorizar o “soft power” deve ser colocada numa perspectiva que leva em conta o cenário regional e expressa duas estratégias centrais. A primeira diz respeito às reivindicações territoriais sobre Taiwan e, de maneira mais ampla, sobre o perímetro das águas territoriais chinesas, que define a Zona Econômica Exclusiva (ZEE). Da satisfação dessas pretensões depende o livre acesso aos vastos espaços oceânicos do Pacífico e aos corredores marítimos do Sudeste Asiático, para além da península indochinesa. A segunda estratégia é a proteção das rotas marítimas de abastecimento em hidrocarbonetos, para um país que se tornou o segundo maior importador mundial de petróleo (ZAJEC, 2008, p.2).

Em relação à primeira estratégia que envolve o cenário regional, a China já conseguiu firmar acordos amigáveis com treze vizinhos sobre os contenciosos fronteiriços terrestres, a oposição se dá por parte do Butão e da Índia. O governo de Pequim reivindica o domínio sobre 4 milhões de quilômetros quadrados de mar, Zajec (2008) ainda enfatiza “No caso de Taiwan, as autoridades chinesas estão particularmente decididas a recuperar sua soberania, ‘se necessário com uso da força’”(ZAJEC, 2008, p.2). A China também questiona o Japão sobre a posse das Ilhas Diaoyu, que abrigam uma base norte-americana que em contrapartida afirma que a sua Zona Econômica Exclusiva se estende em 450 quilômetros para oeste desse arquipélago. Como também:

A China também disputa com Taiwan, Vietnã, Filipinas, Malásia, Brunei e Indonésia a soberania sobre as ilhas Spratly (Nansha, em chinês) e sobre o arquipélago das Pratas (Dongsha, para os chineses). E vem disputando com Vietnã e Taiwan o domínio do arquipélago das Paracel (Xisha) (ZAJEC, 2008).

Mas, as pretensões chinesas estão além do mar da China meridional, o que Pequim deseja é o acesso da sua frota ao alto-mar, isso implica em embates com a marinha japonesa e, sobretudo, com a 7^o Frota norte-americana. Para que essa expansão da marinha chinesa em alto-mar ocorra será necessário conseguir estabelecer uma linha marinha de acesso que vai do Japão até a Malásia, que passa por Taiwan e pelas Filipinas e depois tentar estabelecer uma conexão entre o mar da China do Sul e do Leste, de águas pouco profundas, com águas que se estendem do Japão até a Indonésia. Assim, para a realização da primeira etapa a contestação marítima se dá por parte da marinha do Japão, o segundo enclave é a temível 7^o frota dos Estados Unidos.

Segundo Zajec (2008) assim que os chineses resolverem tais questões no âmbito regional poderão se dedicar mais livremente à segunda meta estratégica, que consiste em garantir a segurança dos corredores de abastecimento em hidrocarbonetos no sul da Ásia:

A primeira dessas rotas é utilizada pelos navios petroleiros de menos de 100 mil toneladas, vindos da África e do oriente Médio, até o mar da China do Sul, passando pelo estreito de Malaca. Vinda das mesmas regiões de produção, a segunda rota conduz os petroleiros gigantes através dos estreitos da Sonda e de Gaspar [5]. A terceira rota parte da América Latina e passa pelas águas filipinas. A quarta rota, que constitui um trajeto alternativo a partir do oriente Médio e da África, serpenteia entre os estreitos de Lombok e de Macassar, as Filipinas e o Pacífico oeste, até alcançar os portos chineses. O principal gargalo que “estrangula” estes corredores de abastecimento é o estreito de Malaca, por onde passariam 80% dessas importações de petróleo. Em caso de conflito, o domínio sobre a área é um fator de preocupação. Para remediar o problema, Pequim tenta diversificar seus acessos (ZAJEC, 2008, p.3).

Tal preocupação por parte do governo Chinês ocorre, pois é notável o crescimento econômico da China que desencadeia uma crescente procura de matérias-primas do Continente Africano e, sobretudo, da América Latina. Segundo Mário Machungo a China está interessada em recursos minerais energéticos e outros existentes na América Latina, e além das matérias-primas, é atraída pela possibilidade de desenvolver uma cooperação técnica com benefícios para os países envolvidos (MACHUNGO, 2008).

Esse interesse pela região demonstra a grande disponibilidade de Pequim em realizar avultados investimentos para exploração e o transporte desses recursos. Assim, é razoável admitir que a cooperação econômica da China com a América Latina vai impulsionar o crescimento mais acelerado do comércio marítimo ligando o Atlântico Sul e o Oceano Índico, passando pela rota do Cabo. Para Mário Machungo, esta previsão é reforçada “se tivermos em conta que a partir de 1993 a China tornou-se um importador líquido de petróleo a seguir aos EUA, passando a representar, a partir de 2000 mais de 40% da procura mundial de petróleo bruto” (MACHUNGO, 2008).

Dessa forma, o governo Chinês para alcançar seus objetivos econômicos, concomitante as suas questões comerciais vem expandindo suas bases militares ao longo do Atlântico Sul, do Oceano Índico e, sobretudo, das rotas marinhas que são importantes para as suas relações comerciais exteriores. Para Zajec (2008):

Ao mesmo tempo, Pequim vem construindo o “colar de pérolas”, uma série de bases permanentes distribuídas ao longo das orlas do Oceano Índico e das rotas marinhas que conduzem ao estreito de Malaca: Marao, nas Maldivas; as ilhas Coco, em Mianmar; Chittagong, em Bangladesh e Gwadar, no Paquistão. Está previsto também o envio de tropas para o litoral africano, que vem se mostrando sempre mais aberto aos investimentos chineses (ZAJEC, 2008, p. 3).

Isso significa que o “colar de pérolas” Chinês consiste na criação de bases navais, de portos fluviais, de diques e bases submarinas protegidas que segundo o próprio Olivier Zajec “vão se multiplicando e se modernizando, acompanhando a explosão econômica de uma nação cujo comércio exterior depende 90% das rotas marítimas” (ZAJEC, 2008, p.4).

Nesse contexto os Estados Unidos podem considerar essa expansão como uma intromissão na região (América do Sul) que desde o final do século XIX esteve sob sua influência econômica e política. Tal conjuntura pode vir a responder por que a 4^o Frota norte-americana, desativada em 1950, foi reativada em 2008.

A reativação preocupou (como também, ainda preocupa) as autoridades sul-americanas, sobretudo, o governo brasileiro. A desconfiança das autoridades brasileiras era justamente, pois à volta à ativa da 4^o Frota coincidia com a descoberta dos campos de petróleo em águas profundas do pré-Sal. Tal aflição por parte do Brasil acontecia, acima de tudo, porque naquele momento

havia o crescimento da crise energética de hidrocarbonetos no mundo e os métodos utilizados pela diplomacia norte-americana que se baseavam na tomada à força de riquezas, disfarçada no discurso da "redemocratização", intensificavam-se.

Mas, de acordo com Igor Gielow a reativação da Frota norte-americana no Atlântico sul estava relacionada à expansão da frota chinesa pelo Oceano Índico, com o objetivo de, possivelmente, estabelecer bases em territórios sul-americanos e garantir o tráfego de suas mercadorias pelo mundo, avaliadas em bilhões de dólares.

A esperança é que estas tendências estejam equivocadas, caso contrário, poderá surgir um cenário sombrio para o continente sul-americano, já nos anos finais da segunda década do século XXI. Caso uma suposta guerra entre líderes mundiais venha a ocorrer, aquele que estiver adequado ao Teatro de Operações pode possuir uma grande vantagem.

Dessa forma, mediante o parêntese que abrimos, o interesse pelo núcleo geopolítico central da América do Sul, dotado de uma contigüidade geográfica que abriga o Aquífero do Guarani, a Bacia Amazônica, as regiões de fronteiras dos territórios dos Estados que compõem esse núcleo, assim como as vias flúvias da Bacia do Prata e todos os seus recursos naturais, desperta o interesse não somente dos Estados Unidos, mas de qualquer potência com interesses econômicos e, sobretudo, com pretensões militares.

Fato que poderia explicar a mobilização militar norte-americana no território paraguaio, supostamente utilizando-o como "cabeça-de-ponte" (a partir da base de Mariscal Estigarribia) para ações militares no núcleo geopolítico central do continente na tentativa de defesa ou maior proximidade dos seus recursos naturais com o objetivo de resguardá-los e, sobretudo, "utilizar" as áreas sob sua influência em eventos bélicos futuros (ou até mesmo para o usufruto no período que anteceda tais eventos).

Por exemplo, a Tríplice Fronteira Brasil-Paraguai-Argentina (na qual se localizam as cidades de Foz do Iguazu no Paraná/Brasil, Puerto Iguazú na Argentina e Ciudad del Este no Paraguai) está inserida na biodiversidade do Aquífero do Guarani, essa região de fronteira despertou durante a gestão Bush (2001-2008) interesses do governo norte-americano, devido o combate ao terrorismo, já que inúmeras famílias árabes residem nessa região e, sobretudo,

pois “a área mais importante e fundamental de recarga e descarga é o corredor transfronteiriço entre Paraguai, Brasil e Argentina, e este corredor está localizado na zona da Tríplice Fronteira” (BRUZZONE, 2005, p.144). Assim, é óbvio que operações militares com medidas passivas (inerentes a “guerra do conhecimento”) foram realizadas nesta zona de fronteira.

Dessa forma, o domínio do aquífero do Guarani, conseqüentemente dá acesso ao Pantanal, aos seus rios e sua biodiversidade, que por sua vez gera acesso aos cerrados brasileiro, que inclusive até o final da década de 90 possuía disponível para a agricultura mais de 80 milhões de hectares. Segundo o professor Dr. Ady Raul da Silva, engenheiro agrônomo, pesquisador aposentado da Embrapa (Empresa Brasileira de pecuária e agricultura) e membro titular da Academia Brasileira de Ciências, em entrevista a Gazeta Mercantil de 9 de fevereiro de 1998, declarou:

O potencial de uso dos “cerrados” não esta esgotado, pelo contrário, há disponíveis e próprio para a agricultura mais de 80 milhões de hectares, além de uma reserva para assegurar a biodiversidade de 77 milhões de hectares. Se apenas 25% da área agricultável disponível for utilizada para produção de soja, o Brasil se tornaria o maior exportador mundial, superando os Estados Unidos (EXECUTIVE INTELLIGENCE REVIEW-EIR, 2001, p.164).

Ressaltamos também que o Cerrado brasileiro, a partir do território paraguaio, tem sua porta de entrada pelo o estado (UF) de Mato Grosso do Sul, já que faz fronteira com o país platino. Podemos notar o quão seria importante para os Estados Unidos o estreitamento de relações com Paraguai e a instalação de infra-estrutura militar nesse país, assim é possível que implicitamente estudem a região e se articulem para futuros procedimentos de ação de caráter militar.

As possíveis investidas militares estadunidenses, com medidas passivas e ativas, no continente sul-americano, valorizam ainda mais a importância da América do Sul para o mundo. Como ressalta Carlos Pereyra Mele “é o território que possui quase todos os recursos naturais que faltarão a humanidade neste século e no próximo, além de estar pouco povoado em relação a suas dimensões e a maioria de suas classes dirigentes estão esgotadas e corrompidas” (MELE, 2005).

Apesar dos analistas afirmarem que existe uma mobilização militar norte-americana em território paraguaio, e que a Base de Mariscal Estigarribia seria uma materialização dessas manobras, não é possível ainda afirmar porque tal aparelho exista. Não há como saber se esta base militar está relacionada as ações norte-americanas para garantir reservas de recursos naturais para o futuro, se faria (ou faz) parte das medidas de cunho preventivo contra um inimigo futuro do Estados Unidos num conflito de grande proporção em que a América do Sul seria o principal palco de operações (expansão chinesa pelos Oceanos Pacífico, Índico e Atlântico Sul?) ou se simplesmente faz parte do processo de militarização do continente que esteve associado ao interesses desse governo nesses dez primeiros anos do século XXI para combater o terrorismo, o narcotráfico e as prováveis reviravoltas políticas relacionadas a ascensão dos governos de esquerda no continente.

Mas é fato que o interesse dos Estados Unidos pelo Paraguai e conseqüentemente pela Bacia Platina e o núcleo geopolítico da América do Sul, não seria consequência de conjunturas mais recentes, ou seja, do descontentamento do governo paraguaio em relação as políticas de Brasil e Argentina no seio do MERCOSUL, dos processos recentes que refutaram a política norte-americana no continente sul-americano, e que tiveram como principal arma de rechaço o próprio MERCOSUL e as ações da política externa brasileira ou o processo de expansão da China.

Precisamos lembrar que na manobra política para a construção da hidroelétrica de Itaipu, o acordo entre Brasil e Paraguai fora somente ratificado depois que o representante militar dos Estados Unidos no Paraguai deu o consentimento final. Laino (1979) descreve o acontecimento da seguinte forma:

Ainda que as expressões vertidas pelos membros da cúpula brasileira fossem suficientemente claras faltava ainda uma aprovação final. E ela não tardou: no dia seguinte, 8 de setembro de 1973, o representante da metrópole e Comandante do Grupo militar dos Estados Unidos da América no Paraguai, coronel Thomas Meredith Waitt dá a sua aprovação a orientação que o Itamarati estava imprimindo em sua relações com o regime do Paraguai (LAINO, 1979, p.30).

O consentimento norte-americano ao Brasil para a construção do empreendimento Itaipu, tem relação com a manutenção de suas posições estratégicas na Bacia Platina, visto que naquele momento, tratava-se da materialização de um processo que iria ser importante para todos os

envolvidos. Era importante para o Brasil, já que precisava conter um possível avanço dos argentinos sobre a região, para o Paraguai que supostamente resolvia seus problemas no quesito energia, e para os Estados Unidos, pois aumentava sua influência em relação a esses países sul-americanos e, sobretudo, sobre a Bacia Platina.

Ao que se destacar também que no início de novembro de 1975 a agência AP (Associated Press) transmitia de Washington uma informação do Pentágono sobre um programa de assistência militar para a América Latina, este documento assinalava a importância estratégica do Brasil, com seu crescente papel na América Latina. Ao mesmo tempo que o informe considerava o Brasil como uma possível potência mundial, também dedicava ao periférico Paraguai alguns parágrafos, mas para defini-lo como um de seus mais fiéis satélites no continente (Laino, 1979, p.23-24).

Ao que parece, o Pentágono sempre foi sabedor das oportunidades militares que o território paraguaio poderia ou pode proporcionar, da posição estratégica que o território desse Estado possui em relação a Bacia platina e ao núcleo geopolítico central da América do Sul. Já que a partir do território paraguaio se realiza qualquer intervenção direta a Bacia Platina, as fronteiras oeste do Brasil, ao triângulo econômico Boliviano de Sucre - Santa Cruz de La Sierra - Cochabamba, ao norte da Argentina, enfim a todo núcleo Geopolítico do continente.

Raúl Aragón em 1985, num colóquio internacional de juristas, realizado em Montevideo (Uruguai), já afirmava que o governo norte-americano não tinha interesse nenhum em apoiar aberturas democráticas no Paraguai: “Ao contrário, a ditadura paraguaia constitui a peça chave de toda estratégia norte-americana na região” (ARAGÓN, 1985, p.168). A observação desse autor, se dá num momento histórico de muita importância para a América do Sul e que consistia nos processos de redemocratização após longos anos de governos ditatoriais, apoiados pelos governos norte-americanos, como parte das ações ensejadas pela Lei de Segurança Nacional contra o Comunismo, criada nos Estados Unidos (PASTORE, 2007, p.154).

Dessa forma, mediante ao que fora levantado e, sobretudo, ao que se refere as manobras militares expansionistas pelo planeta nesse início de século XXI, que ignoraram absolutamente o Conselho de Segurança da ONU, é

inevitável não deduzir que sempre haverá um motivo para legitimar intervenções, ainda mais, quando alguns atores, sempre foram e são conhecedores da função estratégica que determinados territórios podem proporcionar para as dinâmicas econômicas do presente e em futuros eventos bélicos. Em terras sul-americanas, o Estado paraguaio e alguns setores do seu território, supostamente seriam parte de uma estratégia norte-americana que está relacionada as suas pretensões hegemônicas na região.

Dessa forma, uma base militar encravada no Chaco Paraguaio, viabilizaria aos Estados Unidos, como a qualquer outra potência com grande estrutura de poder, acesso direto a esse núcleo geopolítico central sul-americano, mas no momento, a pergunta a se fazer é a seguinte: em que oportunidade, em quais condições, e contra qual inimigo, a Base de Mariscal Estigarribia de uma vez por todas será utilizada?

Capítulo 3 - DOIS ESTADOS E UM PROJETO: Brasil e Bolívia nos rumos da integração

Roberto Mauro da Silva Fernandes
Adauto de oliveira Souza

Neste capítulo verificaremos a conjuntura integracionista entre Brasil e Bolívia no início do século XXI, num processo que ganha consistência no período pós-ditaduras, contexto que remonta dos acordos Paz-Sarney em 1988, que levam as negociações sobre o gás natural boliviano, que abrange o movimento cocalero, como também, as questões mais recentes circunscritas as suas fronteiras e a Rodovia Bioceânica (Eixo Brasil-Bolívia-Chile da IIRSA).

Brasil e Bolívia possuem um histórico relacionamento que advêm desde os tempos em que a política externa das nações estava marcada pelas “políticas de fronteira”, linha comum ao período histórico em que esses Estados possuíam governos de exceção, ganhando novos rumos, com perspectivas estimulantes, no período de globalização. Os dois países criaram um núcleo de permanências nas relações bilaterais que desde finais da década de 1920 se articulam no interior de uma diplomacia econômica com tendência a cooperação.

Os acordos entre Brasil e Bolívia sempre estiveram pautados em questões que giram em torno do petróleo, da resolução dos problemas de infraestrutura física, das questões concernentes a fronteira, energia e comunicação. Segundo Osmar Ramão Galeano de Souza, “[...] As ações que se estabeleceram entre os dois países passaram a ser articuladas fora dos parâmetros e objetivos estabelecidos pela economia proposta pelos centros maiores (SOUZA, 2004 (c), p.140).

Contudo, os projetos de cooperação circunscritos aos dois Estados a partir da segunda metade da década de 80, não se estabeleceram sob as inspirações puramente locais e paroquiais, atendiam as exigências externas e se orientaram dentro da pauta internacional.

Assim Brasil e Bolívia nesse início de século XXI convergem no sentido da integração, apesar das celeumas características no seio dos seus ambientes estatais, que concomitantemente refletem nas relações dos dois Estados no exterior. Os atritos são consequência das fissuras características a

formação dos seus quadros sociais, que construíram as suas histórias através de caminhos distintos, que possuem particularidades ainda desconhecidas por ambos os lados.

O processo de integração da América do Sul entre Brasil e Bolívia (como também no contexto geral do continente), além de buscar aglutinações no campo econômico e político, deve também, criar novas possibilidades para que as suas respectivas sociedades (seus povos) se conheçam, para que o “outro” não seja analisado como “maligno”, devemos conhecê-lo, não absolutamente, mas, de uma maneira que seja suficiente para não criarmos realidades infundadas sobre os pares que protagonizam uma nova realidade para a América do Sul: a integração.

3.1 ENTRE A GEOPOLÍTICA E A INTEGRAÇÃO: o Território Boliviano, um eterno prisioneiro Geopolítico? Qual o seu papel na América do Sul?

Ao longo dos anos muitos teóricos, principalmente os militares brasileiros, convergem em dizer que a Bolívia consiste em ser o “*heartland*” sul-americano, transpondo para o continente as posições teóricas que Halford Mackinder elaborou em 1904 para o cenário da corrida hegemônica mundial (SILVEIRA, 2009, p.254). De acordo com a teoria do *Poder Terrestre* do geógrafo britânico, o controle do mundo seria ensejado a partir do domínio de um determinado espaço terrestre no coração do Velho Mundo, denominado pelo mesmo de “ilha mundial”. Nessa ilha havia uma área central localizada entre a Europa e a Ásia e nela a região geoestratégica ou *heartland*, que corresponde a Europa Oriental, o domínio desse espaço permitiria a disseminação do poder daquele que a detivesse.

Para Mackinder (1904) "quem controla o *heartland* domina a *pivot área* e quem domina a *pivot área* controla a "ilha mundial", e quem controla a "ilha mundial" domina o mundo". No ponto de vista de Halford Mackinder essa área pivô ou coração continental (*heartland*), era o Império Russo e suas virtualidades, que segundo o autor, constituía-se num novo pólo de poder mundial e deveria ser levado em consideração:

Tem existido e existem nessa zona as condições de uma mobilidade de poder militar e econômico que tem um caráter transcendentem e, sem dúvida, ilimitado. A Rússia repõe o Império Mongol. Sua pressão

sobre a Finlândia, Escandinávia, Polônia, Turquia, Pérsia, a Índia e a China recoloca os ataques centrífugos dos homens das estepes. Ocupa no mundo a mesma posição estratégica central que ocupa a Alemanha na Europa. Pode atacar por todos os lados e pode também ser atacada por todos os lados, exceto pelo norte. O completo desenvolvimento de sua moderna mobilidade ferroviária é simplesmente uma questão de tempo [...] Reconhecendo acertadamente os limites fundamentais de seu poder, seus dirigentes desfizeram-se do Alasca; deve-se isso ao fato de que não possuir nada sobre o mar é para a política russa uma lei tão fundamental como para a Inglaterra é manter o domínio do oceano (MACKINDER, H. J., 1904, p.436).

Observa-se na opinião de Mackinder (1904) que o Império Russo teria condições de expandir o seu poder na escala global, já que na época da exposição de sua tese, não existiam potências continentais de peso em condições geopolíticas similares. A posição geográfica que concederia ao Império Russo sucesso militar, também lhe faria tornar-se, em associação com seus vastos territórios, ferrovias e suas potencialidades econômicas, um “vasto mundo econômico” (MACKINDER, J. H., 1904, p.433).

Estas proposições Realistas vão ganhar fôlego no contexto sul-americano com a disputa pelo controle regional entre Brasil e Argentina durante todo o século XX, a transposição da teoria do poder terrestre para o espaço sul-americano se explica porque, principalmente, no Brasil, na Argentina e Chile, como em outros países da América Latina, “importou-se’ prontamente e exclusivamente a geopolítica, desde os seus primeiros movimentos na Europa” (COSTA, 1992, p.186).

Shiguenoli Miyamoto em 1981 e Leonel Mello em 1985 em suas respectivas teses, *O pensamento geopolítico brasileiro (1920-1980)* e *Do discurso triunfalista ao pragmatismo ecumênico (Geopolítica e política externa do Brasil Pós-64)*, identificam fortes influências de Ratzel, Kjéllen, Mackinder e Spykman, nos estudos de Backheuser, Travassos, L.Rodrigues e Golbery, e entre os muitos outros que internalizaram as respectivas teorias e métodos no contexto sul-americano.

Dessa forma, a teoria do poder terrestre de Mackinder, na América do Sul vai ganhar grande aplicação a partir das proposições de Mario Travassos. Mello (1985) aponta a evidente influência de Mackinder na tese deste militar brasileiro:

No campo intelectual, a geopolítica de Travassos sofreu uma influência determinante de Mackinder, com sua teoria sobre o poder

terrestre. Essa teoria foi reelaborada e aplicada de forma criadora às condições peculiares do continente sul-americano, com o planalto boliviano assumindo o papel de área-chave com importância análoga à do “heartland” euroasiático. Para Travassos, o controle da Bolívia, região pivô do continente, outorgaria ao Brasil o domínio político-econômico sul-americano (MELLO, 1985, p. 73).

O esquema de Mario Travassos baseava-se na posição do território brasileiro no continente sul-americano, marcado, como afirmou, por dois antagonismos: o Atlântico *versus* o Pacífico (COSTA, 1992, p.203). Tal proposição teórica estava essencialmente assentada na natureza geográfica do território brasileiro, mas que determinavam os resultantes geopolíticos pautados nas políticas de expansão das áreas de influência dos dois principais Estados do continente (Brasil e Argentina), que em sua opinião, resultaria numa inevitável disputa hegemônica.

Para Mario Travassos a política de comunicações platina, engendrada pela Argentina, naturalmente levava-a a se expandir militar, política e econômica para as terras a montante do Prata, estendendo seu domínio até o Pacífico e aos limites da Bacia Amazônica:

Como se vê, Buenos Aires está ligada, diretamente, por estrada de ferro, com as capitais de três países limítrofes. Com assunção, dobrando via fluvial, e, de passagem, assegurando o contato (Concórdia-Salta), entre as redes argentina e uruguaia. Com Santiago (e Valparaíso) por meio da via férrea de montanha que vincula a riqueza andina com o Atlântico. Com La Paz, pela soldagem em Tupiza, da via argentina com as linhas bolivianas, após seus trilhos percorrerem até La Quiaca a bagatela de 1.795 km (TRAVASSOS, 1947, p.55).

O autor assim sintetizava a sua preocupação ao demonstrar a dianteira da Argentina na corrida, através da projeção ferroviária que atraía para o Prata a economia do “*heartland*” sul-americano. As preocupações de Mario Travassos se davam, principalmente, com a articulação terrestre Buenos Aires-La Paz, pois esta extensão da influência argentina sobre a zona de transição entre os dois antagonismos dava aos mesmos o controle do “*heartland*” da América do Sul (COSTA, 1992, p. 204).

Mario Travassos também propôs que o coração sul-americano encontrava-se no triângulo econômico Cochabamba-Santa Cruz de la Sierra-Sucre. Brasil e Argentina decidiriam a disputa pela supremacia no subcontinente a partir da conquista dessa área, que segundo o autor, encontrava-se estrategicamente posicionada entre os sistemas amazônico e

platino, num excelente eixo de articulação com o Atlântico (SILVEIRA, 2009, p.654).

Essa teoria influenciou uma geração posterior de militares, geógrafos, cientistas políticos, enfim, aqueles que viveram as conjunturas política, econômica e militar na América do Sul durante as décadas subseqüentes, convergindo e/ou ampliando as teses de Travassos.

O general Golbery, por exemplo, sugere como estratégia para conter o avanço argentino ao “*heartland*” de Travassos (Bolívia), “a vitalização e integração do ecumênico nacional, do Centro-Oeste brasileiro, especialmente o Mato Grosso, placa-giratória, superiormente situada nas cabeceiras comuns das duas grandes bacias hidrográficas (COSTA E SILVA, 1981, p. 58). O autor ainda enfatizava que essa área seria fundamental para fazer-se valer a dinâmica geopolítica brasileira.

Devemos também destacar as concepções de Domingo Laino acerca do avanço brasileiro sobre as fronteiras dos seus vizinhos sul-americanos na década de setenta, destacando as investidas do Brasil em direção a Santa Cruz de La Sierra e as jazidas de Mutún, situada na Zona de Fronteira, na qual se localizam os municípios brasileiros de Corumbá/MS e Ladário/MS e os municípios bolivianos de Puerto Quijarro e Puerto Suarez, com o suposto objetivo de se apossar do triângulo geopolítico Santa Cruz-Cochabamba-Sucre:

Em conseqüência, a estratégia brasileira consiste em ocupar esse triângulo geopolítico. Com prejuízo de quem se pergunta? É obvio que com prejuízo de uma potência mais próxima. Sufocar qualquer tentativa de desenvolvimento da segunda potência da América Latina para serem eles os dominadores (LAINO, 1979, p.54).

Esta e as outras teorias sobre o “*heartland*” sul-americano remetem a um período em que a geopolítica estava marcada pelas tensões de fronteiras, e os seus principais protagonistas, Brasil e Argentina, articulavam-se no continente, alicerçando suas políticas pelo ponto de vista militar, num contexto histórico que situava a Bolívia como peça de extrema importância para a política expansionista dos dois países, que associavam suas pretensões ao domínio da Bacia Platina.

Mas, o processo conjuntural que conhecemos como Globalização engendrou uma nova realidade econômica, ensejou a criação de blocos

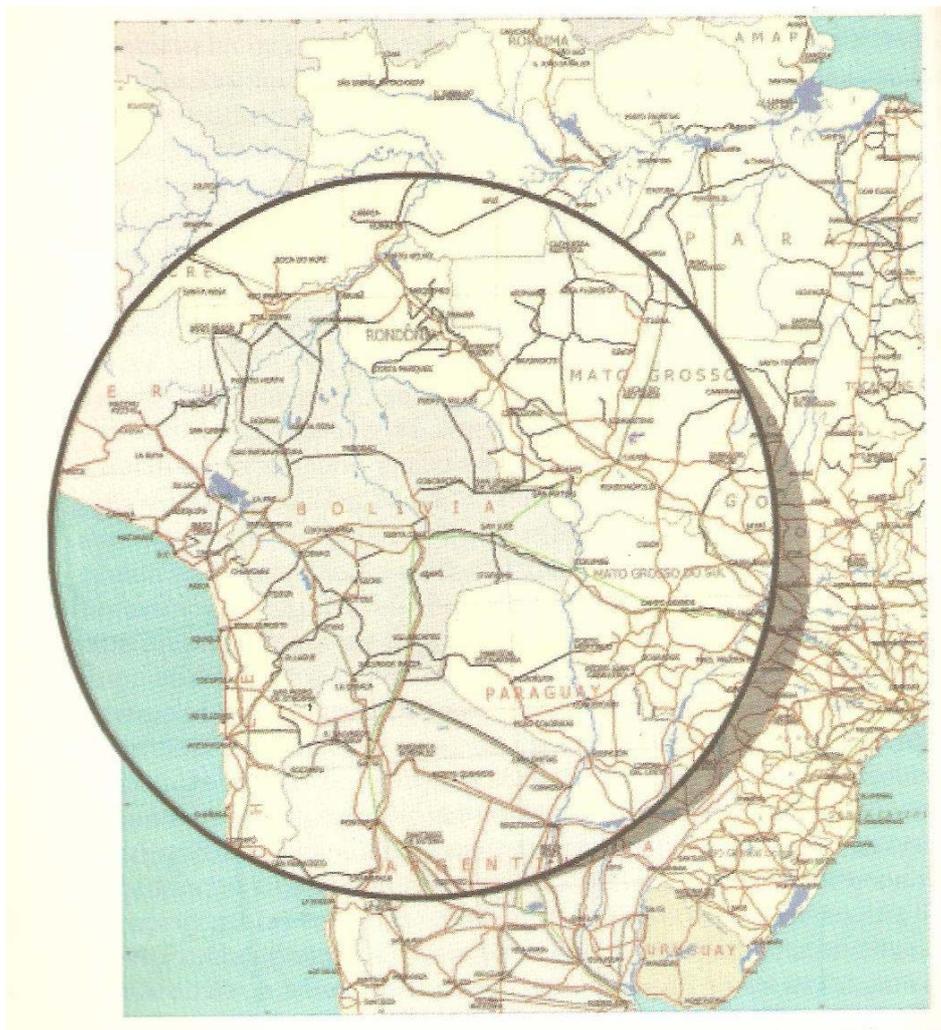
econômicos, consolidou os processos de transnacionalização e conseqüentemente criou novos discursos (sobretudo aqueles que pregam a cooperação entre os Estados). Não existia mais, a partir do processo de globalização da economia, o quadro de tensões capitalismo *versus* socialismo, que tanto sustentou as práticas e as teorias geopolíticas na América do Sul, dessa forma, outros paradigmas viriam a ser criados com o novo contexto.

A retórica de determinados sujeitos e atores (instituições governamentais e de pesquisa, grupos econômicos, classes empresariais, etc.), passou a dar a Bolívia um novo papel no cenário regional. Depois do fracasso das políticas neoliberais aos moldes do Consenso de Washington, no início do século XXI, e que ocasionou uma reviravolta política no continente, levando forças de centro-esquerda ou progressistas ao governo desses Estados, uma nova conjuntura começava a ser produzida na América do Sul.

O discurso a partir desse novo momento seria outro, o território boliviano e a sua posição geográfica seriam o elo, o grande eixo de integração da América do Sul. Osmar Ramão Galeano de Souza afirma que a Bolívia não é mais um país que pauta sua importância somente como elemento de segurança, de equilíbrio na política da balança do poder, mas, “procura um novo papel dentro do qual se elaboram importantes projetos econômicos para a sub-região, envolvendo aí, a Bacia do Prata, a Região Amazônica, e até o Pacífico” (SOUZA, 2004 (c), p.134). As palavras desse autor retratam bem a nova “função” do território boliviano no contexto sul-americano pós-crisis da década de 90.

Para Olic (2005) a localização da Bolívia confere-lhe um importante papel em qualquer projeto de integração regional, seja entre os Andes e o Pacífico ou entre as Bacias Platina e Amazônica. Por sua vez Serafim Carvalho Melo, destaca a importância da Bolívia no que ele denomina de “Centro Oeste Sul-Americano” (Mapa nº 2). Uma região circunscrita em um círculo com centro em Santa Cruz de la Sierra, com 1300 km de raio formado pelo Paraguai, norte da Argentina, norte do Chile, sul do Peru, pelo centro-oeste e noroeste do Brasil e por toda a Bolívia, com uma área de 5.000.000 Km² (MELO, 2005, p.17). Área que seria para o autor o grande centro de integração da América do Sul.

Mapa nº 2 - O Centro Oeste Sul-Americano



Fonte: MELO (2005, p.16)

Portanto para Melo (2005) a Bolívia tem papel fundamental nesse processo, “é o único país que faz fronteira com todos os demais na área de estudo, é também por intermédio dela que muitos produtos chegarão aos territórios dos países ao entorno” (MELO, 2005, p. 135).

Assim, o território boliviano não seria mais visto como país a ser “conquistado” para a contenção das investidas geopolíticas de Brasil ou de Argentina. Com a criação da Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Regional da América do Sul (IIRSA), um dos projetos de integração do continente sul-americano, a Bolívia ganha um “novo” papel e o seu território passou a ser preponderante para a consecução desse projeto.

Dos doze eixos de integração e desenvolvimento da IIRSA, cinco atravessam o território boliviano, são eles o Eixo Peru-Brasil, incluído por pedidos da própria Bolívia, Eixo Orinoco-Amazonas-Prata, Eixo Andino, Eixo Bolívia-Paraguai-Brasil e o Eixo interoceânico Brasil-Bolívia-Peru-Chile (Rodovia Bioceânica). Este último incide diretamente sobre a fronteira Brasil-Bolívia, mais especificamente em Mato Grosso do Sul (UF). Oficialmente, definida como Zona de Fronteira, (BRASIL, 2005 (a), p.153), encontramos a cidade de Corumbá, e sua vizinha Ladário, do lado brasileiro, Puerto Quijarro e Puerto Suarez, do lado boliviano, cidades-gêmeas, territórios contíguos que estão inseridos na dinâmica flexível da fronteira.

Esta zona de fronteira é importante para o escoamento da produção de *commodities* do agronegócio e da mineração, tanto para o Brasil, quanto para a Bolívia (OLIVEIRA, 2007 (a), p.54), além de passar a ser o principal elo de integração continental, com a construção do corredor rodoviário Bioceânico. Assim, a referida Zona de Fronteira possui uma condição estratégica no ponto de vista econômico e logístico para o Mato Grosso do Sul e o continente Sul-Americano.

Atestando o fato de a Bolívia ser a “região pivô” do continente (expressão criada por Mackinder em 1904), constituindo-se, segundo os discursos mais recentes, no elo físico entre a América andina e platina, assim para alguns estudiosos, qualquer processo de desenvolvimento que vise à emancipação política, econômica e social do continente, deve se iniciar por esse país (PEREIRA, 2007, p. 18).

Ademais, analisando a Bolívia como “*heartland*” da América do Sul, observa-se o grau de importância que esta fronteira do Brasil com Bolívia, em Mato Grosso do Sul, possui para a efetivação dos projetos em andamento relacionados ao corredor Bioceânico. Fronteira que possui terminais hidroviários interiores com logística para movimentação de cargas, funcionando como centro de armazenagem quanto como ponto de transferência de mercadorias, com todos os serviços de movimentação multimodal, além do gasoduto Brasil/Bolívia (OLIVEIRA, 2007 (a), p.50).

Destarte, esta Zona de Fronteira circundada pelos principais pólos industriais com mais de um milhão de habitantes: as cidades de Santa Cruz de la Sierra, Cochabamba e La Paz na Bolívia, Assunção no Paraguai, Salta e

Tucuman na Argentina, Arequipa no Peru, Campo Grande e Cuiabá no Brasil (MELO, 2005, p.38/9), ou seja, a mesma está inserida no chamado “Centro Oeste Sul-Americano”.

Condição que transforma a Zona de Fronteira em questão em centro de atração de pessoas. É provável que a Rodovia Bioceânica seja ensejadora de um aumento populacional significativo nesta fronteira, em consequência da ampliação de relações econômicas, comerciais e estruturais, possibilitado pela construção do modal rodoviário e da realização dos projetos governamentais e privados que tendem a integração e o desenvolvimento regional, principalmente aos que se referem à industrialização.

A Rodovia Bioceânica condiciona esta Zona Fronteiriça como ponto de passagem. Segundo Miranda (2009), a região está inserida no contexto dos “corredores da globalização”, condicionando as cidades que pertencem ao corredor bioceânico, o caráter de “cidades-corredores” para importações e exportações de grandes centros industriais como São Paulo e Santa Cruz de La Sierra.

Devemos destacar que a condição das cidades dessa Zona de Fronteira como “cidades corredores” já era evidente desde a metade da década de oitenta, devido a intensificação das relações comerciais entre São Paulo e Santa Cruz de la Sierra, que passaram a utilizar a rota das cidades fronteiriças para as suas atividades comerciais (OLIVEIRA, 2009 (b), p.36).

Assim, obras executadas no sentido de viabilização da Rodovia Bioceânica têm desencadeado tentativas de instalação de alguns empreendimentos, tanto do lado boliviano, a exemplo do complexo siderúrgico de Mutúm em Puerto Soares, como do lado brasileiro, o pólo minero-siderúrgico de Corumbá; a implementação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE), já criada no Senado brasileiro, assim como, a inserção da cidade do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado pelo governo federal, em 2007.

Os recentes investimentos da mineradora indiana Jindal Steel & Power, que pretende explorar as jazidas de minério da Morraria de Mutún, localizada na cidade de Puerto Suarez, com reserva estimada em 40 bilhões de toneladas de ferro e manganês, aumentam as expectativas do governo boliviano acerca das novas dinâmicas econômicas que tal projeto pode ensejar para o país.

Trata-se de um projeto e ações que evidenciam que a dinâmica fronteiriça poderá ser alterada com os seus importantes desdobramentos neste espaço fronteiriço.

O acordo Bolívia e Jindal Steel prevê a construção de uma rodovia transpantaneira que vai ligar Puerto Suarez a Puerto Busch¹⁰, na qual a Bolívia pretende escoar a produção de minério de ferro da siderúrgica que vai inaugurar em parceria com a mineradora indiana. Segundo Urt (2008):

Os indianos vão investir US\$ 2,1 bilhões na Bolívia e também são responsáveis pela construção da estrada, um projeto ousado, pois vai passar pelo chaco boliviano, uma região alagada. Estima-se que vão gastar R\$ 35 milhões na construção de um terminal de cargas em Puerto Busch e R\$ 100 milhões na construção da estrada. Segundo organograma traçado pelo Ministério de Transportes, a rodovia terá duas etapas – primeiro será construído o trecho Puerto Suarez-Mutún e em seguida Mutún-Puerto Busch (URT, 2008, p.01).

Evo Morales, ao discursar, em Arroyo Concépcion, distrito de Puerto Quijarro a moradores, sindicalistas, empresários, comerciantes da localidade afirmou: “Será nossa maior obra de integração nacional, pois teremos, via rio Paraguai, um caminho para o Oceano Atlântico” (URT, 2008, p.02).

Dessa forma, a Bolívia, por estar geograficamente localizada no centro do continente sul-americano enseja a atração de tais investimentos e seria integradora e facilitadora dos transportes e do comércio entre os países do seu entorno (SAMPAIO, 2008, p.233). Sendo seu território fundamental para o Brasil, já que se figura como a via preferencial para a conexão deste com o Pacífico, ligação que será ensejada, pelo menos no discurso, pelo Eixo Interoceânico (Rota Bioceânica) Brasil-Bolívia-Peru-Chile.

É preciso ressaltar que a rodovia Bioceânica para o governo brasileiro é a materialização de antigos objetivos. Albuquerque (2010) afirma que na atualidade os fundos brasileiros de desenvolvimento regional, que contemplam os projetos de infra-estrutura de transporte, energia e comunicação, não deixam de representar a realização das visões estratégicas de Mario Travassos (ALBUQUERQUE, 2010 (b), p.76).

¹⁰ Região que pretende servir para escoar a produção boliviana na Zona de Fronteira do Brasil com a Bolívia, a realização desse projeto pode proporcionar a exportação da produção de minério ou outros bens primários a partir de uma instalação portuária boliviana, vindo a resolver sua dependência dos portos localizados ao longo do rio Paraguai, sobretudo, daqueles que se encontram na cidade Ladário/MS no lado brasileiro da fronteira.

Travassos (1947) pregava uma estratégia de comunicações para o Brasil que girava em torno da influência brasileira na porção ocidental do continente, que incidiriam nas áreas de contato ao sul com o Uruguai e conseqüentemente a Bacia Platina, e mais ao norte, com os limites setentrionais da Amazônia, política que seria completada com a movimentação do país, cumprindo seu “destino geopolítico”, em direção ao oeste (TRAVASSOS, 1947, p. 244). Daí, no livro *Projeção Continental do Brasil*, a atenção especial para as vias terrestres de articulação entre o porto de Santos e Santa Cruz de La Sierra.

Lysias Rodrigues na década de 40 também defendia uma política de expansão para o Brasil baseada na criação de uma rede nacional-continental a partir das comunicações por todo o continente sul-americano (incluindo a aérea), com o objetivo de neutralizar possíveis instabilidades fronteiriças, originadas do que o autor denominou de “Punctum Dolens” da América do Sul, sobretudo, em Iguazu, a tríplice fronteira (Brasil, Argentina e Paraguai), na Bolívia, no triângulo geopolítico (Sucre-Cochabamba-Santa Cruz de la Sierra) e em Letícia, com a tríplice fronteira Brasil, Peru, Colômbia (RODRIGUES, 1947 *apud* COSTA, 1992, p.206).

Assim, alguns setores do Brasil serão um dos que se beneficiarão com a rodovia que atravessa o território boliviano, afinal o Eixo Brasil-Bolívia-Peru-Chile é parte do projeto IIRSA, que preconizada pelo governo brasileiro, possui investimentos advindos do BNDES, além de se constituir na materialização de um antigo projeto geopolítico do Brasil, que no passado nasceu com viés Realista da movimentação brasileira no continente sul-americano e que atualmente também possui o caráter da cooperação, ensejada pela conjuntura da globalização.

Espera-se que com esse projeto integracionista, pautado pela IIRSA (agora parte do COSIPLAN), que resultou na construção da rodovia (“La Carretera”), a Bolívia colha bons resultados. Nesse sentido, somente o fato da empresa indiana (Jindal Steel & Power) assinar com o governo boliviano um acordo que prevê a exploração das jazidas de minério de Mutum, ensejando a possibilidade da criação de um pólo minero-siderurgico na região de Puerto Suarez, gerando empregos, como também, a construção de um terminal de cargas em Puerto Busch, que pode vir a resolver o problema de insularidade do

país, já se constitui num avanço para a Bolívia no que se refere aos seus contatos com o cenário internacional (transnacionalizado), sobretudo, porque a Bolívia foi protagonista de grandes choques político-sociais ao longo desses últimos anos, ficando estigmatizada pela opinião pública internacional como instável.

Os desdobramentos sócio-econômicos desses e outros empreendimentos vão depender da dinâmica do Estado boliviano em agregar valores na sua produção e nas suas articulações políticas no plano regional. Por ora, seus recursos de poder o condiciona a desempenhar seu papel no contexto regional e mundial de forma limitada. Acerca dos recursos de poder é necessário um esclarecimento, em relação à utilização e a posse dos recursos de poder existe a distinção entre o poder potencial e o poder real. Pecequilo (2010) ressalta que:

O poder potencial representa qualquer recurso que exista em estado bruto, não podendo ser utilizado [...] refere-se ao poder que existe, mas que ao não ser transformado em algo prático não agrega valor ou capacidade [...] o poder real é aquele determinado pela capacidade de conversão, sendo passível de utilização para o exercício do domínio ou projeção. Quanto mais eficiente for a conversão de poder potencial em real, maior será a possibilidade de um Estado agir no sistema internacional (PECEQUILO, 2010, p. 57).

Mediante a essa definição podemos aferir que a Bolívia é um dos maiores produtores de matérias-primas, vide o exemplo do gás natural e das reservas de ferro e manganês das jazidas de Mutum, porém o processamento destas matérias-primas não é realizado no país, portanto, o Estado boliviano possui um poder potencial que não consegue converter em poder real, permitindo que outros (o caso da Jindal Steel) agreguem valor e consigam domínio a partir de seus recursos.

Quanto aos tipos de poder existe uma distinção entre o *hard* e o *soft and coercive power*, ou seja, respectivamente o poder “duro” e o poder “suave”:

Dentre os recursos de poder que associamos ao *hard power* encontram-se o tamanho e a geografia de um país, a sua localização e natureza das fronteiras (se são pacíficas ou conflituosas), a população de um Estado, referente a sua organização interna e estabilidade, quantidade e distribuição desta população no espaço, seu caráter e moral nacional (patriotismo), estado de preparação militar, recursos naturais e matérias-primas e, por fim, a capacidade industrial instalada [...] No outro extremo o *soft and coercive power* [...] relaciona-se ao poder do convencimento e das idéias, sendo suas principais fontes o desenvolvimento econômico, o conhecimento e tecnologia, a ideologia e cultura. São exemplos de poder *soft* a

flexibilidade, a adaptabilidade, a disseminação de valores, “a coca-cola e o jeans” (PECEQUILO, 2010, pp. 58/9).

O *hard power* denota a influência e importância prática de um Estado numa conjuntura específica, a partir dessa concepção teórica que distingue os poderes de um Estado, podemos perceber que a Bolívia, não possui um poder “duro” capaz de ditar regras nem no contexto regional e muito menos no global.

A Bolívia se constitui num dos países mais pobres da América Latina, cerca de 70% de sua população (8 milhões de habitantes) vivem na linha da pobreza e da extrema pobreza, intui-se assim, que em termos numéricos o seu mercado consumidor é relativamente baixo, em relação a sua organização interna e estabilidade, atualmente passa por um processo de reestruturação nas suas bases sociais e políticas.

Recentemente, um presidente de origem indígena foi eleito (Evo Morales), um acontecimento histórico para a Bolívia, devido ao grande número de indígenas no interior de sua sociedade, que levou o Executivo nesses últimos cinco anos a criar mecanismos de rupturas num sistema já pré-estabelecido, caracterizado por largas desvantagens a população indígena e que, de alguma forma, incomoda aqueles que dominam as estruturas de poder no país.

A mobilização do governo Morales no plano doméstico também gerou reflexos, não muito bem aceitos por alguns setores de outros Estados, inclusive do Estado brasileiro, sobretudo, no caso da nacionalização das bases da Petrobrás. A própria institucionalização da folha de coca gerou alguns protestos no âmbito internacional, fato que contribuiu para estigmatizar ainda mais a Bolívia como “instável”, e de certa forma, tal rótulo dificulta a inserção internacional do país, criando barreiras na atração de capitais e investimentos. A capacidade industrial instalada da Bolívia também não contribui para que influencie outros Estados, assim como muitos países da América do Sul, é grande exportador de matérias-primas, não possui um setor industrial que exporta produtos com valor agregado. Assim, seu poder de convencimento (*soft Power*) no sistema regional e internacional é quase nulo.

Como também é fato que exista um grande desconhecimento sobre a riqueza de sua cultura, podemos citar como exemplo, a idéia de que plantador de coca boliviano é sinônimo de “cocaíneiro”, ou seja, que todo plantador de

coca tradicional é traficante de cocaína. Dessa forma, como uma nação que ainda é desconhecida no interior da América do Sul, e na maioria das vezes por parte de meios midiáticos tem seus valores imateriais deturpados, pode influenciar ações de escala regional?

A Bolívia pode ser classificada como um Estado que possui um Papel local, que atua de forma limitada no cenário regional, mantendo sua soberania, que tenta preservar sua existência política e territorial. Seu território possui grande importância no ponto de vista prático e ideológico no processo de integração da América do Sul via IIRSA. Atua na estrutura Sul-Americana condicionada aos demais países com mais força, aliando-se para obter vantagens políticas e econômicas, como faz em relação ao Brasil. Durante o governo Lula (2003-2010), o apoio ao governo Morales (2006-) foi condicional, apesar de alguns conflitos pontuais envolvendo os dois Estados, não podemos esquecer que a proposta do Brasil é a integração.

Estabelecida a posição da Bolívia num contexto passado e no atual, acreditamos que, apesar de praticamente ser desprovida de recursos de poder, sua contribuição para o processo de integração dar-se-á, obviamente, a partir da “utilização” do seu território, seja no aspecto prático de escoamento da produção de baixo ou alto fluxo dos países Sul-Americanos (como também da produção da própria Bolívia), seja no aspecto ideológico desse processo que visa, primordialmente, reciprocidades de ação entre os Estados do continente.

3.2 1985 O ANO QUE MUDOU A HISTÓRIA POLÍTICA E SOCIAL DA BOLÍVIA: gênese do movimento cocalero

A Bolívia foi o primeiro país do continente sul-americano a adotar de forma mais aprofundada as políticas neoliberais. Tratando-se dessa temática, Emir Sader afirma que: “foi no combate a hiperinflação boliviana que Jeffrey Sachs pode testar os modelos de estabilidade monetária que depois foram exportados a países do leste europeu” (SADER, 2006, p.57). Estas práticas de combate a inflação na Bolívia fazem parte do processo laboratorial pelo qual passou a América Latina para as experiências do neoliberalismo.

A Bolívia é denominada por Perry Anderson como a “experiência-piloto” para o neoliberalismo pós-Guerra Fria. Souza (2004 (c)) em convergência com a afirmação de Anderson (1996) descreve como o processo se dá:

Este tratamento de choque foi preparado por Jeffrey Sachs para ser utilizado pelo general Hugo Banzer, mas quem ganhou as eleições de 1985 foi Paz Estenssoro, que adotou o plano na íntegra, e o então ministro da economia, Sanches de Lozada, depois presidente da Bolívia, conseguiu estancar uma hiperinflação de 23.500% para 10% ao ano. Sem levar em conta o aspecto social, o plano foi um fracasso (SOUZA, 2004 (c), p.207).

A afirmação de que no aspecto social o plano neoliberal na Bolívia foi um fracasso está relacionada à política econômica do país na década de 80 que promoveu um processo de abertura econômica, caracterizada por uma política monetária restritiva combinada com a eliminação no controle dos preços e o início das privatizações, além do fechamento das minas de estanho não-lucrativas (PINTO, 2008, p.185). O fechamento das minas promoveu a demissão de cerca de 23 mil trabalhadores do setor e de outros 50 mil funcionários públicos. Um impacto social muito grande, que promove o fim da estabilidade do emprego e uma onda de desemprego sem precedentes.

Sanches de Lozada, Ministro da Economia da Bolívia na época do evento, elucida como se deu a reação social acerca destas medidas econômicas do governo:

Assim que implantamos as medidas, tivemos uma greve geral; o país ficou parado dez dias em setembro de 1985 [...] No décimo dia, os líderes sindicais iniciaram uma greve de fome, que foi seu grande erro. Foi então que decidimos declarar o estado de emergência. [o presidente] Paz acreditava que o povo considerava a situação insustentável. Assim capturamos os líderes sindicais e os deportamos para o interior do país. Isso desarticulou o movimento trabalhista. Fechamos o Comibol, consórcio de mineração do Estado, e demitimos 24 mil trabalhadores, além dos cerca 50 mil funcionários públicos despedidos em todo país. Acabamos com a estabilidade do emprego (CHOSSUDOVSKY, 1999, p.206).

Esta situação descrita por Lozada ensejou o início do que entendemos como “um novo começo da história política e social da Bolívia”, estas medidas tomadas por parte do governo, ao invés de desarticular os movimentos trabalhistas, contribuiu para politizar o movimento camponês indígena. Processo que culminará no início do século XXI com a eleição de Evo Morales a presidência do país. Como explica Pinto (2008):

A desarticulação dos poderosos movimentos sindicais das minas foi condição necessária para a implementação do modelo neoliberal.

Entretanto, na década de 1990, a elite boliviana perceberia que tais medidas contribuíram para despertar forças sociais ainda mais poderosas: os ex-líderes sindicais acabaram indo trabalhar com os camponeses indígenas, aumentando sua conscientização e dando um caráter político ao movimento cocalero (PINTO, 2008, p.186).

Assim, a implantação das políticas neoliberais ensejaram o desencadeamento de um movimento contra-discursivo inimaginável as próprias elites que apoiaram o processo neoliberal no país. O traslado da conscientização política das áreas urbanas para o campo, ativou o movimento dos plantadores de coca, movimento que tinha como um dos líderes Evo Morales Ayma, presidente da *Federación de Campesinos Cocaleros da Bolivia* (PINTO, 2008, p.190). A federação que Evo Morales liderava, abrigava (e abriga) os plantadores tradicionais da coca, já que o plantio da mesma é uma atividade milenar no país, “a comercialização das folhas de coca têm um amplo, legal e legítimo mercado de consumo interno na Bolívia”, ressalta Pinto (2008).

A atuação do movimento cocalero, do MAS (*Movimiento al Socialismo*) e de Evo Morales no contexto nacional boliviano passa a ser mais contundente em decorrência dos projetos estadunidenses de erradicação do cultivo da coca na década de 90 (PINTO, 2008, p.188). Silva (2010, p.313) afirma que durante o governo de Hugo Banzer (1997-2001), houve uma promessa aos Estados Unidos de se acabar com o cultivo da coca num prazo de cinco anos, desencadeando inúmeros protestos dos agricultores. Dessa forma um intenso processo de repressão ao pequeno produtor se inicia.

É importante também ressaltar esse fato, pois com a implantação das políticas neoliberais no país, ocorreria uma expansão da narcoeconomia boliviana, principalmente porque as demissões em massa e a abertura comercial destruíram boa parte da economia nacional. Chossudovsky (1999) afirma que a liberação do mercado de câmbio por meio de leilão holandês (*bolsín*) foi acompanhada de medidas que conferiram legitimidade à lavagem de narcodólares no sistema bancário doméstico boliviano:

Introduziu-se o sigilo nas transações de câmbio (el secreto bancario) e estimularam-se o aumento de depósitos em dólar e a repatriação de capital para o sistema bancário doméstico. Taxas de juros extremamente altas (5% acima do Libor) contribuíram para atrair ‘depósitos de hot money’ para os bancos comerciais da Bolívia [...] Esses depósitos incluíram as receitas derivadas do comércio de drogas atribuídas a intermediários bolivianos. O sigilo bancário (‘sem perguntas’), as reformas do regime de câmbio, que permitiram o livre

movimento de dinheiro para dentro e para fora do país, juntamente com as altas de juros, estimularam os depósitos de narcodólares no setor bancário comercial boliviano (CHOSSUDOVSKY, 1999, p.209).

Esse processo nos leva a pensar até que ponto o tráfico de cocaína estava relacionado com o processo de reformulação do sistema financeiro engendrado pelo processo neoliberal na Bolívia. De acordo com as palavras de Chossudovsky (1999), “usando poderes conferidos pela legislação pertinente (Ley del régimen de la coca), o governo criou unidades móveis de patrulhamento rural (as UMOPAR - Unidades Móviles de Patrullaje Rural) nas áreas de produção de coca”. Havia indícios de que o programa norte-americano de erradicar totalmente o plantio da coca estava diretamente interessado em erradicar as ações dos produtores tradicionais, como também, a política “anti-coca” levou alguns setores da oligarquia boliviana a se apropriarem desse projeto.

Esta política repressiva aos produtores tradicionais é vista por Pinto (2008, p.188) como um dos fatores que contribuíram para aumentar as áreas de produção que tinham como objetivo utilizar a coca como matéria-prima para a produção de cocaína e posteriormente para sua exportação, ensejando um redirecionamento da mão-de-obra indígena para este tipo de cultivo. Assim surge dos governos neoliberais bolivianos a partir de 1985, ações que, supostamente, visavam à destruição do patrimônio cultural andino, enquanto a produção de droga para exportação não era suprimida.

Esta conjuntura propiciou a mobilização dos camponeses indígenas, liderada pela *Federación de Campesinos Cocaleros da Bolívia*, cujo principal protagonista era Evo Morales. *Federación* que a partir do segundo governo de Hugo Banzer (1997-2001), passou a apresentar programas que vislumbravam a erradicação dos programas norte-americanos, ou seja, de *cocaína cero* ao invés da *coca cero*, como prometera Banzer aos Estados Unidos (PINTO, 2008). As crescentes mobilizações lideradas pelo MAS, associadas aos camponeses indígenas conduziram Evo Morales a presidência da Bolívia em 2006.

A ascensão de Evo Morales ao poder máximo do cenário político boliviano é preciso ressaltar, coincide com a aproximação dos países sul-americanos no final do século XX e início do XXI, com objetivo de aglutinar

esforços na integração regional. Mas, na Bolívia as manifestações populares proporcionaram um choque entre duas tradições, à milenar dos povos originários e a das classes dominantes, a que se somavam interesses estrangeiros. A inserção do neoliberalismo na Bolívia engendrou um processo de processo de reestruturação social e política, na qual as mobilizações políticas de caráter funcional (profissional) cedem espaço para mobilizações de cunho étnico.

3.3 O MOVIMENTO COCALERO E OS SEUS SUJEITOS

A questão circunscrita ao movimento cocalero é significativa, pois envolve as práticas lícitas e ilícitas sobre o cultivo da coca e, sobretudo, porque diz respeito a um dos grandes problemas relacionados à segurança internacional no período pós-Guerra Fria. É preciso esclarecer que o cultivo desta planta não é somente para a produção da cocaína.

Enfatizamos tal fato porque é necessário deixar à evidente que os *cocaleros* tradicionais da Bolívia não podem ser confundidos com os traficantes que produzem a coca para transformá-la em pasta de cocaína e comercializá-la ilicitamente, tal visão seria uma ofensa ao patrimônio cultural dos povos Andinos que cultivam e consomem a folha de coca desde o século II antes de Cristo (PINTO, 2008, p.187), como também, contribui para o não entendimento do movimento político engendrado pelos grupos indígenas que se articularam para contrapor os projetos neoliberais e seus impactos negativos.

Ressaltamos que o objetivo de grande parte dos produtores da folha de coca na Bolívia, assim como do governo Morales era criar mecanismos que possibilitassem transformar o comércio da folha de coca em fonte rentável de geração de divisas para o país, principalmente porque a coca é utilizada como matéria-prima para fabricação de bens não-duráveis industrializados considerados legais.

Segundo Uriarte & Brotas (2007) existem outros fins para a folha de coca:

O movimento “cocalero” propõe industrializar a coca boliviana, produzindo a partir dela o que se chama de “*smart drink*” (bebidas inteligentes de memória, energia e poder), mates, doces, chicletes, sorvetes, pastas de dentes, pomadas, tônicos, etc., além dos usos

medicinais há décadas já demonstrados, porém pouco veiculados para o grande público (URIARTE & BROTAS, 2007, p.16).

Os autores também ressaltam:

Há muito tempo foram comprovados os seguintes usos medicinais da folha de coca: como regularizador de glicose no sangue e favorecedor da absorção de carboidratos (a farmacopéia andina recorreu sempre à coca como o melhor remédio para a diabetes e regulador do metabolismo dos açúcares), como tratamento parcialmente eficaz dos dependentes de cocaína usando a mastigação, como estimulante substituto para curar dependência de anfetaminas, a cocaína pura é hoje insubstituível na cirurgia intra-ocular e outras especialidades cirúrgicas de alta precisão, para dores e espasmos gastro-intestinais; como antidepressivo, para enjôos e vertigem, para o tratamento sintomático da dor de dentes e feridas nas cavidades bucais; como tônico e regularizador das funções corporais (URIARTE & BROTAS, 2007, p.16/7).

Podemos assim observar a importância da folha de coca e do movimento *cocalero* para a Bolívia na trajetória de reconstruções políticas, sociais e, segundo o discurso governamental, econômicas. Processo que tem como base os fatores de identidade, e que ganharam força a partir das ações políticas do governo Morales em torno do mercado legal para o seu comércio.

É imperativo destacar que a “política étnica” na qual se sustenta o MAS, origina-se em decorrência do processo histórico de exclusão social e étnica que se desenvolvera no país ao longo desses últimos anos. A sociedade boliviana pode ser classificada como um *povo-testemunho*, caracterizada e integrada “pelos sobreviventes de altas civilizações autônomas que sofreram o impacto da expansão européia” (RIBEIRO 2007, p.79). O Estado boliviano, mesmo depois de sua fase republicana, lida em termos de continuidade histórica com a colônia, dominada pelas elites mestiço-crioula, brancas, que durante os séculos XIX e XX construiu, reinventou e adaptou ao longo dos tempos formas e projetos de extermínio cultural, exploração econômica e exclusão política dos povos indígenas (TEIXEIRA, 2009 (a), p.13).

De acordo com Teixeira (2009) a instalação das políticas neoliberais na Bolívia e adoção de projetos econômicos nesses moldes, além da diminuição da renda, desemprego, subemprego (cerca de 68% da força de trabalho passou a inserir-se na economia informal), ocorreu um processo de reclassificação social em todos os setores. As identidades no campo e também nas cidades, expressas em termo de classes sociais e funcionais, como a operário-mineira ou a campesina, teriam cedido lugar as identidades “étnicas”,

por exemplo, quéchua e aimará. Fato que contribuiu para o fortalecimento dos laços comunitários e de parentesco:

A partir de então, o associativismo comunal indígena, organizado em movimentos sociais e políticos, articulou-se no contexto do altiplano, adquirindo ampla capacidade de mobilização popular e de reivindicação junto ao Estado (TEIXEIRA, 2009 (a), p.15).

Essa conjuntura propiciou o fortalecimento dos movimentos políticos na Bolívia com base nas questões de identidade e com a eleição de Evo Morales, algumas ações por parte do seu governo foram realizadas na tentativa de mitigar as precarizações sociais da população indígena no país. Por exemplo, no seu primeiro mandato efetuou-se uma mudança na superestrutura jurídica do Estado boliviano com a promulgação de uma Nova Constituição, que afirma o caráter multiétnico e pluricultural da Bolívia, valorizando o plurilinguismo na escola e instituições oficiais, assim como, o fortalecimento dos direitos comunitários (TEIXEIRA, 2010 (b), p.08).

As políticas do governo Evo na tentativa de atender as demandas da população indígena foram de encontro aos interesses da elite “branca”, dessa forma, foi comum durante o primeiro mandato de Morales (como ainda é) os setores “brancos” se posicionarem contra a inclinação do MAS em prol das comunidades indígenas produtoras da folha de coca. Um exemplo dessas contradições está no posicionamento de alguns setores da imprensa boliviana alinhada à elite “branca” e opositora ao governo Morales e aos plantadores de coca.

Estudando essa temática Urpi Montoya Uriarte & Antônio Marcos Pereira Brotas afirmam: “a própria imprensa boliviana desvirtua propositalmente pintando a imagem de drogados, mafiosos, sem ética, narcotraficantes” (URIARTE & BROTAS, 2007, p.16). Este é um típico discurso indigenista interpelativo que tenta esteriotipar alguns setores da comunidade indígena (nesse caso faz alusão aos plantadores de coca), sendo resultado das disputas pelo poder na Bolívia contemporânea.

É preciso ressaltar que o indigenismo, que não é o mesmo que indianismo trata-se de um recurso “intelectual e político por meio do qual setores dominantes (brancos e mestiços) abordaram a problemática dos índios desde o prisma de seus interesses e valores” (GIRARDI, 2009, p.25). Para Spinelli Junior (2010) o indianismo consiste numa construção “discursivo-

ideológica que resulta de um processo de politização da cultura, e expressa um esforço que visa a transformação de estruturas sociais e políticas”.

O movimento cocalero está inserido nas manifestações de cunho indianista na qual o MAS encabeçou e conseguiu juntamente com Morales ascender ao governo na Bolívia. Conjetura que obviamente incomoda as elites “brancas” do país que há anos tenta reduzir a presença étnica a um traço cultural “que deve ser eliminado (isto é, transfigurado em categorias sociais mais palatáveis a projetos de modernização, como por exemplo, a categoria campesina) ou embotado por força de expedientes de folclorização étnica” (SPINELLI JUNIOR, 2010, p. 3).

É preciso ressaltar que tanto os discursos indigenistas e indianistas criam estigmas, afinal ambos possuem um caráter político, e nos discursos circunscritos a esfera política, geralmente em nome de suas posições ideológicas, ocorrem algumas omissões. No caso dos discursos dirigidos aos plantadores de coca, alguns setores da imprensa boliviana ao vincular a imagem de “criminoso” ao cocalero indígena, não mencionaram que em gestões anteriores ao do indígena Evo Morales, as discussões sobre o comércio lícito e ilícito da coca já apareciam na agenda de governos ligados a elite “branca” boliviana.

As políticas de combate e aceitação moderada da produção da coca foram oficializadas no governo de Paz Estenssoro em 1988, ou seja, quase vinte anos antes de Morales se tornar presidente, já existiam articulações políticas relacionadas à produção da coca para fins lícitos e ilícitos no país, e na segunda situação para combater o seu comércio:

Em 1988, no governo de Paz Estenssoro, cria-se a “lei do regime da coca e substâncias controladas”. Entre 1982 e 1988 se instalaram as bases para combate à “coca excedentária”, através da implementação de infra-estrutura, treinamento e militarização dos organismos que se encarregariam disso (com apoio total norte-americano) (URIARTE & BROTAS, 2007, p.15).

Como também, a exportação da folha de coca boliviana para o mercado externo acontece desde a década de 1970:

Na década de 70, 92% da produção da exportação boliviana de folha de coca ia para a Argentina, e o 8% restante se exportava aos Estados Unidos para abastecer a demanda da Coca-Cola Company. Em 1989 Argentina aprovou uma nova legalização da posse e consumo, que negava a anterior, de 1977, que a proibia (interrompida em 1977 com a ditadura militar). Assim, desde 1989, as exportações

bolivianas de folha de coca para o norte argentino não param de aumentar (URIARTE & BROTAS, 2007, p.16).

Todavia, convencionou-se pensar que o narcotráfico na Bolívia nasce com a ascensão do MAS e de Evo Morales a presidência do país. Criou-se uma visão pejorativa de que todo cocalero boliviano indígena é traficante de cocaína. Esse paradigma preconceituoso, passou a ser intensamente propagado pela mídia internacional, depois que o MAS e Morales anunciaram a criação do Vice-ministério da Coca e do Desenvolvimento Integral (URIARTE & BROTAS, 2007, p.16). A institucionalização da folha de coca estava absolutamente atrelada ao projeto político de Morales que consistia na separação total da planta da lista de “substâncias controladas” (o que implica na sua interdição, controle e erradicação), como também, não deixava de ser uma articulação do governo para ganhar fortalecer as bases políticas em oposição às elites.

A agenda política do MAS pautada na tentativa de resgatar a cultura indígena e todas as suas potencialidades, dava-se em decorrência de processos que desde a segunda metade do século XX se apresentavam antagônicos as práticas culturais e econômicas do camponês boliviano e andino. Algumas questões estavam dotadas de arbitrariedades, que agrediam a própria história de existência dos plantadores da folha de coca. Uriarte & Brotas (2007) destacam que em 1950, ao ser formada uma Comissão das Folhas da Coca das Nações Unidas, fora emitido um parecer proibindo o cultivo da coca no Peru, na Argentina e na Bolívia:

A partir desse Informe, iniciou-se um consenso acadêmico em relação à nocividade da folha da coca e o ato de mastigá-la passou a ser enxergado como um vício étnico, restrito quase exclusivamente à população indígena andina, considerada por sua vez em processo inevitável de extinção. É bom salientar que essa Comissão omitiu toda pergunta à população mastigadora; assim, os supostos efeitos da coca sobre o corpo e mente foram uma série de pré-julgamentos, especulações, etnocentrismo e preconceito racial: a mastigação provocaria “alterações psíquicas”, “introspecção”, “prostração moral”, “escassa capacidade de atenção” e, portanto, “grande prejuízo econômico” (URIARTE & BROTAS, 2007, p.15).

Na década de sessenta também ocorreu a Convenção Única de Estupefacientes, na qual os governos se comprometeram a erradicar o cultivo de coca e o hábito de mastigação num prazo de 25 anos (URIARTE & BROTAS, 2007, p.16). Mas, que direito tem uma Comissão ou Convenção de

erradicar uma caracterização cultural, de classificar o ato de mascar (chacchar) a coca um “vício étnico”? Se existem fins lícitos para a produção da folha de coca, por que estigmatizar o camponês indígena boliviano? Por que impedi-lo de desenvolver suas atividades produtivas?

Pensamos que existindo um mercado legal em que se destina a produção desse arbusto, nenhum outro Estado ou instituição pode impedir o desenvolvimento econômico dos grupos pertencentes a uma nação que utiliza de suas potencialidades históricas para um remogar, seja qual for à atividade (dentro dos padrões de licitude). Logicamente que o “não-aceitar” de alguns setores e/ou instituições tem sustentação no fato de que as sociedades que compõem os Estados se constituem de forma heterogênea, visto suas populações estarem ligadas a grupos com interesses políticos diferenciados. Sabemos que a folha de coca dá origem a um dos entorpecentes mais danosos e destruidores das sociedades contemporâneas, mas é necessário que não se omita as outras derivações da folha de coca e que são legais.

Nossa intenção não é criar uma retórica que possa parecer apologética a disseminação do ilícito, e longe de afirmar que o produtor indígena não é capaz de se envolver no processo ilícito de fabricação da pasta de cocaína, até porque como afirma Lia Osório Machado:

[...] os laboratórios de cocaína, em si mesmo bastante simples, não podem ser localizados em áreas muito distantes das zonas de produção, pois o volume de pasta de coca exigiria a mobilização de um sistema de transporte acoplado a um sistema de segurança que encareceria o produto já no primeiro estágio (MACHADO, 1996, p.28).

Assim, é axiomático que algumas comunidades indígenas e não-indígenas estão envolvidas no processo de fabricação da cocaína, logicamente, que os motivos são múltiplos, não cabe aqui discuti-los, assim como generalizações do tipo “nem todo cocalero tradicional é traficante”, não contribuem para o entendimento da realidade. O que não pode ocorrer são deturpações ao processo histórico que é inerente ao Estado boliviano e que também influência os discursos acerca da folha de coca na produção de bens lícitos ao mercado de consumo.

3.4 OS ANTAGÔNICOS “DISCURSOS”

Em 2006, a *BBC.com* divulgou que um grupo de deputados do Parlamento Europeu declarou apoio a campanha do deputado boliviano Dionício Nuñez, líder da Campanha Coca e Soberania. Este fato coincide com a aprovação no Parlamento Europeu, em dezembro de 2004, de um relatório do deputado comunista italiano Giusto Catania, propondo a mudança da política europeia sobre as drogas: “A proposta recomenda à União Europeia a investigação sobre os possíveis usos medicinais e alimentícios da coca, do ópio e da maconha” (WASSERMANN, 2010, p.2).

Sobre a mobilização de Dionício Nuñez, o deputado francês Alain Lipietz, presidente da delegação do Parlamento Europeu para relações com os países da Comunidade Andina, declarou que:

O consumo da coca, além de ser legal em muitos países sul-americanos, é totalmente inofensivo para os seres humanos, mas infelizmente a planta foi colocada na lista de substâncias proibidas pela ONU [...] é um paradoxo o fato de um dos componentes do refino da cocaína, que é a coca, estar na lista de produtos proibidos, enquanto substâncias químicas que também são usadas na fabricação da droga serem perfeitamente legais (WASSERMANN, 2010, p.2).

O deputado francês ainda considera que os países andinos poderiam obter ganhos econômicos com a possibilidade de comercializar produtos à base de coca. Além disso, segundo ele, isso daria à produção um uso legal, evitando que os produtores tenham como única opção vender seus excedentes para os laboratórios clandestinos de refino de cocaína (WASSERMANN, 2010, p.2).

Esta ação do deputado boliviano, que é um líder cocalero na região boliviana dos Yungas, demonstra os esforços do movimento cocalero para conseguir a separação total da planta da lista de “substâncias controladas”, o que implica no seu controle e erradicação. É importante frisar que o apoio dos deputados europeus, está inserido num contexto ideológico-partidário que converge tanto para o MAS quanto para os primeiros, já que o citado relatório sobre a mudança da política europeia sobre as drogas provém do partido comunista italiano, fato que vai ao encontro as origem do MAS, também, como partido de esquerda.

Referimo-nos ao aspecto político desta questão, pois se existem sujeitos externos que convergem com o MAS e o movimento cocalero, é natural que também ocorra uma oposição aos mesmos no ambiente político externo a Bolívia. No dia 26 de maio do ano de 2010, José Serra, então governador de São Paulo, declarou que havia um suposto envolvimento do presidente boliviano Evo Morales com o tráfico de cocaína para o Brasil. Para Serra, 90% da cocaína consumida no Brasil é boliviana e Morales não faz o “controle desse contrabando” (MAIEROVITCH, 2010, p.2).

Tal declaração pode ser entendida como um posicionamento político de oposição, o PSDB foi a principal oposição ao governo Lula, que manteve boas relações diplomáticas com o governo Morales (apesar das restrições), como também, tal declaração revela uma das preocupações com o comércio mundial de drogas ilícitas que atinge a Bolívia e o Brasil.

Mesmo assim, não é coerente um estadista acusar outro, sem as devidas análises. Por que fazer tal observação? A discussão que estamos realizando circunscrita ao movimento cocalero e a inserção da Bolívia no cenário regional e internacional de forma mais positiva, não remete somente as aproximações econômicas do projeto integracionista do continente sul-americano, um dos objetivos de nossa parte é contribuir para a de desmistificação de pareceres pejorativos sobre a Bolívia e o continente Latino-Americano, sobretudo, porque o projeto integracionista deve visar à aproximação entre os povos, assim devemos conhecer também a história do “outro”.

Tomamos a declaração do candidato do PSDB nas últimas eleições presidenciais no Brasil como exemplo, porque assim podemos verificar o quanto a questão do tráfico de drogas ilícitas é complexa na América do Sul e pode interferir nos processos políticos. A exacerbação dos discursos sobre o cultivo e comercialização da folha de coca leva-nos a pensar, novamente, nas questões relativas às “descontinuidades políticas” do continente. Sendo os Estados boliviano e brasileiro passíveis as mudanças políticas em decorrência do fato de serem conduzidos pelo viés democrático de suas instituições, as orientações de ordem políticas no processo de integração, dependendo do governo, podem ser alteradas futuramente.

Devemos também frisar que muitas das substâncias químicas utilizadas juntamente com a coca para a produção da cocaína são originadas de outros países, inclusive do Brasil. Segundo Wálter Maierovitch, colunista da Carta Capital e desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo e presidente/fundador do Instituto Brasileiro Giovanni Falcone de Ciências Criminais:

Serra não sabe que para a elaboração do cloridrato de cocaína, a partir da folha de coca, são necessários insumos químicos: éter, acetona etc. A Bolívia não tem indústria química e o Brasil é o maior fornecedor de precursores químicos para os refinadores bolivianos de cocaína. (MAIEROVITCH, 2010, p.2).

Partindo das declarações do então candidato a Presidência da República José Serra, se 90% da cocaína consumida no Brasil se origina da Bolívia, tal empreendimento tem participação do próprio país que se dispunha futuramente a governar, já que o Brasil é um dos principais fornecedores de produtos químicos que corroboram na fabricação da cocaína e posteriormente no seu comércio e, inclusive, as principais indústrias químicas do Brasil, se localizam em São Paulo, Unidade federativa em que fora governador até o início do ano de 2010. Maierovitch (2010) em relação à última assertiva ressaltou: “A dupla via não é percebida por Serra, apesar de pagamentos de muitos ‘pedágios’”.

O Brasil, como podemos observar, é um dos principais fornecedores de produtos químicos que contribuem na fabricação da cocaína. As palavras de Marcelo Lopes de Souza ajudam-nos a reforçar a análise do desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo:

O Brasil inscreve-se no cenário internacional da economia das drogas de múltiplas maneiras: como país de trânsito cada vez mais importante, como fornecedor de matérias-primas industriais para a produção de cloridrato de cocaína (éter sulfúrico, acetona, ácido clorídrico), como produtor (produção crescente, apesar de ainda modesta, de coca e cocaína, sem contar o tradicional plantio da maconha) e como consumidor (SOUZA (d), 1996, p.427).

Verifica-se a partir de Souza (1996 (d)), que o Brasil exerce um papel importante no tráfico internacional, como consumidor, produtor e fornecedor de matérias-primas industriais para a fabricação da cocaína. Dessa forma, nem estadistas, nem organizações, nem ninguém, pode engendrar análises precipitadas sobre processos históricos e complexos sem aglutinar os vieses que circundam o desencadeamento dos fatos. Principalmente sobre a Bolívia

que passa por um processo de “remoçares” político e social, e que está tentando reconstruir a “sua história” e a “sua história” com as outras nações. Ao analisar o “outro” temos que ser flexíveis, temos que ser capazes de observar todos os ângulos possíveis, para evitarmos insinuações xenófobas e etnocêntricas.

Assim, a partir dessa discussão sobre os diferentes discursos referentes ao movimento cocalero, observa-se o quanto é problemática a questão concernente a esse movimento e ao comércio de produtos lícitos e ilícitos advindos da folha de coca. Da parte do governo boliviano, ligado aos grupos indígenas que tem na folha da coca uma fonte de renda, desencadeou-se um movimento com o objetivo de auto-identificação cultural e valorização, ao que se refere, a ser indígena como resultado de anos de segregação étnica e social na Bolívia.

Num oposto existe a realidade que envolve os problemas sociais causados pela cocaína, cuja matéria-prima é a folha de coca, e que concomitantemente, alimenta determinados discursos políticos que surgem, não somente porque há um objetivo de se estigmatizar o cocalero boliviano, mas, a nosso ver, porque, sobretudo, apesar do movimento cocalero possuir significações culturais explícitas de auto-afirmação na Bolívia, ele é, acima de tudo, um movimento político.

Logicamente que apesar da “ressocialização” do Estado Boliviano a partir do movimento cocalero e o seu discurso de combate a espoliações domésticas e externas, o atual governo da Bolívia não se encontra, todavia, livre de conflitos sociais devido à chegada de Evo Morales ao governo (o massacre de Pando e o conflitos decorrentes da reforma agrária promulgada pelo governo são exemplos), cabe também lembrar que os setores oposicionistas ainda mantêm representação política e organização (TEIXEIRA, 2010 (b), p.7/8).

Assim os “discursos” políticos podem ser materializados conforme a realidade em que se vive e de acordo com os interesses que se quer alcançar, até porque através dos mesmos se identifica de que lado os sujeitos estão e como podem atuar, e de que forma a empiria vai reagir ao que o discurso um dia propôs e ao que se propõe.

O movimento cocalero na Bolívia, abriga esses pressupostos, a exteriorização do movimento indígena no país para outras partes do mundo, encabeçada pelo MAS, é um evento histórico, não porque seria um partido de esquerda, com fundamentação nas bases étnicas, que em algum momento desregulou uma elite neoliberal. É surpreendente porque demonstra-nos o quanto alguns setores da mídia, das esferas governamentais diversas, das instituições em geral, de muitos setores da sociedade ainda precisam aprender sobre o “outro”, a cultura do “outro”, os caminhos e descaminhos que escrevem as estórias e histórias do “outro”, por mais que tentemos estereotipar determinados sujeitos, os eventos sempre tendem a desconstruir as “verdades” que são impostas, pois o Homem e suas ações sempre caminham em conjunto, e sempre serão dotados e construídos por suas ações.

3.5 MORALES VERSUS A PETROBRÁS: A nacionalização dos hidrocarbonetos na Bolívia

O dia primeiro de maio de 2006 foi de extrema importância para as reorientações econômicas, comerciais e políticas entre os Estados do Brasil e da Bolívia. Trata-se da data em que o presidente, Evo Morales, decretou a nacionalização da produção e exploração de gás e petróleo no país, medida que atingiu diretamente a Petrobrás, pois a estatal brasileira possuía no momento do ato de nacionalização, US\$1,6 bilhão em investimentos no país andino (CAIADO, 2006, p.1). A nacionalização do gás natural e do petróleo era uma tentativa de redefinir os parâmetros de comercialização dessas matérias-primas no mercado interno e externo, e dar ao Estado boliviano o controle sobre as atividades produtivas que estavam circunscritas a esses setores. Recorrendo a Caiado (2006):

De acordo com o Decreto Supremo nº 28.701 de nacionalização do gás, apresentado por Evo Morales, todas as companhias estrangeiras de petróleo em operação na Bolívia devem entregar 51% do controle da empresa ao governo boliviano num prazo máximo de 180 dias. A Yacimientos Petrolíferos Fiscales de Bolívia (YPFB), empresa estatal boliviana, assume, como representante do Estado, a comercialização dos hidrocarbonetos, definindo condições, volumes e preços, tanto para o mercado interno como para a exportação e industrialização. Além disso, o governo ainda declarou que as companhias que operarem nos campos de San Alberto e San Antonio, os dois maiores campos de extração, terão direito apenas 18% da produção. Ou seja, jazidas que operarem com produção diária superior a 3 milhões de

metros cúbicos terão uma taxa extra de 32% sobre o valor da produção (CAIADO,2006,p.01).

O decreto nº 28.701/2006 apresentou-se de forma desfavorável para a Petrobrás, pois houve um aumento nos impostos, fato que afetou a rentabilidade dos seus ativos. A carga tributária sobre os campos mais lucrativos passava de 50% para 82%, o que a levou a declarar que todo e qualquer investimentos a serem realizados na Bolívia seriam cancelados:

Rio de Janeiro, 3 de maio de 2006 – PETRÓLEO BRASILEIRO S/A – PETROBRAS [...] uma companhia brasileira de energia com atuação internacional, comunica que, como consequência do Decreto de Nacionalização 28.701 da República de Bolívia, tomará todas providências para:

- Defender os interesses da Petrobras através de negociações com as autoridades bolivianas e por todos meios legais e em todas instâncias na Bolívia, e internacionalmente;
- Suspender todos novos investimentos naquele País bem como aqueles relacionados ao gasoduto Bolívia-Brasil (GASBOL), inclusive cancelando sua participação no concurso público corrente visando sua ampliação;
- Iniciar imediatamente estudos visando diversificar suas fontes de suprimento, incluindo a possibilidade de implantação de unidade(s) de re-gaseificação de GNL (<http://www.petrobras.com.br/ri>, acessado em 18/12/2010).

Esse “clima” de tensões foi palco para inúmeras críticas por parte de vários setores da sociedade brasileira. Surgiram discursos de repúdio advindos da imprensa, dos partidos da oposição ao governo Lula, dos empresários do setor industrial da região Sudeste, os maiores interessados em uma não modificação dos acordos que regiam a compra do gás boliviano. Mas, as críticas se aprofundaram quando o presidente Luís Inácio Lula da Silva afirmara que a Bolívia estava agindo dentro dos seus direitos ao nacionalizar as reservas de gás (CANÊDO, 2006, p.4).

Esta declaração não foi na época do evento muito bem interpretada, porque num primeiro momento era antagônica as declarações de José Sergio Gabrielli, presidente da Petrobrás, que estava disposto a cancelar os investimentos na Bolívia. Tornava-se público assim uma divergência entre o setor Executivo do Brasil e o presidente da estatal brasileira.

O fato de o presidente brasileiro ter lidado com a situação de forma “passiva” e declarar através de nota oficial do Palácio do Planalto que reconhecia a decisão soberana da Bolívia, além de vir ao público uma

contradição entre os Executivos do Estado brasileiro e da Petrobrás, desencadeou-se por parte de alguns setores da imprensa brasileira um exacerbamento nacionalista, e um clima de que havia uma crise entre Brasil e Bolívia. A revista *Isto é* no dia 10 de maio de 2006 publicou a seguinte matéria: “Tic, tac, tic... buum. Explodiu o nacionalismo populista de Evo Morales: num golpe de caneta, ele nacionalizou o gás, o petróleo, expropriou a Petrobrás e humilhou Lula”. A revista numa tônica bem sensacionalista enfatizava a conjuntura que se desenrolava:

A notícia estourou como um ato de guerra contra o Brasil. No feriado de 1º de maio, sem prévio aviso diplomático e cercado por militares armados, o presidente da Bolívia, Evo Morales, invadiu o campo de produção de gás da Petrobras de San Alberto, no sul do país, e anunciou a nacionalização do setor de hidrocarburetos – gás e petróleo. Como um homem-bomba, numa só detonação ele atingiu os interesses econômicos e comerciais da maior empresa brasileira, espalhou deste lado da fronteira o temor do desabastecimento energético e colocou em xeque a diplomacia do presidente Lula [...] Esperava-se do presidente Lula uma reação à altura da rajada de provocações de Morales. Para estupefação do País, no entanto, ele escolheu uma linha extremamente suave. “Não tem crise Brasil-Bolívia. Existirá o ajuste necessário de um povo sofrido e que tem o direito de reivindicar maior poder sobre a riqueza que tem”, disse Lula [...] O problema é que esse “ajuste necessário” vai incluir, obrigatoriamente, um aumento no preço do gás que a Bolívia vende ao Brasil. O mesmo gás que responde por 70% do abastecimento industrial de São Paulo e 50% do total consumido no País, incluídos aí o conteúdo dos botijões das cozinhas brasileiras e das grandes tubulações industriais (ALVES FILHO & STUDART, 2006, p.1).

O conteúdo dessa matéria além de criticar a postura presidencial, enfatiza o quanto tal medida do governo Morales prejudicaria as indústrias de São Paulo e a Petrobrás, como se tais empresas e a Petrobrás representassem majoritariamente a população brasileira e como se todas as regiões fossem beneficiadas com os seus lucros. O que não se percebe nesse discurso que cobriu o evento da nacionalização, são os motivos que levam o governo brasileiro a adotar uma postura conciliatória. Tocamos nessa questão, pois para muitos são desconhecidos os trâmites que reorganizaram as relações entre os governos brasileiro e boliviano com a nacionalização das bases da Petrobrás, e os motivos que os levou a adotar tais posturas (a Bolívia em nacionalizar empresas privadas e o governo do Brasil em não proferir sanções a primeira).

Devemos ressaltar também que a retórica anti-Morales, anti-Bolívia e anti-Lula por parte da imprensa brasileira acerca da conjuntura circunscrita a

nacionalização do gás, ganhou ensejo devido as próprias declarações de Evo Morales à respeito da Petrobrás. Segundo Canêdo (2006, p.1) durante a IV Cúpula da União Européia, América Latina e Caribe, realizada de 11 a 13 de maio de 2006, em Viena, Morales declarou que as empresas que atuavam no setor petrolífero da Bolívia e que tiveram recuperado o capital investido por meio dos lucros de exploração e comercialização das reservas bolivianas não teriam direito a nenhuma indenização. Ressalta-se também que: “Dentre essas empresas se encontraria a Petrobrás. No que se refere especificamente à estatal brasileira, Morales declarou ainda que a empresa operava de maneira ilegal na Bolívia, agindo como contrabandista do gás boliviano” (CANÊDO, 2006, p.1).

Foram declarações contundentes, que num primeiro momento sempre causam temores e principalmente dúvidas à respeito das legitimidades que envolviam o governo boliviano. Por isso, de certa forma, a matéria da revista *Isto é* deu enfoque ao discurso de Evo Morales, “Acabou o saque das empresas estrangeiras”. Mas o fato é que estas declarações foram recebidas com indignação pela Petrobrás, cuja direção, em resposta as críticas do presidente boliviano, afirmou que sua presença na Bolívia seria decorrente de acordos bilaterais firmados entre os governos dos dois países (CANÊDO, 2006, p.2). Esses acordos foram responsáveis pela construção do gasoduto Brasil-Bolívia, e seriam responsáveis pela construção do gasoduto do sul-americano.

O decreto de nacionalização do setor de hidrocarbonetos na Bolívia apresentou-se muito mais complexo do que aparentava, pois não se tratava somente em se resolver a questão das “expropriações” aos investimentos da Petrobrás, estava em jogo todo um processo que se construía e que consistia na integração política, econômica, social do continente sul-americano. O estreitamento das relações entre os Estados Sul-Americanos estava em pauta, assim havia por parte do governo brasileiro, certo zelo para que maiores retaliações não ocorressem à Bolívia. A princípio, não seria viável que os interesses da Petrobrás fossem prioritariamente levados em consideração.

O decreto nº 28.701, que nacionalizou os hidrocarbonetos na Bolívia, fora conseqüência da vontade da população boliviana, e absolutamente respaldada pelo direito internacional, através da resolução 1.803 da

Assembléia Geral das Nações Unidas. Sobre tal afirmativa vamos nos apoiar em Uriarte & Brotas:

O decreto boliviano do governo Evo Morales está respaldado na Constituição boliviana de 1967 e na lei de hidrocarbonetos de 2005, que é o resultado de um plebiscito junto ao povo boliviano realizado em 2004. No âmbito do direito internacional, a medida está igualmente respaldada: a resolução 1803 da Assembléia Geral das Nações Unidas garante às nações a soberania dos recursos naturais e seu direito a reclamar sua nacionalização (URIARTE & BROTAS, 2007, p.2).

Urge ressaltar que nem a imprensa, os empresários brasileiros, e nem os outros setores estrangeiros que também foram atingidos pelo mencionado decreto de nacionalização, ao levarem o ocorrido aos meios de comunicação omitiram para a sociedade de seus respectivos países que esta resolução existia, e muito menos, que o ato de nacionalização do governo Morales estava respaldado pelo direito internacional. Dessa forma, tal decreto, sendo resultado de uma vontade popular, era necessário que as partes envolvidas (Brasil e Bolívia) analisassem a questão com muita cautela e zelo, para que as acusações que ocorreram de ambos os lados não desvirtuassem o objetivo maior que era o processo de integração continental.

Imaginemos se fosse uma situação oposta, a nacionalização viesse por parte do Estado brasileiro, como consequência da vontade da população brasileira, de que maneira a cobertura do evento por parte da imprensa nacional dar-se-ia? O que estamos querendo dizer é que este episódio foi engendrado pelo governo boliviano devido aos resultados de um processo democrático. Nesse sentido, passar por cima disso, como alguns setores no Brasil queriam, e sem a compreensão do processo em sua totalidade, seria um ato de desrespeito a sociedade boliviana, e fundamentalmente, uma afronta ao processo integracionista, que inclui o povo boliviano.

Boaventura de Souza Santos apresenta-nos alguns motivos para que o Decreto nº 28.701, que ensejou a nacionalização do gás, fosse posto em prática:

Em primeiro lugar, porque ela foi uma das promessas eleitorais que levaram ao poder o Presidente Evo Morales. Se as promessas eleitorais não forem cumpridas, o que tem vindo a ser recorrente no continente, a democracia representativa deixará a prazo de ter qualquer sentido [...] A segunda razão para saudar esta medida é que se a democracia não é sustentável para além de certo limite de exclusão social, podemos dizer que a Bolívia está próximo desse limite, já que cerca de metade da população vive com menos de um

euro e meio por dia [...] A terceira razão para saudar o decreto do Presidente Morales é que esta nacionalização é muito moderada (não envolve expropriação) e visa repor a segurança jurídica, que deve ser um dos pilares da democracia (SANTOS (d), 2006, p.33/4).

Veja bem, caso Morales não cumprisse com o que fora prometido durante a campanha, provavelmente, a população boliviana mobilizar-se-ia contra o mesmo, não podemos esquecer que os dois presidentes anteriores a Evo Morales foram demitidos, em consequência de maciços protestos populares, e que culminaram com o referendo de julho de 2005 “em que 89% dos participantes se pronunciou a favor da nacionalização dos hidrocarbonetos” (SANTOS, 2006 (d), p.34).

Sobre esse referendo, Pinto (2008, p.193) afirma que através do mesmo, que fora aprovado pelo seu Congresso, a Bolívia garantia que 51% das refinarias de gás voltassem a ser de propriedade do Estado. O que nos faz levantar uma questão: Será que a Petrobrás não tinha conhecimento desse referendo, das intenções do Estado Boliviano? A Petrobrás sabendo ou não, nós temos que enfatizar que o ato de nacionalização passou por trâmites democráticos, o que é salutar, contradizendo algumas retóricas de que a Bolívia é antidemocrática e “instável”.

Temos que ressaltar que alguns atos realizados na tentativa de quebrar alguns ciclos supostamente consolidados, sempre estarão passíveis de críticas, numa determinada ordem alguns grupos desdenham o fato de abrir mão de padrões e regras já estabelecidas.

A conjuntura circunscrita à nacionalização foi apresentada como uma agressão absoluta a nação brasileira, pois Evo Morales queria renegociar o preço do gás, fato que se apresentava como uma afronta ao setor industrial do Sudeste, sobretudo, para as indústrias paulistas, que no ano do ato de nacionalização possuía uma relação de grande dependência do gás boliviano. Tal conjuntura se apresentava dessa forma:

A indústria brasileira (principalmente a paulista) depende do gás natural. Hoje em dia, 70% da geração de calor nas caldeiras e nos fornos da indústria paulista já são a gás. O Brasil compra, assim, 75% dos hidrocarbonetos bolivianos (a Argentina compra o restante 17%, dos quais sua maioria é revendida ao Chile). Este gás importado da Bolívia cobre a metade do gás consumido no Brasil, porém o 97% do consumido no parque industrial paulista. A Bolívia destina ao Brasil 33% de suas exportações (sendo seus dois principais produtos o gás e a soja). Os investimentos do Brasil representam cerca de 18% do

PIB da Bolívia, e é responsável por 30% de sua arrecadação tributária (URIARTE & BROTAS, 2007, p.4).

Portanto, a nacionalização do gás na Bolívia não fora uma ação de “expropriação”, como alguns setores da imprensa corporativa brasileira afirmaram. Constituiu-se numa chamada para renegociação dos preços de compra e venda dos hidrocarbonetos bolivianos. A Bolívia vendia seu gás a US\$ 3 por milhar de metro cúbico exportado, Evo Morales exigiu US\$ 5, o que ainda continuava abaixo das normas internacionais (URIARTE & BROTAS, 2007, p.16). A idéia do governo Morales (pelo menos no discurso) era reverter os novos ganhos para o setor social, no qual se inserem os outros elementos do Estado boliviano, que também fazem parte do processo de integração do continente sul-americano.

Santos (2006 (d)) explica:

Em termos jurídicos, a nacionalização é condição mínima para que o governo da Bolívia possa renegociar os contratos com as empresas energéticas de modo mais justo, a fim de que estas renunciem aos seus superlucros (não aos seus lucros) para que o povo empobrecido possa viver um pouco melhor (SANTOS, 2006 (d), p.35).

Em conseqüência desse processo de renegociação de preços, a imprensa brasileira tomou determinados posicionamentos, em prol de alguns setores da indústria brasileira. O que demonstra que a tal “passividade” do governo brasileiro tinha motivos, primeiro porque no momento era viável certa circunspeção em relação ao caso, retaliações sem uma negociação coerente poderiam prejudicar o projeto de aproximações no continente, e por outro lado, tratava-se de um processo político, que possuía bases legais, respaldadas pelo direito internacional. Além do governo, ou da parte coerente do governo brasileiro, saber que se 18 % do PIB boliviano, e 30% da arrecadação tributária desse mesmo país, ser originária da venda de gás ao Brasil, isso significava que o grau de dependência dos bolivianos para com o Estado brasileiro era maior, assim tudo seria uma questão de negociação.

A dependência boliviana em relação ao Brasil ocorria em vários aspectos, o Brasil era o principal comprador do gás boliviano, consumia na época do evento 60% do gás desse país, o Estado boliviano não possuía condições de estocagem, deixando a opção de queimar a produção ou não comercializar o gás, e por fim, as refinarias da Bolívia produziam derivados (gasolina, diesel, entre outros) a partir do condensado de petróleo que é

produzido associado ao gás natural. Se não houvesse mercado para o gás, a produção desde condensado, e conseqüentemente de seus derivados, ficaria comprometida (CANÊDO, 2006, p.4).

Toda essa condição de dependência do governo boliviano ao mercado brasileiro dava oportunidade ao governo do Brasil a adotar uma postura que buscasse retaliações, pois o cenário era favorável ao Estado brasileiro, que se encontrava com um grande poder de barganha, podendo obter algumas vantagens, mas optou por dar primazia ao projeto de integração regional. Em consonância com Canêdo (2006), vamos evidenciar a nossa última observação:

Durante todo o impasse, o governo brasileiro adotou uma postura conciliatória e até mesmo passiva, quando poderia ter sido mais firme e alcançado maiores ganhos nas negociações, tendo priorizado a integração e unidade regional sul-americana, em detrimento dos próprios interesses nacionais. Ao invés de defender os interesses da Petrobrás, por meio dos direitos contratuais da empresa, o presidente Lula declarou que a Bolívia estava agindo dentro dos seus direitos ao nacionalizar as reservas de gás (CANÊDO, 2006, p.4).

Dessa forma, o evento que circundou o processo de nacionalização do gás boliviano em 2006, estava dotado de complexidades e sinuosidades que estavam além dos interesses da Petrobrás. O governo brasileiro primava pela integração do continente sul-americano, um processo que tenta derrubar antigos paradigmas, e que envolve sujeitos e atores de formação políticas diferenciadas. De um lado, o governo Morales protagonizando ações que visavam recondicionar social e economicamente seu país, criando divergências com alguns setores no Brasil que se sentiram lesados pelos seus procedimentos, pois adotou métodos para tentar transformar as estruturas do Estado Boliviano, utilizando seu principal instrumento de barganha, o gás, que era de interesse de ambos os lados.

Assim, os caminhos do atual processo de integração são sinuosos, porque, é preciso se entender que o Estado não se constitui numa entidade que converge em todos os sentidos, e seus elementos constituintes produzem discursos e práticas dotados de tensão, e como vimos ao longo da discussão, que surgem devido ao posicionamento das diferentes forças que nele atuam, levando-nos a deduzir que a relação dos Estados não são simplesmente desiguais, mas, sobretudo, permeadas de contradição. Se pensarmos que a

desigualdade entre os Estados é algo natural, daremos margens à disseminação de mais preconceitos, de rótulos, de estereótipos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Roberto Mauro da Silva Fernandes

Adauto de Oliveira Souza

As contradições domésticas dos Estados envolvidos na conjuntura de aproximações do continente sul-americano tornar-se-iam um obstáculo para o projeto de integração continental nessa primeira década do século XXI, caso o Executivo brasileiro não estivesse disposto em buscar aproximações. Assim, as “descontinuidades políticas”, inerentes aos processos democráticos, devem ser levadas em consideração, pois podem definir a continuidade dos projetos previstos para o continente.

Pensamos que enquanto não existir um programa integracionista que enseje à livre circulação de pessoas, capitais, mercadorias, de idéias e, sobretudo, caso o projeto de integração continuar sendo pautado somente pelo comércio, sem o fortalecimento dos ambientes domésticos, as mudanças governamentais constituir-se-ão na grande barreira para os estreitamentos estatais sul-americanos, como também, se associado a esses fatores existir uma indisposição dos futuros governos sul-americanos em relação aos processos de integração.

Tal questão ganha ainda mais relevância, pois o projeto de integração do continente sul-americano está inexoravelmente conectado a atual condição econômica e política dos Estados Unidos, que nessa Ordem Internacional em transição, caracterizada pelo contexto da Hegemonia Dissociada, aproximou-se cada vez mais da estrutura sul-americana na tentativa de desarticular os estreitamentos entre os Estados do continente ora utilizando mecanismos circunscritos a esfera comercial (como vimos nas questões que envolveram as discussões sobre a instalação ou não da ALCA, como também, a aproximação do governo norte-americano do Estado paraguaio e uruguaio com acordos bilaterais de comércio, com o objetivo de dificultar as relações dos mesmos com o Brasil) ora colocando em prática seus métodos Realistas de diplomacia. No último caso, além do Plano Colômbia, as operações militares norte-americanas na América do Sul também estiveram relacionadas aos seus interesses no contexto internacional que envolvia o combate ao terrorismo e

um provável preparo de suas forças armadas para um choque contra um inimigo futuro em decorrência de uma possível disputa hegemônica, esta segunda possibilidade coloca os Estados sul-americanos em xeque, pois se realmente isso vier a acontecer os Estados Unidos vão cobrar um posicionamento dos mesmos.

Ressaltamos também que o papel de atuação dos Estados Unidos no hodierno processo de integração da América do Sul é de extrema importância, pois foram suas políticas econômicas, que ao fracassarem, conduziram os Estados sul-americanos a pensar num projeto que fomentasse reciprocidades estatais na tentativa de mitigar os efeitos negativos das orientações econômicas norte-americanas.

Estamos nos referindo às negatividades dos projetos neoliberais materializados no continente, que somente foram possíveis devido à grande inclinação dos governos sul-americanos, durante a década de 90, para com tais políticas. Assim, tal conjuntura, de certa forma, ocasionou uma ruptura dos projetos norte-americanos, ensejando a “quebra” das “continuidades políticas” norte-americanas na América do Sul, até então previstas (a instalação da ALCA até 2005 é um exemplo), sobretudo, pois com a ascensão de governos de esquerda ou progressistas, no início dos anos 2000, intensificaram-se por parte dos mesmos práticas que rechaçavam a influência norte-americana no continente.

Isso significa que de qualquer maneira os Estados Unidos estarão envolvidos com a América do Sul, seja em conjunturas favoráveis (como já estiveram) ou desfavoráveis para os mesmos. Não podemos nos esquecer que o continente sul-americano possui uma relação histórica com os norte-americanos, o fator negativo desta ligação é que o primeiro sempre esteve numa condição de dependência, sobretudo econômica, em relação aos segundos, o que nos leva a pensar que será (como está sendo) extremamente complexo romper com tal condição, principalmente, porque o Estado norte-americano, apesar de se encontrar economicamente enfraquecido, ainda possui mais recursos de poder do que todos os Estados sul-americanos juntos, inclusive em relação ao Brasil. Assim, o processo de integração do América do Sul não vai acontecer dissociado das ações Realistas e Idealistas dos Estados Unidos, pois o mesmo faz parte, de certa forma, desse processo de integração.

Temos tal posicionamento, pois a atual Ordem Internacional encontra-se em transição, isso significa que o processo de integração da América do Sul (dotado de mecanismos Idealistas) se desenrola em meio a práticas Realistas de outros atores, que envolvem uma provável disputa hegemônica que pode resultar em um choque militar de grandes proporções (China *versus* Estados Unidos?). Dessa forma, enquanto não acontecer um desfecho no contexto internacional, que defina quem será a próxima liderança mundial, as ações norte-americanas no continente vão estar presentes e, sobretudo, ensejarão assíduos questionamentos, pois se realmente está ocorrendo uma intensa mobilização em busca de regiões estratégicas, os norte-americanos vão tentar manter a América do Sul sob o seu raio de influência, disso não podemos ter dúvidas.

Sobre a relação entre Brasil e Bolívia, a importância das questões que envolveram os dois Estados nessa primeira década do XXI está no fato de que uma das etapas do processo integracionista no continente sul-americano consiste nos projetos que estão relacionados à infra-estrutura de transporte. No início dos anos 2000, a partir da então Iniciativa de Integração da Infra-estrutura Regional da América do Sul (IIRSA), surgem as primeiras discussões sobre o projeto de integração estatal que está em andamento atualmente. Dessa forma, a Bolívia ganha um importante papel, já que seu território era imprescindível, segundo os discursos, para a materialização da IIRSA.

Mas, o que se aferiu foi um contexto de extrema turbulência entre os Estados brasileiro e boliviano, sobretudo, após a eleição de Evo Morales a presidência da Bolívia. As constrições têm como ponto de partida as reformas desse governo que, acima de tudo, visava mitigar os problemas sociais que atingiam o país e especificamente a grande maioria da população que é de origem indígena.

Assim, nesse contexto dotado de celeumas aparecem as discussões relacionadas ao movimento cocalero e ao processo que leva o governo Morales a nacionalizar os hidrocarbonetos. Como demonstramos tais conjunturas não estiveram em nenhum momento circunscritas apenas a Bolívia. Além de proporcionarem práticas que estavam vinculadas ao contexto político, social e econômico do país, estimularam a elaboração de “discursos” que nos servem de parâmetros para identificar o posicionamento de

determinados grupos, que de alguma forma, pretendiam obstruir ou facilitar uma aproximação mais efetiva das nações sul-americanas, além de nos fornecer uma noção de como se caracterizaram algumas das relações dos Estados boliviano e brasileiro, como também, a atuação das forças que as protagonizaram. Isso porque ao levantarmos os fatos desses dois eventos, identificamos uma firme propensão dos governos do Brasil e da Bolívia em se aproximarem política e economicamente, em detrimento a alguns setores dos Estados em questão.

O choque de interesses entre os governos com os demais setores de oposição as suas políticas acontece, acima de tudo, pois existem diferenças de atuação entre governo que planeja e encaminha as políticas e o Estado propriamente dito. Assim, na relação Brasil-Bolívia nesses últimos anos houve uma grande facilidade para a disseminação de “rótulos” e para a oficialização dos estereótipos, visto o inexorável fato de que as forças que compõem o Estado, nem sempre estarem em convergência com as lideranças governamentais que o conduz, como também, as forças que compõem o governo são contraditórias.

Vimos que os antagônicos “discursos”, surgiram conforme o jogo de interesses que circundavam os dois Estados e seus respectivos governos, com uma grande contribuição alguns personagens ligados a imprensa, que faz parte do bojo de instituições que compõem o Estado e que estavam vinculados aos setores que, supostamente, possuíam outros planos para a América do Sul, que a priori, não era o da integração, vislumbrada de acordo com o governo Lula (2003-2010). Mas, essas exposições somente foram proferidas e ganharam contundência, porque não existe (ainda) um projeto de integração pautado na coordenação de políticas estatais. Assim, somente o estabelecimento de normas para regular o comércio, facilitou (e facilita) retóricas que tem como objetivo desestabilizar governos, a partir da esfera econômica, para afetá-los posteriormente nas urnas, corroborando para a interrupção de processos que necessitam de continuidades, vindo a favorecer grupos específicos.

Dessa forma, os discursos que se apropriaram da imagem de que todo cocalero boliviano é traficante, de que a Bolívia é instável, de que o Brasil é imperialista serão facilmente incutidos na consciência das populações dos

Estados Sul-Americanos. Tais retóricas, além engendrar descontinuidades na consolidação dos projetos de integração, sobretudo, criam o afastamento dos “povos” que são parte fundamental no processo de integração do continente.

Assim, podemos afirmar que um processo de estreitamentos estatais, somente pode assim ser denominado em sua totalidade, a partir do momento que se conhece o “outro”. Como é possível considerar o território boliviano imprescindível para os projetos infra-estruturais que vislumbram a integração continental, se ainda se propalam acusações, como as que verificamos ao longo desse capítulo, de que o movimento cocalero enseja e contribui para o tráfico de cocaína no Brasil, não podemos nos esquecer que na Bolívia o comércio da folha de coca é legal, assim como existe um mercado legal internacional para o comércio dessa matéria-prima, o comércio de drogas ilícitas no Brasil ocorre por outros motivos. Tais declarações, a priori, nos conduz a pensar que alguns membros da classe política brasileira, assim como, de sua sociedade civil (sobretudo daqueles que pertencem a imprensa) encontram-se num de incipiência política, principalmente no que diz respeito a cultura do “outro”, existe ainda deliberada deficiência na circunspeção para com a história dos “outros” que estão a nossa volta.

Pensamos também que a conjuntura de integração entre Bolívia e Brasil nesses primeiros dez anos do século XXI, ainda se encontra no seu estágio retórico, por isso foram comuns declarações como as que envolveram a Petrobrás, de que a mesma é contrabandista do gás boliviano, proferidas por parte do governo da Bolívia ou daquelas em que Evo Morales, seria conivente com o tráfico de cocaína para o Brasil. Mas, até quando na América do Sul, e nas relações de Brasil e Bolívia, historicamente relacionadas, a fase retórica perpetuar-se-á?

Ressaltamos que não foi intenção da nossa parte, fazer apologia a nenhum grupo político-partidário ao citarmos os nomes de alguns sujeitos que protagonizaram as conjunturas apresentadas. Assim o fizemos, para demonstrarmos o posicionamento dos mesmos (extremamente antagônicos) no desenrolar de um processo que objetiva a integração do continente, como também, para que analisássemos, o quanto algumas declarações se apresentaram com certa superficialidade por parte dos principais nomes dos Estados em questão.

Essa discussão não está relacionada somente com as relações de força que dão funcionamento ao Estado, mas, visa analisar os reflexos desses antagonismos sobre o território e conseqüentemente nas sociedades que dele fazem uso. O território aqui deve ser entendido como um espaço delimitado a partir de relações de poder, assim as ações territoriais dos agentes e atores desse espaço ensejam materialidades advindas dos seus contextos imateriais (religião, formação política, visão de mundo, orientação educacional, etc.).

Já que existem fissuras no contexto estatal, ensejadas pelos diferentes sujeitos que nele atua influenciando o território, a nossa preocupação está em saber quais serão os efeitos que essas dinâmicas proporcionarão, por exemplo, nos municípios que se localizam na Faixa de Fronteira dos Estados sul-americanos que participam do processo continental que visa estreitar relações e criar mecanismos de reciprocidade estatal, sobretudo, nas chamadas cidades-gêmeas que necessitam de políticas públicas conjuntas para mitigar os problemas sociais que nas mesmas existem, e que no hodierno processo de integração são atores fundamentais para o processo de integração.

Vamos tomar como exemplo a IIRSA, e um dos seus principais Eixos de integração física, a rota Rodoviária Bioceânica, que têm atuação direta na fronteira do Brasil com a Bolívia. Até que ponto este projeto converge na mesma direção para todos os grupos que serão influenciados e/ou impactados por essa ligação rodoviária Bioceânica? A territorialidade que ensejou a construção deste modal de transporte, e os seus desdobramentos, pode ser favorável a quem utilizá-la para escoar sua produção industrial, agrícola, etc., mas, será benéfico aos outros grupos sociais que compõem o Estado, e se localizam nas áreas de fronteira?

Como também, a Rodovia Bioceânica pode ter uma orientação de praticidade em determinado governo (que a nosso ver, no governo Lula, estava além das questões somente econômicas, serviu, por exemplo, como instrumento amenizador de tensões diplomáticas históricas entre Bolívia e Chile), e num próximo possuir outra orientação. O fato de se ter na paisagem do território um equipamento dessa magnitude, não significa que as orientações políticas serão as mesmas.

Até porque, o território não é propriedade do Estado, dessa forma pode receber um ordenamento diferenciado daquele que o elemento governo, membro coercivo do Estado e planejador, vislumbrou. Principalmente porque as divergências partidárias atuam diretamente sobre o território, a sociedade que se organiza nele, e que pode implicar em problemas aos municípios fronteiriços, que estão inseridos no contexto dos enfrentamentos de forças do Estado.

Assim, a discussão que realizamos está relacionada, sobretudo, a relação de forças que existe no Estado, assim como, foi possível verificar o quanto os interesses dos diferentes grupos que compõem o ambiente estatal podem interferir ou contribuir para os processos que visam reciprocidades entre os Estados sul-americanos. As nuances do atual processo de integração da América do Sul nessa primeira década do século XXI foram combastânciadas pelos mecanismos Realistas e Idealistas inerentes a estrutura de poder de cada Estado envolvido no processo, sendo materializados de acordo com seus interesses.

A discussão sobre as conjunturas presentes na América do Sul nesse primeira década do século XXI, nos possibilita afirmar que os mecanismos utilizados nas diferentes situações referentes ao Idealismos e Realismo da relação entre os Estados, mesmo num contexto estável, jamais deixarão de existir. Afinal num determinado cenário os Estados sempre buscam o que é melhor para si, fato que geralmente pode incomodar os outros, sobretudo, quando os objetivos são os mesmos, ou seja, quando existe um mesmo sentido de “felicidade”.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, J. A. G. **Relações Internacionais Contemporâneas: A ordem internacional da Guerra Fria**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007 (a).

ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. "A Geopolítica da Dependência como estratégia brasileira de inserção no Sistema Internacional" In: **OIKOS**, 9, Nº 1. Rio de Janeiro: Letra e Imagem 2010 (b), p.67-82.

ALDANA, L. A. M. "El Plan Colombia: Desafío neoliberal contra América Latina" In: MILLÁN, Santiago (Org.). **Las Tropas Norteamericanas y La Geografía del Saqueo. América Latina, Mercosur y Paraguay em la mira**. Asunción, Paraguay: BASE investigadores sociales, 2005.

AMORIM, C. "A ALCA e o jogo dos sete erros" In: **O Estado de S.Paulo**, 24/08/2003 (a).

AMORIM, C., "Entre o desequilíbrio unipolar e a multipolaridade: o Conselho de segurança da ONU no período pós-Guerra Fria" In: DUPAS, G.; VIGEVANI, T. (Org.) **O Brasil e as Novas Dimensões da Segurança Internacional**. São Paulo: Alfa-Omega, 1999 (b), p.87-98.

ANDERSON, Perry. **Pós Neo-liberalismo: As políticas Sociais e o Estado Democrático**. São Paulo, Vozes, 1996.

ARAÚJO, T. B. "Brasil nos Anos noventa: Opções Estratégicas e Dinâmica Regional" In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife: ANPUR, ano 1, nº2, 2000, p.9-24.

ARRIGHI, G. "Estados, mercados e capitalismo no Oriente e no Ocidente" In: _____. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008, p.317-355.

ARAGÓN, R. "La democratización del Cono Sur de América Latina" In: **TEMAS DEL SIGLO: Paraguay um desafio a la responsabilidad internacional**, SIJAU, 1985.

ALVES FILHO, F.; STUART, H. **Tic, tac, tic... buum. Explodiu o nacionalismo populista de Evo Morales: num golpe de caneta, ele nacionalizou o gás, o petróleo, expropriou a Petrobras e humilhou Lula**. maio 2006, nº Edição: 1907. Disponível em: <<http://www.istoe.com.br/reportagens>>. Acesso em 02 set. 2010.

AZAMBUJA, D. P. **Teoria Geral do Estado**. RJ: Globo, 1971.

BATISTA Jr. P. N. "A América do Sul em movimento" In: **Revista de Economia Política**, vol.28, nº 2 (110), abril-junho/2008, p.226-238.

BANDEIRA, L. A. M. "Paraguai-EUA: irresponsabilidade e aventurismo" In: **Revista espaço acadêmico**, nº53, Ano V, outubro de 2005 (b), p.5-18.

_____. "Expansão da presença militar dos EUA na Colômbia visa rotas do Petróleo". In: **FOLHA DE S.PAULO**, 9/08/2009 (c). Disponível em: <<http://www.ptnacamara.org.br>>. Acesso em: 07 jun. 2010.

_____. **As relações perigosas: Brasil-Estados Unidos (de Collor a Lula, 1990-2004)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004 (a)

BLANCO, L. F. "O Novo acordo Brasil-Paraguai e a renegociação do Tratado de Itaipu: Enfim uma postura de liderança sub-regional?" Disponível em:<http://www.kas.de/wf/doc/kas_17309-544-5-30.pdf> Acesso em: 25 jun. 2010.

BRASIL. **Ministério da Integração Nacional. Proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Brasília: MIN, 2005 (a).

BRASIL. **Ministério da Integração Nacional. Proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Brasília: MIN, 2005 (b).

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988 com alterações adotadas pelas Emendas constitucionais nº 1/92 a 32/2001 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2001(c).

BUJARIN, N. **Teoria económica del periodo de transición**. Cordoba: Cuadernos de Pasado y Presente, 1972.

BRUZZONE, E. M. "El agua potable. Nuevo recurso estratégico Del siglo XXI. El caso particular del Acuífero Guaraní" In: MILLÁN, Santiago (Org.). **Las Tropas Norteamericanas y La Geografía del Saqueo. América Latina, Mercosur y Paraguay em la mira**. Asunción, Paraguay: BASE investigadores sociales, 2005.

CASTRO, T. **Brasil da Amazônia ao Prata**. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 1983.

CANÊDO, S. H. G. "Nacionalização boliviana e a estratégia negociadora brasileira" In: **Conjuntura Internacional**. Belo Horizonte: PUC Minas, maio, 2006, p. 1-7. Disponível em: <<http://www.pucminas.br/conjuntura>>. Acesso em: 29 set. 2010.

CAIADO, J. D. "Evo Morales decreta nacionalização da produção de gás e petróleo na Bolívia" In: **Conjuntura Internacional**. Belo Horizonte: PUC Minas, maio, 2006, p. 1-3. Disponível em: <<http://www.pucminas.br/conjuntura>>. Acesso em: 29 set. 2010.

CASTORIADIS, C. "Reflexões sobre o "desenvolvimento" e a "racionalidade" In: _____. **As encruzilhadas do labirinto/2 - os domínios do homem**. Trad. José O. A. Marques. São Paulo: Paz e Terra, 1987, p.135-158.

CHAUÍ, M. “O discurso competente”. In: _____. **Cultura e Democracia**. 4º ed. S.Paulo, 1989.

CHOSSUDOVSKY, M. **A Globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial**. São Paulo: Moderna, 1999.

COSTA, W. M. **Geografia Política e Geopolítica**. São Paulo: HUCITEC/Edusp, 1992.

COUTO E SILVA, Golbery. **Conjuntura política nacional, o poder Executivo e geopolítica do Brasil**. 3º ed., Rio de Janeiro: José Olympo, 1981.

DAVID, G.; ABOUBY, K. K. “Perpetual Suspects and Permanent Others: Arab Americans and the War on Terrorism” In: Oliveira, M. A. M. de. (Org.) **Guerras e Imigrações**. Campo Grande: UFMS, 2004, p. 39-72.

DAVILA, Ana Paula Lacovino. “Itaipu e Gasoduto Brasil-Bolívia: Estratégias geopolíticas na América Latina?”, 2007. Disponível em: <<http://www.americalatina.org.br/>>. Acesso em 29 set. 2010.

DOEHRING, Karl. **Teoria do Estado**. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

EIR- Executive Intelligence Review. **A Máfia Verde: O ambientalismo a serviço do Governo Mundial**. Rio de Janeiro, 2002.

ESQUIVEL, R. “La impunidad y el ingreso de tropas de Estados Unidos em el Paraguay” In: MILLÁN, Santiago (Org.). **Las Tropas Norteamericanas y La Geografía del Saqueo. América Latina, Mercosur y Paraguay em la mira**. Asunción, Paraguay: BASE investigadores sociales, 2005.

FREYTAS, Manuel. “El plan ‘contraterrorista’ del Pentágono em El cone sur” In: MILLÁN, Santiago (Org.). **Las Tropas Norteamericanas y La Geografía del Saqueo América Latina, Mercosur y Paraguay em la mira**. Asunción, Paraguay: BASE investigadores sociales, 2005.

GIRARDI, Enzo. **El Ejemplo Aymara en Bolívia: saberes ancestrales y globalización**. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2009.

HARVEY, David. “As perspectivas da liberdade” In: _____. **O Neoliberalismo: histórias e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008, p.165-195.

HOBBSBAWM, E. **A era dos extremos: o breve século XX**. Trad. Santarrita, M. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

JORGE, B. W. G. A. **AS FORÇAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS DOS ESTADOS UNIDOS E A INTERVENÇÃO NO AFGANISTÃO: UM NOVO MODO DE GUERRA AMERICANO?** (Dissertação de Mestrado). UNESP, UNICAMP E PUC-SP (“SAN TIAGO DANTAS”), 2009.

LAINO, D. Paraguai: **Fronteiras e Penetração brasileira**. Assunção: Global Editora e Distribuidora LTDA, Paraguai, 1979.

LA GORCE, Paul-Marie de la. “Nuevo concepto: guerra preventiva” In: MILLÁN, S. (Org.). **Las Tropas Norteamericanas y La Geografía del Saqueo: América Latina, Mercosur y Paraguay em la mira**. Asunción: BASE investigaciones Sociales, 2005.

LAMOSO, L. P. Comércio exterior brasileiro: A tese da “reprimarização” da pauta exportadora e suas repercussões para Mato Grosso do Sul In: Anais XVI ENG- Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre: Ed. AGB, 2010, p. 1-9.

LINO, G. L.; et al. **A hora das Hidrovias-Estradas para o Futuro do Brasil**. Rio de Janeiro: CAPAX DEI, 2008.

LUNARDI, E. “O Combate e o Combatente do Terceiro Milênio” In: OLIVEIRA, M. A. M. (Org.) **Guerras e Imigrações**. Campo Grande: UFMS, 2004.

MACKINDER, H. J., “The Geographical Pivot of History”, In: **The Geographical Journal**, nº 4, Vol. XXIII, April, 1904.

MAIEROVITCH, W. F. M. “José Serra, entre drogas e alucinações” In: **Carta Capital**. São Paulo, julho 2010 (a). Disponível em: <<http://portalctb.org.br>> Acesso em 18 ago. 2010.

MAIEROVITCH, W. F. **Crime Organizado. Lula e Lugo unidos. PIB paraguaio dependente da bandidagem**. Disponível em:<<http://maierovitch.blog.terra.com.br>>. Acesso em: 04 outubro 2010.

MACHUMBO, M. O MAR ENQUANTO ESPAÇO DE AFIRMAÇÃO ESTRATÉGICA E CULTURAL In: **CONGRESSO: OS MARES DA LUSOFONIA – 26 a 27 set de 2008**. Disponível em: < <http://www.maresdalusofonia.net/index.php/congresso-2008/132-intervencao-o-mar-enquanto-espaco-de-afirmacao-estrategica-e-cultural-a-perspectiva-mocambicana> >. Acesso em: 22 nov 2011.

MARTINS, C. E. “A conjuntura contemporânea e o sistema mundial: os desafios da América século XXI” In: **Seminário Internacional REG GEN: Alternativas a Globalização**. Rio de Janeiro, Brasil: UNESCO, 2005. Disponível em: bibliotecavirtual.clacso.org.ar. Acesso 10 nov. 2010

MAMIGONIAN, a. Qual o futuro da América Latina? In: LEMOS, A. I. G.; SILVEIRA, M. L.; ARROYO, M. (Orgs) **Questões territoriais na América Latina**. Buenos Aires/São Paulo, CLACSO/USP, 2006, p. 117-136.

MACHADO, L. O. “O comércio ilícito de drogas e a geografia da integração financeira: uma simbiose?” In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Brasil: Questões Atuais da Reorganização do Território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MELO, S. C. **Mato Grosso no Centro-Oeste Sul-Americano**. Cuiabá: UFMT, 2005.

MELE, C. A. P. Nueva base del Comando Sur de Estados Unidos em el corazón de Sudamérica In: MILLÁN, Santiago (Org.). **Las Tropas Norteamericanas y La Geografía del Saqueo. América Latina, Mercosur y Paraguay em la mira.** Asunción, Paraguay: BASE investigadores sociales, 2005.

MEDEIROS, C. A. “O Desenvolvimento Tecnológico Americano no Pós-Guerra como um Empreendimento Militar” In: FIORI, J. L. Petrópolis: Vozes, 2004.

MELLO, L. I. A., **A geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata.** São Paulo, Tese, Ed. do autor, 1987.

MIYAMOTO, S. **O pensamento geopolítico brasileiro (1920-1980).** São Paulo, Tese, Ed. do autor, 1981.

MILLÁN, Santiago. **Las Tropas Norteamericanas y La Geografía del Saqueo. América Latina, Mercosur y Paraguay em la mira.** Asunción, Paraguay: BASE investigadores sociales, 2005.

MIRANDA, G. M. “IIRSA: Guerra entre as cidades locais e entre corredores globais” In: **Anais da Anpege**, Curitiba, 2009.

KURZ, R. **Os últimos combates.** 4.ed. Petrópolis : Vozes, 1998.
OJEDA, Igor. **Paraguai: militarização e terror no campo.** Disponível em: www.brasildefato.com.br. Acesso 25 out 2011.

OLIVEIRA, T.C.M. “Transporte de Commodities do Agronegócio e de Mineral na Fronteira Brasil-Bolívia: Um estudo sobre a estrutura portuária em Corumbá, Ladário, e Puerto Quijarro” In: NAVARRO, E. M. M. et al. (org.). **40 anos do Campus do Pantanal.** Corumbá: Ed. UFMS, 2007 (a), p.41-60.

OLIVEIRA, T.C.M. “Os elos de integração: O exemplo da fronteira Brasil-Bolívia” In: COSTA, E. A & OLIVEIRA, M. A. M (Org.). **Seminário de Estudos Fronteiriços.** Corumbá: UFMS, 2009 (b), p. 25-44.

OLIC, Nelson Basic. “Bolívia, um país (quase) sem saídas, 2005. Disponível em: <<http://www.transporte.gov.br>. Acesso em 25 out. 2010.

PADULA, R. “Geopolítica e Integração de infra-estrutura Sul-Americana-Uma abordagem crítica à IIRSA” In: **Anais III Seminário Internacional América Platina.** Campo Grande: UFMS: 2010, p.1-14.

PASTORE, F. **Soldados Nus: Filhos do Acaso ou Filhos da Glória, Estratégia Militar e Econômica na América Latina Independente; 1810-2000.** (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, 2007.

PEREZ, Robinson Salazar. “La nueva guerra y los recursos estratégicos” In: MILLÁN, Santiago (Org.). **Las Tropas Norteamericanas y La Geografía del**

Saqueo. América Latina, Mercosur y Paraguay em la mira. Asunción, Paraguay: BASE investigadores sociales, 2005.

PEREIRA, C. P. F. **Geopolítica e o Futuro do Brasil-Amazônia Ocidental e Pantanal, Comunidade Sul-Americana.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2007.

PEIXOTO, F. **Lula assina ‘contrariado’ decreto com sanções ao Irã diz Amorim,** 2010. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk>>. Acesso em 22 dez. 2010

PECEQUILO, C. S. **Introdução às Relações Internacionais: Temas, Atores, Visões.** 7º ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

PINTO, L. F. S. “Hegemonia e reestruturação do sistema mundial capitalista” In: SILVA, L. M. N. M.; PINTO, L. F. S.; SOUZA, N. A. (Orgs). **Relações Internacionais do Brasil e Integração Latino-Americana.** Campo Grande: UFMS, 2008, p. 15-202.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo.** 3º ed. Rio de Janeiro-RJ. Brasil. Trad. Rita Lima, 2000

PORTARI, D.; GARCIA, J. C. “Política externa é uma política publica como as demais. Está sujeita à expressão das urnas” In: **Desafios do Desenvolvimento** – IPEA, ano 7, nº 61, maio/junho de 2010.

RIBEIRO, D. **As Américas e a civilização: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ROLON, J. A. **PARAGUAI: TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA E POLÍTICA EXTERNA.** (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, 2010.

SANTOS, T. **Imperialismo e Corporações Multinacionais.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977 (a).

_____. **Imperialismo y Dependencia.** México: Ediciones Era, 1978 (b).

_____. **Do terror à Esperança. Auge e declínio do neoliberalismo.** Aparecida: Idéias & Letras, 2004 (c).

SANTOS, Boaventura de Sousa. “Evo Morales e a Democracia” In: **OSAL, Observatorio Social de América Latina,** año VI, nº 19. Buenos Aires: CLACSO, Julio 2006 (d).

SADER, E. “América Latina en el siglo XXI” In: BORON, A. A. & LECHINI, G. In: **Política y movimientos sociales em um mundo hegemônico. Lecciones desde África, Ásia y América Latina.** 1º Ed. Buenos Aires: Clacso, 2006.

SAMPAIO, W C. “Projetos envolvendo Brasil e Bolívia no contexto da Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Regional da América do Sul – IIRSA” In: **Estudos Regionais Sul-Americanos. Sociocultura, Economia e Dinâmica Territorial na Área Central do Continente**. Cuiabá: Ed. UFMT, 2008, p. 219-239.

SARDENBERG, R. M. “Segurança Global: Nações Unidas e Novas” In: DUPAS, G.; VIGEVANI, T. (Org.) **O Brasil e as Novas Dimensões da Segurança Internacional**. São Paulo: Alfa-Omega, 1999, p.165 - 174.

SILVA, L. F. **A geopolítica estadunidense no atual quadro político sul-americano**, Bauru: UNESP, 2010 (a), p.1-13. Disponível em: <http://www.lamericas.org/arquivo/geopolitica.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2011

SILVA, A. L. R. **A América Latina no contexto da redemocratização, neoliberalismo e globalização** In Moreira, L. F. V. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010 (b)

SILVA, Luisa Maria Nunes de Moura e. Integração e Desenvolvimento na América Latina In: In: SILVA, L. M. N. M.; PINTO, L. F. S.; SOUZA, N. A. (Orgs). **Relações Internacionais do Brasil e Integração Latino-Americana**. Campo Grande: UFMS, 2008, p. 205-227 (c).

SILVEIRA, H. G. “A visão militar brasileira da Guerra do Chaco: projeção geopolítica e rivalidade internacional na América do Sul” In: **Antíteses**, vol. 2, n. 4, jul.-dez. de 2009, p. 649-667. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>>. Acesso em: 2 jan. 2011.

SOUZA, N. A. “Conflito entre duas estratégias de integração econômica regional” In: SILVA, L. M. N. M.; PINTO, L. F. S & SOUZA, N. A (Orgs). **Relações internacionais do Brasil e integração latino-americana**. Campo Grande: UFMS, 2008 (a)

SOUZA, N. A. **Ascensão e Queda do Império Americano**. São Paulo: Mandacaru, 2001 (b).

SOUZA, O. Ramão G. **Do conflito à cooperação internacional: Relações Brasil/Bolívia**. Campo Grande-MS: UNIDERP, 2004 (c).

SOUZA, M. L. “As drogas e a ‘questão urbana’ no Brasil. A dinâmica sócio-espacial nas cidades brasileiras sob a influência do tráfico de tóxicos” In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Brasil: Questões Atuais da Reorganização do Território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996 (d).

SPYKMAN, N. J. **Estados Unidos frente ao mundo**. México: Fondo de Cultura Econômica, 1944.

SPINELLI JUNIOR, V. “A perspectiva indianista e a reconfiguração do político na Bolívia contemporânea: anotações para um debate” In: **I Encontro**

Internacional de Estudos sobre a América Latina, Natal-RN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, maio, 2010.

TRAVASSOS, M. **Projeção continental do Brasil**. 4^o ed., São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1947

TEIXEIRA, R. C. M. **Identidades indígenas nos movimentos sociais Populares e Urbanos da Bolívia**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, 2009. (a)

TEIXEIRA, J. L. R. **A Bolívia, os movimentos indígenas e a emergência do “Estado ressocializado”**. **Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina-Imperialismo, nacionalismo e militarismo no Século XXI**. São Paulo: AGB, 2010 (b).

URT, N. **Evo vem à fronteira lançar rodovia**, 2008. Disponível em: <<http://www.campograndenews.com.br>>. Acesso em 12 dez. 2010.

URIARTE, M. U. & BROTAS, A. M. P. **O predomínio do enquadramento político-nacionalista na cobertura da nacionalização do gás natural da Bolívia**. São Paulo: Edusp, 2007.

WASSERMANN, R. **Eleição de Evo Morales dá força a campanha pró-coca**. set. 2006. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk>>. Acesso em: 18 ago 2010

UNB LIVRE. **Quarta Frota norte-americana é reativada depois de meio século**. 13 de jun de 2008. Disponível em: <<http://unblivre.blogspot.com/2008/07/quarta-frota-norte-americana-reativada.html> > Acesso em 20 de nov 2011.

VALADÃO, M. A. P.; SILVA, L. M. “Economia Chinesa: Evolução e tendências” In: **Revista do mestrado em direito UCB**, v. 3, p. 42-53, 2009. Disponível em: <<http://www.rvmd.ucb.br>>. Acesso em 05 jun. 2010

XAVIER, M. “Os sistemas de engenharia e a tecnicização do território” In: SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L. **Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record, 2001, p.329-344.

ZAJEC, O. **A China quer os mares**. 15 de set de 2008. Disponível em: <<http://diplo.org.br/imprima2602> >. Acesso em 20 de nov 2011.

Irã quer desenvolver armas nucleares, diz Israel. 26 de set 2009. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/internacional>>., Acesso em 07 jun 2010

Serra critica BNDES, Mercosul e Belo Monte. Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br>>. Acesso em 04 jun. 2010.

“Posicionamento sobre os acontecimentos na Bolívia”. Rio de Janeiro, 3 de maio de 2006 – **PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS**, [Bovespa:PETR3/PETR4, NYSE: PBR/PBRA, Latibex: XPBR/XPBRA, BCBA: APBR/APBRA]. Disponível em:http://www.acionista.com.br/home/petrobras/2695_posicionamento_na_bolivia.pdf>. Acesso em 20 jun. 2010.